



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**  
**NÍVEL MESTRADO**



**ELIENE OLIVEIRA DA SILVA**

**GOVERNANÇA E COMUNIDADE LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DO**  
**MANGUE**



Fonte: Imagem disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/obras-do-museu-do-mangue-estao-finalizadas/>>, acesso em 01 fev. 2020.

**SÃO CRISTÓVÃO**  
**2020**

**ELIENE OLIVEIRA DA SILVA**

**GOVERNANÇA E COMUNIDADE LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DO  
MANGUE**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da  
Universidade Federal de Sergipe.

**ORIENTADOR:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ronise Nascimento de Almeida

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2020**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586g Silva, Eliene Oliveira da  
Governança e comunidade local : a experiência do Museu do  
Mangue / Eliene Oliveira da Silva ; orientadora Ronise Nascimento  
de Almeida. – São Cristóvão, SE, 2020.  
155 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)  
– Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Capital social. 2. Educação ambiental. 3. Política pública. I.  
Museu do Mangue. II. Almeida, Ronise Nascimento de, orient. III.  
Título.

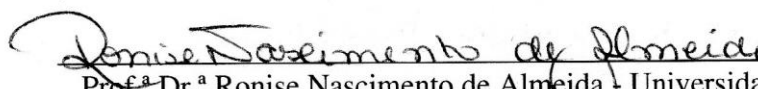
CDU 502/504:304.4:069

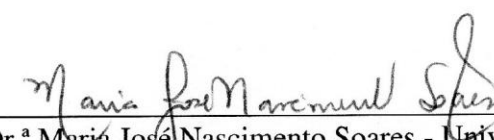
**ELIENE OLIVEIRA DA SILVA**

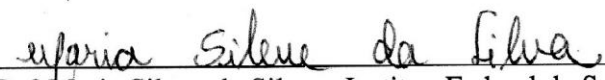
**GOVERNANÇA E COMUNIDADE LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU  
DO MANGUE**

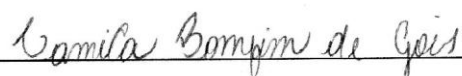
Dissertação apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da  
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2020

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ronise Nascimento de Almeida - Universidade Federal de Sergipe  
Presidente-orientadora

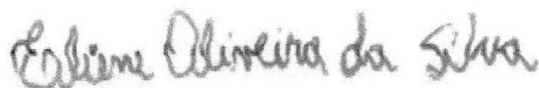
  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Nascimento Soares - Universidade Federal de Sergipe  
Examinadora Interna

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Silene da Silva – Instituto Federal de Sergipe  
Examinador Externo

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Bomfim de Góis – Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação  
Examinador Externo

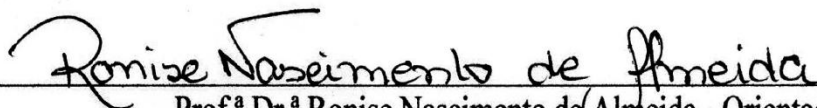


É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.



---

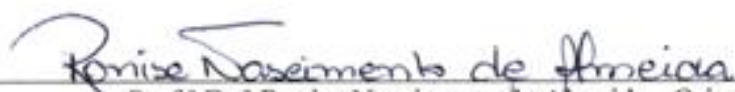
Eliene Oliveira da Silva  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe – UFS



---

Prof.ª Dr.ª Ronise Nascimento de Almeida - Orientadora  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



---

Prof.ª Dr.ª Ronise Nascimento de Almeida - Orientadora  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dedico este estudo a todos que acreditam na importância da participação social nas tomadas de decisões nos processos de governança ambiental na promoção de um estilo de vida das presentes e futuras gerações. Dedico em especial, a minha vizinha Maria Aurea (*in memoriam*) e minha Maria Aparecida que pescavam para completar o sustento da família, mulheres guerreiras, todo meu amor e admiração.

## **AGRADECIMENTOS**

A Meu Papai do Céu, Deus sempre no comando, me proporcionado chegar até aqui, pois, “O SENHOR é o meu pastor, nada me faltará” (Salmo 23:1). Sempre nos momentos de dificuldade e dúvida me mostrastes o caminho que deveria seguir meu eterno LOUVOR!

A minha Mãezinha do Céu, a Maria Santíssima por me cobrir com seu Manto Santo e passar na frente preparando os caminhos. SALVE MARIA!

Aos meus pais, Edmilson e Aparecida por estarem sempre ao meu lado, me apoiando, auxiliando e principalmente amando. Tudo isso é por vocês, minha eterna gratidão e amor!

Ao meu irmão Edson, amigo, parceiro e maior incentivador. Obrigada por cuidar de mim e sempre querer o melhor para minha evolução pessoal e profissional. Minha admiração e amor!

A minha cunhada Keeze que foi minha companheira nessa jornada, minha parceira de trabalhos, o mestrado nos aproximou ainda mais, como amigas/irmãs. Admiro-te muito, uma excelente mãe e mulher, guerreira e forte. Obrigada por tudo, em especial pelos meus sobrinhos Luana, Gustavo e Guilherme. Ah e por me presentear uma irmã/amiga Tayse. Amo vocês!

Ao meu namorado Eduardo pelo companheirismo, apoio, paciência, parceria: nas produções, nos debates, nas visitas de campo. Sem você ao meu lado teria sido mais difícil, obrigada por tudo meu AMOR!

A toda minha família, meu avô, tios, tias, primos e primas, afilhados, em especial minha afilhada Márcia, minha princesa, pela ajuda durante todo o processo. Amo muito todos vocês!

Agradeço a minha instituição, Guarda Municipal de Aracaju - GMA, pois proporcionou licença do serviço para dedicação total aos estudos. Obrigada!

Ao amigo Ben Ayres pelo auxílio e amizade desde que decidir participar do processo de seleção do mestrado até a conclusão, nossos diálogos foram essenciais em todo o processo. Minha admiração e agradecimentos!

Aos meus amigos que estiveram rezando e me apoiando durante todo esse processo Sandra Guedes, Daniela Rocha, Ana Verusca, Maria Elizabete, amigas e amigos da GMA, amigas e amigos da corrida, amigas e amigos da assessoria Jaime Madureira, aos colegas do IFS, aos meus professores do IFS.

Minha gratidão a minha orientadora Ronise Nascimento de Almeida, pelos ensinamentos, por acreditar em mim, por apoiar minhas decisões e por ampliar meus conhecimentos. Obrigada!

Aos amigos do grupo de pesquisa GPFIMA, em especial a Delmira um anjinho na minha vida, pelas discussões em nossos encontros na sala 09 e no Aquário foi enriquecedor para minha formação profissional e pessoal. Obrigada a todos.

Aos colegas da Turma de mestrado de 2018, especialmente a Gleison Parente parceiro de grupo de pesquisa e das produções junto com Keeze e Eduardo, pelas trocas de experiências, discussões, nossos cafés debates no Moura, especialmente com Ademilson, Ticiano, Ana Vanuzia, Thiago, Lucas e Daniel Vieira, nossas comilanças em sala de aula, nossos encontros no sofá ou no aquário. Vocês foram essenciais para deixar a jornada mais leve.

Agradeço aos professores do Programa Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelos ensinamentos compartilhados. Especialmente a Rosemeri Melo e Souza pelas sugestões na Qualificação, por todo carinho que sempre me tratou, muito obrigada por tudo, meu carinho, estima e admiração, Deus continue iluminando sua vida profissional e pessoal; aos professores Jailton de Jesus Costa e Alceu Pedrotti pelas orientações em sala de aula e pelas nossas conversas nos corredores do PRODEMA. E a toda a equipe da coordenação do PRODEMA, nas pessoas da professora Maria José, Luzia, Cícero, Lucas e Rosa pela atenção e carinho dispensados durante todo o curso.

A todos que participaram das entrevistas, a Heloísa do SEPLOG, a Secretária Municipal de Meio Ambiente – SEMA e ao Ministério Público na sua Promotoria de Meio Ambiente, disponibilizando arquivos e imagens contribuíram na coleta de dados sobre estudo em epígrafe.

A CAPES pela ajuda de custo, nos eventos externos ao estado e nas visitas de campo.

Enfim, a todos aqueles que fizeram parte dessa caminhada, na concretização de um sonho. Muita luz para todos!

Gratidão!

A história da vida sobre a Terra tem sido uma história de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente. Em grande parte, a forma física e os hábitos da vegetação da Terra, bem como a sua vida animal, foram moldados pelo seu meio ambiente. Tomando-se em consideração a duração toda do tempo terrenal, o efeito oposto, em que a vida modifica, de fato, o seu meio ambiente, tem sido relativamente breve. Apenas dentro do momento de tempo representado pelo século presente é que uma espécie – o Homem – adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo (Rachel Carson – Primavera Silenciosa, 1969, p. 15).

## RESUMO

O projeto de pesquisa configura-se com base na governança desempenhada no Museu do Mangue, no bairro Coroa do Meio, na capital sergipana. As ações de gestão que o município de Aracaju tem adotado à luz da legislação ambiental vigente são direcionadas à conservação, principalmente nas áreas de manguezal. A ideia de governança busca promover um pluralismo político, em que a comunidade local está envolvida na construção de políticas públicas, cujo capital social é um fator determinante da governança ambiental. A Educação Ambiental, como ação interdisciplinar, contribui para pertencimento da comunidade com o meio ambiente, envolvendo os sujeitos no planejamento em um viés social, econômico e ambiental. O objetivo geral versa analisar a governança empregada no Museu do Mangue e a participação da comunidade local nas tomadas de decisões. E os objetivos específicos consistem em: identificar os atores envolvidos na constituição histórica do Museu do Mangue; descrever os elementos que desencadearam a criação do Museu do Mangue; conhecer as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no Museu do Mangue; e, avaliar as Políticas Públicas de desenvolvimento socioambiental, na construção e funcionalidade do Museu do Mangue. A pesquisa é classificada como qualitativa com abordagem exploratória, dentro do método fenomenológico, com instrumento de coleta de dados, análise documental, observação sistemática, entrevistas semiestruturadas com gestores, instituições, ONGs, representantes da comunidade e uso de registros fotográficos. As entrevistas foram analisadas pelo software de Iramuteq, gerando árvore máxima de similitude. Pode-se concluir que a participação efetiva cidadã, na construção de políticas públicas sob a perspectiva da governança ambiental do Museu do Mangue, modifica os impactos sobre o manguezal, definindo limites, agregando direitos e deveres a todos os atores envolvidos, proporcionando um estilo de vida pensando no coletivo.

**Palavras-Chave:** Capital social; Educação Ambiental; Pertencimento; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The research project is based on the governance performed at the Mangrove's Museum, in the Coroa do Meio district, in the capital of Sergipe. The management actions that the municipality of Aracaju has adopted in light of the current environmental legislation are aimed at conservation, mainly in mangrove areas. The idea of governance seeks to promote political pluralism, in which the local community is involved in the construction of public policies, whose social capital is a determining factor in environmental governance. Environmental Education, as an interdisciplinary action, contributes to the empowerment of the community with the environment, involving the subjects in planning in a social, economic and environmental bias. The general objective is to analyze the governance employed at the mangrove's museum and the participation of the local community in decision-making. and the specific objectives are: to identify the actors involved in the historical constitution of the mangrove's museum; describe the elements that triggered the creation of the mangrove museum; know the environmental education actions developed at the mangrove's museum; and, to evaluate the public policies of socio-environmental development, in the construction and functionality of the mangrove museum. The general objective is to analyze the environmental governance and its articulation with the local community, in the decision making regarding the Mangrove's Museum, in the Coroa do Meio district. The research is classified as qualitative with an exploratory approach, within the phenomenological method, with an instrument for data collection, document analysis, systematic observation, semi-structured interviews with managers, institutions, ONGs, community representatives and use of photographic records. The interviews were analyzed using the Iramuteq software, generating a maximum similarity tree. It can be concluded that effective citizen participation in the construction of public policies from the perspective of the environmental governance of the Mangrove's Museum, modifies the impacts on the mangrove, defining limits, adding rights and duties to all actors involved, providing even greater quality collective life.

**Key words:** Social Capital; Environmental Education; Belonging; Public Policies.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo. ....	44
Figura 2 – Habitações subnormais na década de 90 sobre o manguezal do bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE .....	45
Figura 3 – Mapa da visão geral do Museu do Mangue e seu entorno .....	47
Figura 4 – Projeto arquitetônico do Museu do Mangue .....	49
Figura 5 – Casas Populares e Reurbanização do bairro Coroa do Meio. ....	58
Figura 6 – Árvore Máxima de Similitude em relação à participação dos entrevistados na criação e funcionalidade do Museu do Mangue .....	72
Figura 7 – Árvore Máxima de Similitude em relação à importância socioambiental da criação do Museu do Mangue.....	74
Figura 8 – Impactos causados ao manguezal da Coroa do Meio e ao Museu do Mangue .	76
Figura 9 – Árvore Máxima de Similitude de que forma a governança pode contribuir para as ações socioambientais no entorno do Museu .....	77
Figura 10 – Árvore Máxima de Similitude em relação aos compromissos assumidos pelos atores envolvidos na governança ambiental do Museu do Mangue .....	79
Figura 11 – Ações da Comunidade local nas margens do manguezal.....	81
Figura 12 – Árvore Máxima de Similitude do que é necessário para se chegar a um desenvolvimento sustentável por meio dos compromissos assumidos pelos atores envolvidos no Museu do Mangue.....	82
Figura 13 - Árvore Máxima de Similitude sobre a opinião dos entrevistados em relação à coerência no tipo de governança empregado no Museu do Mangue.....	85
Figura 14 - Árvore Máxima de Similitude sobre opinião dos entrevistados sobre a falta de comprometimento dos atores envolvidos com o Museu .....	87
Figura 15 - Árvore Máxima de Similitude sobre a participação da comunidade local na governança do Museu .....	89
Figura 16 - Árvore Máxima de Similitude sobre as políticas públicas empregadas no Museu do Mangue .....	91
Figura 17 – Árvore Máxima de Similitude ao desenvolvimento de políticas públicas ambientalmente efetivas e socialmente justas .....	93
Figura 18 – Imagens geradas pela visita de campo realizada dentro dos rios Poxim e Sergipe que margeiam o Museu do Mangue e seu entorno .....	95

Figura 19 – Árvore Máxima de Similitude sobre quais políticas públicas são implementadas no entorno do Museu do Mangue que visava o desenvolvimento sustentável .....	96
Figura 21 – Árvore Máxima de Similitude em relação a contribuição da Educação Ambiental no pertencimento da comunidade com ecossistema de manguezal .....	99
Figura 22 – Árvore Máxima de Similitude sobre a opinião dos entrevistados em relação o que é necessário para o sucesso do Projeto Museu do Mangue .....	101
Figura 23 – Imagens de alguns espaços públicos as margens do manguezal da Coroa do Meio.....	103
Figura 24 – Ecoponto do bairro Coroa do Meio.....	104

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plataformas utilizadas na revisão sistemática.....	50
Quadro 2 – Plataforma Google Scholar.....	50
Quadro 3 – Plataforma PRODEMA/UFS.....	51
Quadro 4 – Plataforma Periódicos CAPES .....	51
Quadro 5 – Entrevistados identificados por meio de processos .....	54
Quadro 6 – Entrevistados identificados por meio da indicação ( <i>snowball sample</i> ).....	54
Quadro 8 – Ações da SEMA de 2013- 2018 .....	59
Quadro 9 – Notícias de ações desenvolvidas no Museu do Mangue e no seu entorno .....	62

## **LISTA DE SIGLAS**

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ADEMA	Administração Estadual de Meio Ambiente
AMPRODESC	Associação dos Moradores e Produção e Desenvolvimento Social e Cultural de Aracaju
APP	Áreas de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARE	Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONDURB	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
COSAN	Coordenação de Saneamento Ambiental
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
DEPROCOMA	Delegacia de Proteção ao Consumidor e Meio Ambiente
DPU	Departamento de Patrimônio da União
EA	Educação Ambiental
EMSURB	Empresa Municipal de Serviços Urbanos
EMURB	Empresa Municipal de Obras e Urbanização
FMA	Fundação Mamíferos Aquáticos
FUNDAT	Fundação Municipal de Formação para o Trabalho
GEE	Gases do Efeito Estufa
GMA	Guarda Municipal de Aracaju

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFS	Instituto Federal de Sergipe
JUCESE	Junta Comercial do Estado de Sergipe
MP/SE	Ministério Público de Sergipe
ONGs	Organizações não Governamentais
PMA	Prefeitura Municipal de Aracaju
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PROCON	Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROEJ	Procedimentos Extrajudiciais
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RIV	Relatório de Impacto de vizinhança
SE	Sergipe
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEIDES	Secretaria de Estado de Inclusão Social
SEJESP	Secretaria Municipal de Juventude e Esporte
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracaju
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEMDEC	Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania
SEMED	Secretaria Municipal da Educação
SEMFAS	Secretaria Municipal da Assistência Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SISGES	Construção do Sistema de Gestão da SEMA
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMS	Secretaria Municipal da Saúde

SMTT	Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TLAM	Taxa de Licenciamento Ambiental
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIT	Universidade Tiradentes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>43</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização da área de estudo – bairro Coroa do Meio.....</b>	<b>43</b>
<b>3.2</b>	<b>O Caminho da Pesquisa .....</b>	<b>49</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE ANUÊNCIA .....</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>119</b>
	<b>ANEXO A – NOTÍCIA: O MANGUE E A COROA DO MEIO (1996) .....</b>	<b>121</b>
	<b>ANEXO B – INVASÕES NA COROA DO MEIO PREOCUPAM AUTORIDADES (1996) .....</b>	<b>122</b>
	<b>ANEXO C – DIÁRIO OFICIAL SOBRE A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COROA DO MEIO (2003) .....</b>	<b>123</b>
	<b>ANEXO D – MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (2001).....</b>	<b>124</b>
	<b>ANEXO E – DIÁRIO OFICIAL SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ARACAJU – SEMA (2013).....</b>	<b>131</b>
	<b>ANEXO F – PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO MUSEU DO MANGUE (2017) .</b>	<b>136</b>

# INTRODUÇÃO



Fonte: Eliene Oliveira da Silva, Nov. 2019.

Toda a natureza é uma harmonia divina, sinfonia  
maravilhosa que convida todas as criaturas a que  
acompanhem sua evolução e progresso.

**Tsai Chih Chung**



## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem se intensificado a busca por projetos e programas que apontem o caminho para o desenvolvimento sustentável, modificando o estilo de vida adotado pela sociedade. Deste modo, Santos (2004) adverte sobre necessidade urgente de adoção de política ambiental voltada para a conservação e para a conservação dos recursos naturais, criando um pacto entre a sociedade e a natureza. O que Carvalho (2012), chamou de “contrato natural”, ampliando a discussão sobre os possíveis meios de reunir o estilo de vida com a integridade dos bens ambientais, com negociações no presente e planos para o futuro.

A governança ambiental busca conciliar o social, o ambiental e o econômico, para chegar ao desenvolvimento sustentável, com ações efetivas e não no campo do falso discurso ambientalista. Mas para isso, é preciso adotar uma política ambiental em que ocorra um comprometimento de todos os envolvidos na governança, para que não ocorra o distanciamento entre o discurso e a prática, essas ações possam ser produzidas e reproduzidas ao longo do tempo.

Os projetos e programas ambientais devem estar pautados no contexto local, envolvendo a Comunidade na construção de ações para uma boa governança ambiental, atendendo a todas as necessidades de cunho socioambientais. Essa ideia busca promover um pluralismo político, nas decisões públicas em que a comunidade local está envolvida e também nas políticas públicas implementadas. Para Fonseca e Bursztyn as “[...] organizações não governamentais passam a ser importantes atores na definição e gestão de políticas públicas” (2009, p. 22), sendo assim, as Organizações Não Governamentais - ONGs desempenham um papel relevante na construção e na participação das ações socioambientais, corroborando para o equilíbrio do Meio Ambiente.

A participação da comunidade no processo de governança ambiental, ressaltada pelo capital social, através dos lucros que o pertencimento a um grupo proporciona, tornando possível a obtenção de benefícios para a comunidade local. É inegável a importância de se estimular a participação social nas tomadas de decisões em relação ao contexto local, em outras palavras, o investimento social consciente orienta as relações sociais, que implicam obrigações continuadas, direitos e deveres a serem assumidos (BOURDIEU, 2007).

A Educação Ambiental – EA contribui nesse processo de governança ambiental, sensibilizando a sociedade em relação aos problemas ambientais. Para Barbieri “Uma política pública ambiental deve contemplar a Educação Ambiental como um de seus instrumentos”

(2007, p. 88). Tornando a população mais consciente, aumentando assim o contingente de pessoas que defendam políticas públicas voltadas para a conservação do Meio Ambiente, estimulando as pessoas a serem também portadoras de soluções e não só de denúncias, tendo assim uma população participativa nas ações socioambientais.

A EA é peça fundamental no processo de governança e o sentimento de pertencimento da comunidade local com o Meio Natural, envolvendo os sujeitos no planejamento de ações com viés social, econômico e ambiental. Esse tripé da sustentabilidade é a metodologia da Educação Ambiental, por meio do estilo de vida assumido pela comunidade na conservação do Meio Ambiente e, no caso em estudo, o ecossistema de manguezal, o qual desempenha uma função importante no equilíbrio ambiental.

O presente projeto configurou-se com base no tipo de gestão desempenhada no Museu do Mangue, no bairro Coroa do Meio, na capital sergipana, em consonância com as ações de gestão ambiental do município de Aracaju à luz da legislação ambiental vigente, direcionadas a conservação ambiental, principalmente às áreas de manguezal.

Diante do apresentado e ciente da importância de se ter uma boa governança ambiental onde há participação de todos os atores envolvidos, formulou-se a seguinte problemática: **Os problemas que envolvem o Museu do Mangue foram ocasionados pela descontinuidade do processo de governança e pela ausência de pertencimento da comunidade local com o espaço?**

Para responder ao problema proposto, foram verificadas as ações de governança utilizadas para o desenvolvimento do Museu do Mangue e a participação da Comunidade Local nesse processo de modo a identificar, por exemplo, quais foram as políticas públicas voltadas à proteção ambiental das referidas áreas e, como elas estabelecem limites ao desenvolvimento econômico.

Diante do exposto, a discussão sobre as ações de governança para o desenvolvimento sustentável fundamental analisar a atuação dos órgãos ambientais, no que concerne à ocupação das áreas de manguezal, bem como, as políticas públicas com abordagem crítica-reflexiva no processo socioambiental.

E para impulsionar o desenvolvimento desta pesquisa, o objetivo geral proposto versa analisar a governança ambiental empregada no Museu do Mangue e a participação da comunidade local nas tomadas de decisões. E os objetivos específicos consistem em: identificar os atores envolvidos na constituição histórica do Museu do Mangue; descrever os

elementos que desencadearam a criação do Museu do Mangue; listar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no Museu do Mangue; e, avaliar as Políticas Públicas de desenvolvimento socioambiental, na construção e funcionalidade do Museu do Mangue.

A relevância deste estudo justifica-se por refletir sobre as questões socioambientais pelo viés da governança ambiental, com vários atores envolvidos de forma participativa na gestão de um espaço público que foi criado com objetivo de gerar desenvolvimento sustentável para localidade do bairro Coroa do Meio, para conservação do ecossistema de manguezal, como também na geração de renda e como equipamento de Educação Ambiental para a comunidade local. Para atingir os objetivos propostos o presente estudo está assim dividido.

O primeiro capítulo descreve a revisão sistemática que fundamenta teoricamente o conceito de Governança no contexto da Política Ambiental, refletindo sobre a relação homem e natureza e a participação da comunidade local nas tomadas de decisões de espaços públicos criados com viés socioambiental, de modo a fortalecer a relação com os gestores públicos. A Educação Ambiental como instrumento essencial para compor o estudo sobre Governança e Comunidade Local, EA emancipatória busca articular a sociedade civil na discussão sobre os recursos naturais, ao colocar aspectos que auxilia no equilíbrio socioambiental, dos envolvidos de modo a contribuir no pertencimento da comunidade local com o Meio Natural.

No segundo capítulo, comporta o universo da pesquisa, a caracterização da área de estudo com a descrição das etapas cumpridas no processo de investigação, destacando os procedimentos metodológicos e o tratamento dos dados. A pesquisa é classificada como qualitativa com abordagem exploratória, dentro do método fenomenológico, com instrumento de coleta de dados, tais como revisão sistemática dos conceitos sobre os descritores Governança, Comunidade Local e Educação Ambiental, observação sistemática por meio de anotações dos impactos observados em cada visita de campo, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. As entrevistas foram analisadas pelo software Iramuteq, gerando árvores máximas de similitude.

O terceiro capítulo, por meio dos documentos analisados e das análises dos resultados das entrevistas realizadas com os atores envolvidos com o Museu do Mangue, as entrevistas foram tratadas pelo software Iramuteq. Após o término das mesmas, realizou-se a análise de similitude a qual permitiu identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado trouxe indicações da conexidade entre os entrevistados. Levando a compreensão do objeto de estudo para o desenvolvimento sustentável, desde a sua concepção no processo de governança,

incluindo a participação da comunidade local. Nas considerações finais, exibem-se os resultados obtidos com a pesquisa, além disso, refletiu-se a cerca dos objetivos traçados e respondeu-se a problemática que norteou o estudo em epígrafe. Seguem as referências, os anexos e os apêndices.

# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



Fonte: Eliene Oliveira da Silva, Set. 2019.

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa  
carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário,  
não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

**Mahatma Gandhi**

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com as mudanças que estão ocorrendo no mundo, faz-se necessário uma governança pública que legitima a participação da comunidade nas tomadas de decisões. Constata-se que a sociedade vem exigindo dos governos, melhor prestação de serviços públicos. A administração pública, diante do contexto ambiental, deve buscar melhorar a sua forma de atuar nos seus diversos âmbitos (local, estadual, regional, nacional e global).

No contexto da Política Ambiental e de acordo com Câmara (2013), a aplicabilidade dos conceitos de governança, leva a uma reflexão sobre as transformações da sociedade brasileira e da sua relação com os recursos naturais. As ações de governança buscam viabilizar a inclusão, gerar oportunidades, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável, resultando assim no principal desafio para uma governança sustentável.

Este desafio impõe aos governos e às administrações públicas, a necessidade de repensar a questão da governança e do modelo de gestão pública, ao mesmo tempo em que exige mecanismos inovadores de relacionamento com a sociedade. Para Gonçalves (2005), a definição de governança remete a capacidade de produzir resultados eficazes, no qual inclui a dimensão estatal, municipal e de setores privados, para administração dos problemas, com participação e ação de todos.

É relevante destacar que as principais funções do Estado, estão orientadas para a manutenção da ordem interna; defesa do território; representação externa; provimento da justiça; tributação e administração dos serviços. O que reforça seu papel na sociedade na provisão dos direitos fundamentais, como saúde, educação, habitação, alimentação, redes de proteção social, funções de conservação do Meio Ambiente, entre outros. (MATIAS-PEREIRA, 2016). As políticas públicas atreladas a gestão social entendida por Macedo et al. (2015) destaque que:

A gestão social é entendida como um instrumento de democratização na gestão das políticas públicas, na busca da implementação da política de desenvolvimento local com cidadania. Considerando, assim, essencial a participação dos diversos atores sociais. No cenário político atual ampliou-se o debate acerca de políticas públicas, atreladas à democratização do Estado e da sociedade. Esse movimento introduz a participação da sociedade civil na formulação, na gestão e no controle das políticas públicas (MACEDO *et al.*, 2015, p. 139).

Por sua vez, a governabilidade diz respeito ao exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo. Assim, a governança poderá ser compreendida como “a capacidade

que determinado governo tem para formular e implementar as suas políticas” (MATIAS-PEREIRA, 2016, p. 77). Segundo Matias-Pereira, para que ocorra uma boa governança pública, a mesma precisa estar apoiada em uma relação ética e com transparências nas suas ações governamentais.

A governança ambiental, de acordo com Kronemberger e Costa (2016) exerce um papel fundamental na viabilização de uso sustentável dos recursos naturais, estimulando a participação dos movimentos sociais e ambientais no real exercício da cidadania e democracia, em busca do bem-estar. Os órgãos públicos e privados, segundo as autoras “[...] ênfase dada à governança ambiental é importante para introduzir o debate nas discussões a cerca do desenvolvimento local e suscitar novos trabalhos e aprofundamentos” (2016, p. 359). Isso mostra que a participação dos cidadãos na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas, são essenciais para o desenvolvimento local e para a democracia, de modo a construir ações de governanças eficientes ao respeitar o pluralismo da sociedade, fortalecendo as relações entre os governantes e os cidadãos.

A governança pressupõe de vontade política, para a construção de espaços públicos democráticos que possibilitem maior articulação, discussão e diálogo entre os diversos atores de forma efetiva, na formulação de políticas públicas, a qual deve se desenvolver de forma eficaz, transparente e compartilhada. Caso não ocorra dessa forma, podem surgir dificuldades em decorrência de deficiências nessas representações civis; no enfraquecimento em determinados momentos e situações; ou ainda quando sobressair interesses individuais que se distorcem do coletivo. Quando se há uma boa governança tende a melhorar a fé pública e a confiança no ambiente político, promovendo o bem-estar da sociedade (ZAMBANINI *et al.*, 2018).

Uma das ações adotadas para expansão da cidade de Aracaju foi o aterramento dos manguezais, sobre a justificativa da necessidade de moradia, de abertura de praças, de ruas para integração da cidade, causando problemas socioambientais em decorrência do chamado desenvolvimento, os quais “Se fundamentam nas ações antrópicas, nos problemas sociais construídos nas práticas sociais que se desenvolvem em seu espaço.” (SANTOS, 2016, p. 43). Assim, torna-se necessário fazer avaliação dos impactos socioambientais, enquanto elemento essencial para governança, considerando os aspectos ambientais, sociais, culturais e políticos com base na elaboração de estratégias de planejamento em gestão ambiental.

A governança implica na participação de diferentes atores, sendo indispensável para construção democrática de políticas públicas. Dessa forma, o conceito de governança segundo Wolkmer e Pimmel assume outros contornos, “coligam-se à noção de boa governança os

seguintes princípios: participação, transparência, equidade, responsabilidade, ética e sustentabilidade” (2013, p. 170), apresentando soluções organizacionais que propiciam uma interatividade entre governo e cidadania.

Segundo Fiorillo e Ferreira (2015), o engajamento de todos é de fundamental importância para que se possa reconhecer a multiplicidade de interesses e necessidades, sendo premente aproximar, o direito dos problemas decorrentes da relação ambiente e sociedade. O que pode ser observado no crescimento urbano das cidades, causando impactos ambientais, assim demonstrados por Santos (2011), que:

O acelerado processo de crescimento demográfico, conjugado a crescente urbanização que se processa muitas vezes de forma desordenada, intensifica o desmatamento e ocasiona a transformação do meio ambiente natural, fazendo emergir indagação acerca do esgotamento dos recursos naturais (SANTOS, 2011, p. 16).

Para que o crescimento da cidade não ocorra de forma desordenada, o Plano Diretor da cidade, é considerado como importante instrumento que prevê o crescimento da cidade em meio ordenado e planejado, e que em função do seu desdobramento e necessidades, são criadas as propostas e implementadas políticas públicas, tem como fins atender os interesses coletivos por meio das ações apontadas no documento. Para sua elaboração, são realizadas audiências públicas proporcionando a participação da sociedade no processo construtivo do plano diretor, no entanto ações que os norteiam nem sempre atendem o bem comum e com isso, chegar ao desenvolvimento sustentável que Sachs (2008), considera como alternativa para harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ao Meio Ambiente, dada pela legislação.

O Desenvolvimento segundo Mauro *et al.* (2018) não poderá ocorrer a todo custo, deve se impor limites à atuação do homem sobre o Meio Ambiente, considerando sua capacidade de suporte, a fim de manter a perenidade dos recursos naturais para o presente e para gerações futuras. Por isso, é premente a necessidade de incluímos nas pautas da governança ambiental a discussão do desenvolvimento sustentável e incorporá-la na agenda do Poder Público, pois a finalidade do Estado é atender o bem comum e não os interesses do mercado.

Neiman e Rabinovici (2010) frisam que a sustentabilidade deve se pautar em aspectos da cidadania sustentável com dinâmicas participativas, capacitação redimensionando os espaços, culturas, paisagens e economias para aferir respectivos benefícios. Daí a necessidade de uma postura sustentável nas regiões em ainda encontram o ecossistema de manguezal na



capital sergipana. Pois acelerado crescimento da população conjuntamente à má administração pública e privada, ocasionam grandes problemas ambientais, como por exemplo, depósito irregular de resíduos sólidos, desmatamento, aterramento, dentre outros.

Diante da realidade dos impactos ambientais causados em áreas de manguezais pelas ações antrópicas, faz-se necessário a aplicação urgente de ações de governança para a recuperação e conservação desse ecossistema. A ação mais utilizada na governança ambiental, realizada pelos órgãos públicos e privados é a Educação Ambiental (EA), que vem a contribuir na relação entre as comunidades locais e os órgãos públicos.

O processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações, cada um dos quais suscetíveis a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação. Envolvendo o tipo de governança que é empregada com diferenças interesses, tentando buscar o senso comum. A percepção da Comunidade sobre as características locais e suas necessidades são ações importantes na tomada de decisões nesse processo.

A participação da comunidade no processo de governança ocorre por intermédio de um indivíduo ou de um grupo restrito, podendo constituir um monopólio daquele que possa regularmente se locomover, prescindir de horas de trabalho e ter voz ativa. Fonseca e Bursztyn expõem que o monopólio acaba “[...] institucionalizando a exclusão, ao invés de estimular a participação” (2009, p. 26). E assim cria-se uma elite local ou fortalece-se o poder daqueles que já se constituem elites. Sendo assim, a participação da comunidade nas tomadas de decisões pode reproduzir desigualdades, se elas somente promoverem as vozes e valores daqueles que são mais articulados e facilmente acessíveis na comunidade.

O desempenho do governo e da sociedade civil no processo de governança ambiental deve ser pautado nos contextos locais, definindo quais características são realmente necessárias, quais são apenas ideias e quais são inviáveis. O planejamento ambiental passa a gerar políticas, metas e planos de ação visando o socioambiental. Para Andrade e Tachizawa a gestão ambiental, “[...] é motivada por uma ética ecológica e por uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações” (2012, p. 18), estabelecendo que para a boa governança é fundamental uma postura ética baseada nas leis, bem como uma cidadania ativa nas tomadas de decisão sobre o espaço público de vivência local, buscando o bem comum.

Essa relação do espaço público é visto como sendo um, “[...] recurso simbólico da identidade local, produzido ao longo do tempo através da sobreposição e conjugação de diversos ‘layers’ socioculturais, quer enquanto local de encontro, de debate, de confronto de ideias e de práticas” (MACHADO; ANDRE, 2012, p. 120). Os autores trazem um

entendimento sobre a ideia de repensar a governança, procurando os espaços públicos de uso coletivo, deve mobilizar práticas de cidadania cívica e política. Uma vez que promove “a conciliação entre espaço público institucional e uma cidadania governante por meio de procedimentos mais desburocratizados e participativos de gestão pública atuariam como salvaguardas da autonomia local” (COLBARI, 2013, p. 29), aplicando práticas de governança que se sobressaem à preocupação de defender determinados espaços, mediante um reforço das relações de reciprocidade, de cooperação entre os cidadãos da comunidade local e os poderes públicos.

Para que ocorra a cooperação da comunidade nas ações de governança implementadas no local é preciso motivar as pessoas a se engajarem nas tomadas de decisões, de forma a existir um pertencimento, pois “[...] isso se dá em função de que qualquer programa de governo tem que estar balizado no exercício do poder deve ser compartilhado” (SOUZA *et al.*, 2017, p. 714), tornando imprescindível o fortalecimento e a legitimação da participação de todos com vistas a alcançar um equilíbrio preconizado no pilar da sustentabilidade.

Tavares (2005) destaca que é imprescindível para o desenvolvimento sustentável as premissas de equidade social, responsabilidade ecológica e a participação cidadã. Pois, a participação cidadã é necessária para a gestão das políticas públicas, direcionadas ao desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado, uma vez que os cidadãos se tornam sujeitos políticos, a fim de mobilizar energias sociais, recursos, potencialidades locais para a implementação de mudanças que elevem as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local, com o objetivo de assumir a gestão das políticas públicas e a capacidade de gerenciamento dos municípios, por meio do executivo, ONGs e demais segmentos sociais com base no controle social. Essa mudança de atitudes, quando inseridas nas instituições políticas possibilita:

Uma transformação substancial nas relações políticas entre o Estado e as comunidades. O respeito à autonomia comunitária transforma os atores de objeto em sujeito do seu próprio desenvolvimento, conferindo, não apenas maior efetividade aos processos de gestão, mas, sobretudo, a tão desejada sustentabilidade, através do debate público entre as forças que se complementam e se contrapõem numa realidade vista como possível de ampliar o espaço democrático nas sociedades (TAVARES, 2005, p. 123).

A sustentabilidade democrática na gestão de políticas públicas se produz também com o envolvimento participativo dos diversos atores sociais e políticos, que englobam a comunidade ou a sociedade civil local, colaborando para aumentar a capacidade da população

de advogar por seus interesses. E esse é o ingrediente chave do processo de efetividade de políticas públicas para o desenvolvimento.

Para a organização do sistema de governança ambiental, é necessário pensar sobre alguns conflitos relacionados às políticas e regras de administração de espaços públicos, que envolvem o social, o ambiental e o econômico. Nascimento e Bursztyn (2010) são categóricos ao descrever:

O estabelecimento de sistemas hierárquicos rígidos pode aumentar a velocidade das decisões, mas, ao mesmo tempo, pode ignorar os interesses de alguns dos participantes do processo e colocar em risco o próprio sistema. Dessa forma, é essencial elaborar uma estrutura de governança com ações voltadas aos diferentes graus de envolvimento dos atores de maneira a facilitar a descoberta rápida de conflitos e identificar formas efetivas de resolução (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010, p. 67).

A Governança Ambiental deve estar amparada na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, em instrumentos utilizados para balizar as ações das instituições públicas e privadas, como também pela comunidade por meio de cobranças do cumprimento da legislação, promovendo um pluralismo político com transparências nas escolhas e decisões políticas. O qual deve ser “Apoiado nos conceitos de capital social, que se referem aos aspectos da organização social, tais como redes de comunicações, regras de confiança, que facilitam a coordenação e cooperação para obtenção de benefícios mútuos” (SOUZA *et al.*, 2017, p. 714). A noção de capital social impôs-se como único meio de designar:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2007, p. 67).

Para o autor essas ligações são irredutíveis pela proximidade no espaço físico ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas materiais e simbólicas, o capital social não é independente, ele exerce um efeito multiplicador, enquanto não houver instituições que representem, a comunidade permite concentrar nas mãos de um agente singular a totalidade do capital social e delegá-lo para exercer o poder de representar e defender os desejos da coletividade. Em relação ao capital social, Putnam (2006), destaca:

Uma característica específica do capital social - confiança, normas e cadeias de relações sociais - é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Assim como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados (PUTNAM, 2006, p. 180).

Para o autor, a participação da sociedade civil é essencial no capital social, pois quanto mais desenvolvida for a comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Fonseca e Bursztyn afirmam que “O capital social teria a finalidade de fortalecer a solidariedade comunitária mediante expectativas de reciprocidade e aplicação das normas sociais” (2009, p. 29) e assim, contribuindo para aumentar a eficácia nas ações coordenadas em prol da comunidade local, permitindo cooperação e confiança entre os indivíduos de um grupo social.

A governança ambiental que regula o mercado e a vida social busca um nível de pertencimento da comunidade, nos níveis trazidos pelo capital social. Pois,

O capital social pode ser agrupado em três níveis: no nível individual, com atuação no mercado e nas instituições sociais (horizontal e vertical); no nível de pertencimento e identificação dos indivíduos nas redes sociais, facilitando bens e recursos; e no nível comunitário coletivo, regulando a vida social. (SOUZA *et al.*, 2017, p. 714).

O capital social traz atributos para a governança ambiental por meio da participação de todos os envolvidos, a descentralização de poder, a responsabilização compartilhada dentre outros. Esse engajamento da comunidade nas ações de governança ambiental contribui para pressão por políticas públicas que melhorem o estilo de vida da população local e a conservação dos recursos naturais, no caso em estudo as áreas de manguezal.

Tratar das ações de governança ambiental nas áreas de manguezal prescinde da verificação de como vêm ocorrendo à compensação ambiental devido à degradação ocorrida no referido ecossistema. Sobre o tema, a obra “Desvendando a compensação ambiental: aspectos jurídicos, operacionais e financeiros” de Leonardo Geluda *et al.* (2015, p. 18) ressalta que, “Talvez o maior desafio para conservação da natureza esteja refletido justamente no baixo valor percebido e atribuído à manutenção dos serviços e bens ambientais.”. A partir da colocação do autor podemos inferir que, um dos grandes desafios para a conservação do Meio Ambiente refere-se à escassez de recursos destinados a sustentação das atividades de governança.

Devido a crescente demanda da sociedade por recursos naturais, torna-se indispensável maior efetividade de ações de conservação e uma necessidade de estratégias de governança para as gerações futuras, face aos cenários de destruição e diante das diversas alterações sofridas pelos ecossistemas, principalmente o de manguezal. Nesta perspectiva, o baixo valor destinado ao desenvolvimento de ações de governança ambiental prejudica a proteção do Meio Ambiente, pois nem sempre o problema é o de falta de legislações sobre determinado tema e sim a falta de efetividade dos mecanismos de controle e fiscalização.

Na visão de Rodriguez e Silva (2016) os instrumentos de governança ambiental são ações imprescindíveis para o desenvolvimento da política ambiental, a exemplo do planejamento. Pois, o ato de planejar é abalizar planos para o futuro, visando o que se deseja atingir e de que forma obter o resultado almejado. Deste modo, o planejamento é uma função basicamente administrativa, sendo um mecanismo fundamental do Estado e da sociedade, voltado para administrar as ações a serem realizadas.

A construção de espaços deliberativos é fundamental para o fortalecimento da gestão democrática, integrada e compartilhada. Cooperando para o crescimento de uma participação cidadã, favorecendo melhor a representação dos interesses da comunidade com qualidade e equidade nas respostas das demandas sociais. Isso demonstra a importância da participação civil nos conselhos ambientais enquanto espaços de questionamento, de forma a balizar as relações entre Estado e Sociedade Civil no campo das políticas públicas (JACOBI, 2003).

Segundo Cabral (2009) no contexto da questão ambiental, as instituições públicas tem como função solucionar conflitos, defender interesses da coletividade e estabelecer ações de governança ambiental dentro desta perspectiva, emergindo nas necessidades das áreas de manguezais, que continuam a ser utilizados de modo destrutivo pela falta de planejadores e políticos que possam tomar decisões com viés socioambiental.

O planejamento é um processo dinâmico, pois formula um conjunto de decisões, devidamente integradas entre poder público e comunidade. A função de planejamento propõe técnicas para a execução de políticas públicas, contribuindo para os serviços públicos em termos quantitativos e qualitativos, sendo uma atividade permanente e contínua de geração de serviços. Dessa forma, “planejar significa dar transparência e consistência à própria ação, fixando metas e prazos para a orientação e prevendo os meios necessários para alcançá-los.” (MATIAS-PEREIRA, 2016, p. 131). É importante ressaltar que o planejado necessita ser exequível e assim dando continuidade, considerando que o planejamento não deve ser entendido apenas como o processo de elaborar um documento denominado plano ou

programa, mas gerido e acompanhado em todo o processo de execução e em alguns casos rever o planejado.

A política pública depende de uma decisão política e de tomadas de decisões, pois são criadas com o propósito de transformar a realidade. Pois, “[...] elas são implementadas com o objetivo de produzir efeitos a partir da análise de processos, cujas decisões deixam de ser intenções e se tornam intervenção da realidade” (SANTOS, 2015, p. 77) e devem ter caráter de efetividade. Para tanto se faz necessário o acompanhamento, o monitoramento, a avaliação e o controle das políticas por parte da população, ou seja, atores sociais.

Segundo Piccoli *et al.* (2017) atores sociais devem interagir de forma articulada e propositiva com o poder público, numa participação comunitária atuante, defensora e propositora de demandas, contribui de forma articulada com os órgãos públicos sua iniciativas locais, uma vez que são orientadas pelas dimensões da sustentabilidade. Afirmam ainda, que:

Não bastam ‘conselhos’, audiências públicas e outras formas verticais de ‘participação social’ se a representação e mobilização da sociedade forem insipientes. As políticas públicas só serão efetivas enquanto participação social se possibilitarem ações de cunho emancipatório com a perspectiva transformadora das realidades (PICCOLI; KLIGERMAN; COHEN, 2017, p. 408).

A comunidade envolvida nesse processo de participação social resgata sua atuação e responsabilidade na construção de uma boa governança, pois é de suma importância à mobilização dos atores sociais locais, a existência de lideranças cobrando ação proativa dos poderes públicos. Para Santana et al., a gestão pública deve estar associada à gestão social, porque “a gestão social é o conjunto de processos sociais em que a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores” (2011, p. 854), visando evitar que a gestão venha privilegiar interesses do Estado ou de uma minoria que não representa a comunidade local.

Na esfera local, tem-se constatado uma forte mobilização da sociedade civil para elaboração das Leis Orgânicas Municipais, incorporando participação e controle social. Essa mesma sociedade também tem contribuído na construção do Orçamento Participativo: instrumento que busca o envolvimento da população para tomada de decisão na aplicação de verbas públicas, na distribuição de recursos públicos e na realização políticas redistributivas. São exemplos de boa governança onde há participação de vários atores nas tomadas de decisões (LIMA, 2014).

A participação social possui um caráter político, pois desse modo se orienta e se mobiliza para as ações exercidas pelas diferentes forças sociais. É essencial que haja um pertencimento das pessoas e grupos impulsionados na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia na tomada de decisões, para que possam exercer o controle social de maneira efetiva. Piccoli *et al.* Expõem que “A educação insere-se neste processo quando questiona-se o como fazer, o como possibilitar o pertencimento e o fortalecimento dos sujeitos nos espaços e/ou setores onde o controle social faz-se urgente e necessário” (2016, p. 800). Pois:

A participação social pode ser definida como as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social. Essa participação, pode se caracterizar: pelo trabalho popular com o mutirão e apoio mútuo de solidariedade; pela mobilização de cidadãos para negociar com os governantes; pela ocupação de espaços públicos por representarem uma negociação de fato (PICCOLI; KLIGERMAN; COHEN, 2017, p. 400).

A ética nas ações individuais, pensando no coletivo e nas gerações futuras, com abordagens locais que influenciam mundialmente no estilo de vida do Planeta, demonstrando a importância do envolvimento do cidadão de forma participativa e democrática, na construção do desenvolvimento sustentável, harmonizando o social, o econômico e o ambiental.

Neste sentido, a gestão participativa é o processo de diálogo entre vários setores e grupos sociais que estão envolvidos em uma questão, neste caso, a Educação Ambiental integra diversos grupos, buscando planejar ações coletivas nas tomadas de decisões. A EA contribui no aprendizado auxiliando no processo de sensibilização na relação o Meio Ambiente e a Sociedade.

Educar é muito mais do que a mera transmissão de conhecimentos: é uma socialização que envolve diversos contextos, considerando-se a cultura e as especificidades de cada grupo social. Segundo Piccoli et al., “[...] a educação pode ser entendida como o conjunto de ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o Meio Natural e Social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais” (2016, p. 799). A Educação Ambiental (EA) proporciona sendo uma estratégia emancipatória da sociedade ao desenvolver o potencial crítico individual e coletivo das ações de mobilização social.

Nesse sentido, faz-se necessário um processo de sensibilização da população e, para tal, deverá ter como ponto de partida a promoção de formação como base no princípio da

Educação Ambiental, que é uma estratégia para a sensibilização, que foi instituído pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a Lei Nacional nº 9.795/99, que é definido dessa forma em seu Art.1º:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

No Art. 4º da PNEA, deliberam-se os princípios básicos da Educação Ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

Em Aracaju a Educação Ambiental é regulada pela Lei municipal nº 3.309/2005, conforme o Art. 2º, definindo-a:

Como um processo contínuo e disciplinar de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais e para a promoção de atividades que levem a participação das comunidades na preservação do patrimônio ambiental, sendo um meio de promover mudanças de comportamentos e estilos de vida, além de disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades rumo à sustentabilidade (ARACAJU, 2005).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracaju (SEMA), foi criada em 2013. Antes dela, não existia nenhum órgão municipal responsável pelo Meio Ambiente, ficando a cargo do Estado. Sendo, portanto, criado um Setor de Educação Ambiental da SEMA, que ficou responsável pela operacionalização da política de Educação Ambiental no município, oferecendo várias ações como cineambiental, atividades lúdicas (leitura de cordel, música e teatro ambiental), palestras, oficinas, abordagens educativas, construção de hortas comunitárias, plantio de mudas nativas, programas, campanhas e eventos. O Setor de Educação Ambiental da SEMA, atua nas escolas, órgãos municipais, entidades públicas e privadas, espaços públicos abertos, bairros, comunidades e nos parques.

A EA é, portanto, condição necessária para modificar o quadro de crescente degradação socioambiental. Desse modo, constitui conjunto de ações e práticas ambientais,



dirigidas para solução de problemas concretos do ambiente, por meio da interdisciplinaridade e da visão transversal, exigindo a participação ativa e responsável de cada indivíduo da comunidade. Modificando atitudes e comportamentos pela aquisição de conhecimentos e valores, promovendo o envolvimento ativo na busca pela conservação do Meio Ambiente e da melhoria no estilo de vida de todos os seres vivos.

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi lançado pela primeira vez em 2003 e é um dos marcos referenciais na implementação das políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil.

O programa apresenta diretrizes, princípios, visão, missão, objetivos, público e linhas de ação que orientam a educação ambiental no Brasil, assegurando, de forma integrada e articulada, o estímulo aos processos de mobilização, formação, participação e controle social das políticas públicas ambientais, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais, desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) (BRASIL, 2018, p. 13).

Suas ações destinam-se a assegurar a interação, as integrações equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade buscando envolvimento, à participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de estilo de vida. O Programa propõe um constante exercício de transversalidade: a EA no conjunto do governo, nas entidades privadas e na sociedade como um todo, incentivando e potencializando o diálogo interdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação social qualificada nas tomadas de decisões. Para que a atuação do poder público no campo da EA possa viabilizar a articulação entre as iniciativas existentes no âmbito educativo, as ações de formulação e implementação de políticas públicas de Educação Ambiental, devem fortalecer essa perspectiva transversal de forma democrática e participativa. (BRASIL, 2018).

Educação Ambiental emancipatória ou crítica foi escolhida para estudo conforme definida por Lima, “[...] se define pelo compromisso de transformação da ordem social vigente, de renovação plural da sociedade e de sua relação com o meio ambiente” (2002, p. 11). Uma EA emancipatória busca articular todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal, discutindo, compreendendo e problematizando as visões de mundo, e assim incorporando na relação homem e ambiente o que é necessário para estabelecer o equilíbrio.

Para Piccoli et al. (2016, p. 800) essa relação contribui para que “[...] o indivíduo desenvolva a capacidade de mobilizar as competências para a tomada de decisões, sempre com o outro, quando assume uma postura dialógica.”. Assim a EA colabora para a melhoria de estilo de vida das pessoas, quando é orientada pelo controle e participação social.

A existência de conflitos inerentes ao processo de gestão ambiental em uma sociedade desigual, a educação emancipadora visa organizar os diferentes grupos sociais para a intervenção nos espaços de participação, com vistas à transformação social. Com isso o conceito de democracia, está vinculado ao ideário da emancipação, que remete à capacidade de definirmos as regras de convivência social e garantir assim, uma participação política de cada cidadão (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

A abordagem trabalhada pela EA procura conhecer para conservar. Mas, a mesma é insuficiente para causar transformações significativas na realidade socioambiental em parceria com a comunidade local, com base no desenvolvimento de reflexões críticas em que provoque “[...] um sentimento de pertencimento que propicie uma prática social criativa pelo exercício de uma cidadania que assuma a dimensão política do processo educativo” (GUIMARÃES, 2006, p. 12), o que contribui para enfrentar a crise socioambiental.

Para o autor, quanto maior o número de indivíduos transformados, maior será uma sociedade ecologicamente correta. Isso mostra o quanto é importante para EA o comprometimento da comunidade local, de cada indivíduo fazendo sua parte, trabalhando na formação de cidadãos engajados, constituindo um ambiente educativo em que, no exercício de sua cidadania ativa, em seus aspectos coletivo e político, possam se transformar atuando comunitariamente na transformação da realidade (GUIMARÃES, 2006).

Carvalho (2006) corrobora dizendo que:

A preocupação ambiental, as práticas de educação ambiental (EA) vêm se construindo como um bem na contemporaneidade. Oferece como ideal para os processos de formação identitária. Desta forma, crenças, valores, atitudes e práticas ecologicamente orientadas convertem-se num valor ao mesmo tempo social e pessoal (CARVALHO, 2006, p. 32).

No campo da EA, a degradação ambiental muitas vezes está vinculada a injustiça social, por isso é preciso sensibilizar de forma crítica-reflexiva, transformando-se em dimensão política. Compreendemos que a EA é antes de tudo educação e, por fundar-se em escolhas e projetos de sociedade é uma política baseada numa visão de homem formado em uma sociedade de classes diferentes e de interesses distintos, cheia de contradições, definindo a relação sociedade e natureza. A Educação Ambiental é uma combinação de ideias baseadas no pensamento crítico, que está relacionada à justiça, emancipação, participação social e sustentabilidade (FESTOZO, 2018).

Loureiro (2006) discute que não adianta falar de conservação sem considerar os processos sociais que levaram ao atual quadro de esgotamento e extinção, as mudanças de

comportamentos sem pensar como cada indivíduo vive seu contexto e suas possibilidades concretas de fazer escolhas. O autor defende uma forma de pensar a natureza, “[...] como cada civilização, cada sociedade e cada comunidade interagem nela e definiam representações sobre ela; como produziam, geravam cultura e estilos de vida” (2006, p. 70). Nessa perspectiva, cabem à Educação Ambiental entender as relações de poder, o contexto local vivido, os mecanismos de exclusão e inclusão nas políticas públicas e tomadas de decisões.

Sobre Educação Ambiental como forma de superação das injustiças, Sorrentino *et al.* (2005) são categóricos ao descrever:

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente) (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 287).

Ao pensar na complexidade dos problemas ambientais, suas causas e consequências, pautadas nos modelos de desenvolvimento da sociedade atual e suas soluções dependente do diálogo entre os saberes, de forma interdisciplinar. A sensibilização da sociedade para tais problemas devem ser apresentados como produto de tal processo educativo, no qual o educador apresenta os problemas e discute as possíveis soluções para os problemas socioambientais, onde a EA contribui na formação do indivíduo para o engajamento na participação social (BARBOSA *et al.*, 2018).

Ao educar para a cidadania, é possível construir sensibilidade, sentimento de responsabilidade pelo mundo que habita. Os autores apontam que a educação, a gestão participativa e o diálogo entre *stakeholders* (atores, sujeitos sociais) são fundamentais para a regulação ambiental, em que a “A educação ambiental, a qual tem por finalidade abrir espaços que possam contribuir para a melhoria no estilo de vida dos seres humanos e de todas as espécies e sistemas naturais com os quais compartilhamos o planeta ao longo dos tempos.” (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 288). Isso corrobora para as responsabilidades individuais e coletivas, interligadas pelas circunstâncias sociais, ambientais e essa responsabilidade exige autonomia para participação no debate de políticas públicas. E ainda de acordo com os autores:

A política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de

conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum. Sua origem está nas demandas provenientes de diversos sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos, sociais e econômicos, nos quais as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião com pautas a serem debatidas em fóruns específicos (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 289).

A cidadania ambiental requer uma efetivação da educação e de espaços de mobilização, com comunidades em defesa de seu espaço geográfico e contrárias à devastação do Meio Natural, em nível local, encontrando sua participação nas políticas públicas e na própria sociedade, alterando comportamentos e visões do mundo (BERNARDES; FERREIRA, 2010).

Com isso a educação deve abarcar aspectos éticos, políticos e socioculturais possibilitando a compreensão dos espaços territoriais, assim como também da dinâmica ambiental, neste sentido se reconhecendo pertencente desse território (WOLKMER; PIMMEL, 2013).

A participação dos cidadãos é um instrumento de cidadania, que busca mobilizar e sensibilizar pessoas para que transformem as diversas formas de participação em defesa do estilo de vida, nada mais é do que desenvolver uma Educação Ambiental com caráter transformador, onde os indivíduos se reconheçam pertencentes a um grupo, como parte integrante da coletividade, desenvolvendo posturas voltadas ao bem comum. Assim, a EA é capaz de promover mudanças de postura do cidadão frente à realidade socioambiental, mas para isso são necessários investimentos, políticas públicas, envolvimento e comprometimento de vários atores sociais (LEME, 2006).

Segundo Wolkmer e Pimmel (2013, p. 65) “os principais papéis da Educação Ambiental se relacionam à informação e à capacidade de interpretação e análise.” A população precisa ampliar sua capacidade de interpretar as informações socioambientais, que são construídas mediante prática pedagógica da Educação Ambiental. E com base na interpretação dessas informações e da análise socioambiental local, construir juntamente com os atores envolvidos, soluções sustentáveis.

Uma maior participação da população no campo político-administrativo contribui no processo de indução de políticas governamentais, que reflitam sobre as preocupações locais. O processo de governança ambiental deve ser também orientado pela participação social, de acordo com Piccoli *et al.* (, 2016):

Esta participação social por sua vez, só é possível com a população empoderada, mobilizada pela importância da água e dos outros componentes do saneamento. A Educação é o mecanismo pelo qual se dá este processo, como uma mola propulsora

da mobilização e participação com vistas ao controle social sobre os recursos hídricos. População organizada, informada e atuante na exigência do cumprimento de seus direitos, com potencial crítico para observar e cumprir seus deveres de não degradar e não desperdiçar o recurso natural, promovendo a sustentabilidade (PICCOLI *et al.*, 2016, p. 799).

O trabalho da EA busca problematizar as questões ambientais, a fim de construir junto com a sociedade e as autoridades competentes, uma sociedade sustentável, envolvendo discussões sobre questões econômicas, sociais e ambientais, estimulando a participação ativa das comunidades na construção de políticas públicas. Sobre a abordagem agrupada aos conceitos de Educação Ambiental, visando categorizar ações de uma Educação Ambiental Crítica, para Guimarães (2010):

Essa Educação Ambiental que se está procurando balizar é crítica aos paradigmas cientificistas que informam a sociedade moderna urbano-industrial, ao seu modelo de desenvolvimento que se concretiza em sua proposta de uma modernização que é conservadora, porque mantém o status quo (situação atual), e que procura, de acordo com sua racionalidade, direcionar uma compreensão sobre desenvolvimento sustentável. Esse fato caracteriza a noção de sustentabilidade como um campo de disputa. O caráter crítico buscado pretende deixar em evidência as relações de poder e dominação que engendram as sociedades contemporâneas. É dentro deste terreno movediço e altamente complexo que o (a) educador(a) ambiental vai inscrever o sentido de sua ação, posicionando-se como educador(a) e como cidadão (ã). Daí o caráter não estritamente pedagógico, mas político de sua intervenção (GUIMARÃES, 2010, p. 82).

Para o autor supracitado, sensibilizar é um princípio fundamental para Educação Ambiental crítica, deve fortalecer o sentimento de pertencimento solidário, o que interconecta o homem com a natureza. O Meio Ambiente e sua problemática são conteúdos básicos da Educação Ambiental apresentando a interdisciplinaridade nos processos pedagógicos. O processo interdisciplinar integra novos conhecimentos vão sendo construídos novos valores e atitudes, resultando em práticas sociais diferenciadas.

Desse modo, a Educação Ambiental deve ser um processo continuado de aprendizagem, valorizando as diversas formas de conhecimento para assim, formar cidadãos com uma consciência local e planetária, propondo novos caminhos que contemplem um novo paradigma de sociedade sustentável. Segundo Leite (2007), a grande maioria das atividades de EA são realizadas de modo formais, definindo os temas que são preponderantes como: lixo, proteção ao verde, uso e degradação dos mananciais, ações para conscientizar a população em relação aos vários tipos de poluição. Porém, a utilização desse instrumento pelos órgãos governamentais ainda é muito restrita.

O caminho para a realização da transformação ambiental local, prevalecendo nas esferas públicas e na sociedade, para que ambas caminhem juntas, tem chamado a atenção para uma ação política, decorrente do planejamento e do conjunto de ações propostas resultantes das discussões coletivas entre o poder público e a sociedade, onde a segunda deve exercer um papel participativo e de constante cobrança sobre a primeira. Essa interação com o ambiente trazida por Carvalho (2012), ganha um caráter de inter-relação na qual aqueles que oferecem o contexto para uma abordagem da Educação Ambiental, a parte envolvida, são seres simbólicos e portadores de uma linguagem, onde acabam produzindo uma visão do recorte da realidade por eles vivida.

Para que o desenvolvimento de ações em Educação Ambiental seja efetivo, a temática a ser discutida deve estar intimamente associada à realidade vivida pela comunidade em que o processo de EA será desenvolvido. Assim, os problemas socioambientais devem ser tratados como ponto de partida para a discussão, análise e crítica da realidade ambiental. Os ecossistemas de enorme valor biológico como os manguezais, são produtos de diversos cientistas e estudos assim como os desenvolvidos nas ações de Educação Ambiental, com as demandas de conservação desses ecossistemas como também das comunidades humanas costeiras que dependem desse ecossistema para sua sobrevivência (PEDRINI, 2014).

As ações antrópicas sobre a região litorânea do Brasil podem causar impactos negativos nos ecossistemas destruindo sua rica biodiversidade e consequentemente provocando prejuízos as comunidades tradicionais. Necessitando, portanto, do trabalho árduo e urgente, entre políticas públicas severas e efetivas e uma Educação Ambiental como ação de governança. Assim, a EA propõem caminhos que levem a discutir a realidade vivida dos sujeitos sociais, e com esses sujeitos propor possibilidades de voz e ações para transformação de sociedade sustentável.

A Educação Ambiental é a ação de governança mais importante no processo de conservação dos ecossistemas o que demonstra Barbieri (2007, p. 88) ao falar que “A educação ambiental deve estimular as pessoas a serem portadoras de soluções e não apenas de denúncias, embora estas devam ser as primeiras atitudes diante dos desmandos socioambientais”. O autor coloca que a política pública ambiental deve contemplar a Educação Ambiental como instrumento de conscientização da população e assim buscar soluções dos problemas, com planejamento e gestão ambiental.

Para Loureiro (2008) o exercício da cidadania é fundamental para a funcionalidade do espaço público, assim como os diálogos e as disputas dos agentes sociais participam do

processo, formando assim um grupo envolvido na prática de gestão. O que leva a crer que a Educação Ambiental no contexto dos processos de gestão é estratégico para a reflexão crítica sobre os rumos do desenvolvimento, bem como para pensar em um meio de enfrentamento e mediar os conflitos ambientais, além de potencializar propostas que visem a sustentabilidade democrática.

De acordo com Barchi (2016) a Educação Ambiental brasileira tem muito a contribuir com as mudanças de consciência da sociedade, mediante as reivindicações dos movimentos ecologistas. Em primeiro lugar, ela age sobre a população, como uma forma de conduta que possibilita que as pessoas participem do processo de salvação do planeta; em segundo lugar, a Educação Ambiental atende a economia política, pois traz uma proposta de sustentabilidade no qual há um equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental; por último, essa Educação Ambiental serve aos anseios de segurança, desperta a responsabilidade do indivíduo pelo futuro, sendo também capaz de unificar os interesses coletivos no combate ao monstro ecológico, vinculada às práticas de consumo, necessitando serem direcionadas às formas menos predatórias.

Andrade (2016) ressalta a necessidade do bom uso dos recursos de modo coordenado e adequado com as pessoas e com os processos organizacionais, de modo que seja possível alcançar o que foi ambicionado. Dentre eles, o de analisar as ações de governança ambiental realizadas nas regiões em que há manguezal no município de Aracaju, buscando soluções que visa promover a conservação do ecossistema de manguezal ainda existente na capital.

Os manguezais são considerados Áreas de Preservação Permanente – APP e estão amparadas pela Lei 12.727/12, conforme o Art. 1º:

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios:

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras;

II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia;

III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação;

IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;

V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa;

VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis (BRASIL, 2012).

O ecossistema de manguezal é amparado pela Lei 12.727/12 e conforme seu art. 1º no Inciso IV é de responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em colaboração a Sociedade Civil, na criação de políticas conservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais, o que reforça a importância de ações de Educação Ambiental relacionadas ao uso sustentável desse ecossistema.

A zona costeira brasileira compreende vários ecossistemas. Esse projeto aborda especificamente os ecossistemas que ficam em baixas latitudes, denominados de manguezal, pois possuem características próprias, com uma vegetação conhecida genericamente por mangue. O mangue é apontado por Fernandes como “tipo de vegetação que desenvolve-se na zona entre marés do estuário, de solo instável, salino e lamacento, rico em matéria orgânica, sujeito à inundação periódica, ao qual se associam outros componentes da flora e da fauna.” (FERNANDES, 2012, p. 06). O mangue designa as árvores, o manguezal e o ecossistema de mangues. Eles pertencem a vários biomas que tem o manguezal como fonte de alimentação, desenvolvimento, reprodução e proteção, podendo ocorrer migrações diárias, mensais ou anuais. É também fonte de renda e alimentação para populações humanas.

É possível compreender a importância do manguezal a partir das funções que este desempenha no equilíbrio ambiental, como a proteção da linha de costa, devido sua formação fitogeográfica, funcionando como regulador climático e verdadeiro filtro de poluentes. Nas décadas mais recentes, com o declínio da economia e o consequente desemprego da população de baixa renda, houve o retorno aos usos tradicionais do manguezal, englobando esses usos a utilização da área aterrada por populações marginalizadas, que passam a utilizar o manguezal como fonte de subsistência (SANTOS, 2016).

Ainda de acordo com a autora, o crescimento das cidades tem comprometido o desenvolvimento do manguezal, que vêm sendo utilizado como esgotamento sanitário pela ocupação urbana e sofrendo alterações ao longo dos corpos d'água existentes na bacia de



drenagem terrestre que alimenta os mesmos, interferindo na disponibilidade e na condução de partículas em suspensão indispensáveis à formação desse ecossistema. Dessa forma, ao optar por transformar os manguezais em desertos costeiros, em solos degradados, provocando a redução dos sistemas biológicos e gerando grandes prejuízos, inclusive para a economia local, de modo direto ou indireto, uma vez que são perdidas importantes cadeias ecológicas desempenhadas por esses ecossistemas.

As áreas de manguezal, por situarem-se em regiões costeiras, despertam interesses das construtoras devidos, sobretudo, a especulação imobiliária (VANNUCCI, 2002). Neste cenário, para Santos (2011) o processo de urbanização tem sido um dos mais fortes fatores de degradação ambiental. Um dos ecossistemas que vindo sendo reduzido e perdendo sua qualidade natural são os manguezais, devido aos despejos de efluentes nas suas águas, comuns em cidades onde o esgotamento sanitário não atende a toda população.

Com o crescimento acelerado e o mau planejamento das cidades segundo Almeida (2008), estão acarretando sérios prejuízos à natureza, devido:

Os proprietários dos manguezais aracajuanos sempre encontraram na esfera pública o respaldo para as suas ações de supressão destes ecossistemas. Em bairros da zona sul, como São José, Coroa do Meio, Jardins e 13 de Julho, as empresas da construção civil conseguiram respaldo através da construção de infraestrutura e criação de uma legislação específica (Almeida, 2008, p. 96).

Trazendo para nossa área de estudo, foi observado nas visitas de campo a ausência de políticas conservacionistas dessas esferas de responsabilidades, o que se vê são ações pontuais que acaba não atendendo a necessidade devido o grau de degradação sofrido pelo manguezal da Coroa do Meio. Assim, Para lidar com a especificidade do urbano devem-se criar estratégias sustentáveis de revitalização da área degradada e tentar harmonizar o homem com o ambiente natural. Onde entra a governança e a comunidade local no desenvolvimento de políticas públicas eficazes e continuadas buscando o equilíbrio dinâmico e diminuindo as pressões sobre os recursos naturais ainda existentes.

Uma das estratégias encontrada pela Prefeitura Municipal de Aracaju para a conservação do Manguezal ainda existente da Coroa do Meio foi a retirada da população que morava em palafitas sobre o manguezal, e a construção de um espaço público chamado de “Museu do Mangue” onde seriam desenvolvidas ações de Educação Ambiental na sensibilização da comunidade local em relação ao ecossistema de manguezal.

Segundo Meneses (2005), o museu tem a ver com o universo do conhecimento, que é constituído por tarefas educacionais por intermédio do lúdico, do afetivo, do exercício da sensibilidade, do devaneio, do sonho, da mística da comunicação e da comunhão, da curiosidade, da necessidade de mera informação, dentre outros, com responsabilidades sociais por meio de comunicação de massas e da indústria cultural. Ainda sobre o poder pedagógico dos museus, Meneses (2005) fala que:

É mais eficiente do que a escrita e outros sistemas intermediados de registro já que a matriz sensorial facilita a rememoração. A partir da seleção, ordenamento, registro, interpretação e síntese cognitiva na apresentação visual, ganha-se notável impacto pedagógico (MENESES, 2005, P. 15).

Em seu Projeto inicial, o Museu do Mangue não seria um museu convencional, com bichos ou plantas empalhados, sua ideia era ser um Ecomuseu, o que pode ser explicado de acordo com Varine (2000, p. 62): “O Ecomuseu é uma instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade” (*apud* AMORIM, 2017, p. 91). Segundo o autor, esse tipo de museu não convencional possui uma abordagem na qual o ensino sai dos moldes tradicionais, levando o aluno para um mundo à parte a realidade por ele vivida.

E através desse ensino transdisciplinar, contextualizado e lúdico, esse mesmo aluno pode utilizar as aprendizagens proporcionadas no espaço do ecomuseu para complementar a aprendizagem em sala de aula. O Museu do Mangue foi criado com esse objetivo de sensibilizar a comunidade local com ações de Educação Ambiental e com revitalização do ecossistema de manguezal degradado, o Projeto Museu do Mangue no bairro Coroa do Meio, foi uma ação mitigadora da Prefeitura Municipal de Aracaju.

# METODOLOGIA



Fonte: Eliene Oliveira da Silva, Set. 2019.

Nenhum projeto é viável se não começa a construir-se desde já: o futuro será o que começamos a fazer dele no presente.

**Içami Tiba**

### 3 METODOLOGIA

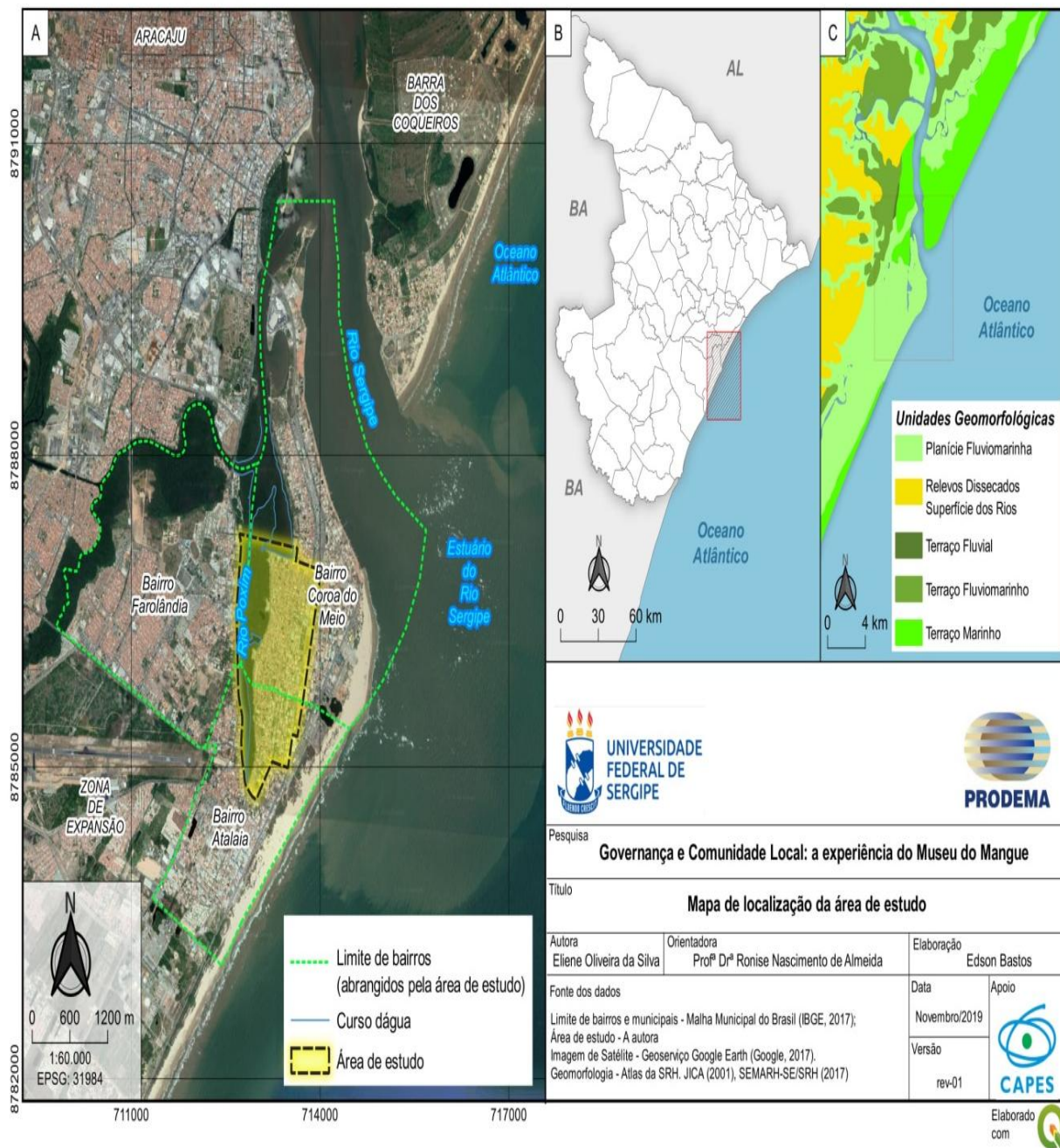
#### 3.1 Caracterização da área de estudo – bairro Coroa do Meio

Em 1975, o engenheiro civil e prefeito de Aracaju, João Alves Filho nutria o sonho de interligar a península da Coroa do Meio ao perímetro urbano, facilitando o acesso à praia de Atalaia via rio Sergipe. Isto se tornou possível a partir de decretos da Presidência da República, autorizando a cessão, sob o regime de aforamento dos terrenos de acrescidos de marinha para a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB. No art. 2º do Decreto nº 77.439, de 14 de abril de 1976, que a cessão do terreno de marinha destinava-se à execução de um Plano Global de Urbanização da região (ALMEIDA, 2008).

Ainda, segundo Almeida (2008) o bairro Coroa do Meio foi construído a partir do projeto CURA, do BNH, a partir de 1976. O marco deste projeto foi à construção da ponte que liga a Praia 13 de Julho à Coroa do Meio, Ponte Godofredo Diniz, conhecida atualmente como Ponte do Shopping Riomar. O projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada - CURA foi desviado de sua função inicial, que era a realização de obras públicas de caráter social. Porém, o projeto iniciou suas atividades expropriando comunidades ribeirinhas e houve também o desmatamento de áreas verdes constituídas por manguezais, restinga e coqueiros.

A pesquisa foi desenvolvida no bairro da Coroa do Meio (Figura 1A e 1B), no município de Aracaju, estado de Sergipe - SE, que é limitado ao norte pelo Rio Sergipe, a leste pelo Oceano Atlântico, ao sul pela zona de Expansão de Aracaju, e a oeste pelo Rio Poxim. A área de estudo possui uma unidade geomorfológica predominante de Planície Fluviomarinha (Figura 1C), que compõe o quadro geomorfológico costeiro do estado, o que propicia a existência do ecossistema de manguezal. E nesse ambiente natural dentro do Meio Urbano, podem ser desenvolvidos instrumentos de política ambiental, criados com o objetivo de fomentar a Educação Ambiental, como ensina Costa (2011, p. 353) “O que define minha escolha por esse ou aquele território no interior da cidade é um complexo de processos, e eu interajo numa multiplicidade de escolhas e constrangimentos impostos por outros.” Assim, a seleção do local de pesquisa envolveu conjunto de fatores sociais, econômicos e ambientais.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Elaborado JUNIOR, E. M. B., 2019.

A matéria intitulada “O mangue e a Coroa do Meio”, do Jornal Gazeta de Sergipe, de 30 de abril de 1996, (Anexo A) divulgava que órgãos ligados ao Meio Ambiente reivindicavam uma atuação da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) e dos órgãos do governo do estado, responsáveis pelo Meio Ambiente, em relação à conservação dos manguezais de Aracaju. Um dos principais problemas apontados foi a invasão no bairro



Coroa do Meio, localizado o manguezal da Maré de Apicum estava sendo destruído por pessoas que invadem o mangue, aterram e constroem barracos, muitos sobre palafitas (Figura 2). O Ministério Público e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) conforme a matéria essa situação de moradias irregulares na Coroa do Meio persistia por toda década 1990 até o início de 2000, quando iniciou o processo de desfavelização das moradias subnormais, em palafitas sobre o manguezal.

Figura 2 – Habitações subnormais na década de 90 sobre o manguezal do bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE.



Fonte: Instituto Marcelo Déda, 2007.

No mesmo ano (Anexo B), matéria do jornal Diário Cidade de Aracaju intitulada de “Invasões na Coroa do Meio preocupam autoridades”, de 06 de novembro de 1996, a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) teria recebido um prazo até Dezembro do mesmo ano, para apresentar um Projeto adequando a invasão urbana à conservação do

manguezal no bairro Coroa do Meio, acordo realizado no Departamento de Patrimônio da União (DPU) entre o Ministério Público, Curadoria do Meio Ambiente, EMURB, IBAMA, Administração Estadual de Meio Ambiente - ADEMA, Secretaria de Meio Ambiente do estado de Sergipe - SEMA (hoje extinta) e DPU. O Projeto deve apresentar as áreas de invasão em áreas recuperáveis e não recuperáveis, pois havia áreas de manguezais que poderiam ser totalmente recuperadas. Assim o projeto deveria delimitar a área construída da área natural.

Em julho de 1999, houve uma reunião que fez parte da instrução de Inquérito Civil Público, visando o estabelecimento de uma cooperação dos órgãos públicos e comunidade para tornar possível o processo de proteção do manguezal da Coroa do Meio. Em outubro do mesmo ano, houve outra reunião, culminando com o anúncio da reurbanização da área e, em 2001, foi lançada a público o Projeto de Urbanização do Assentamento Subnormal da Coroa do Meio. No projeto, foram previstas a construção de 648 casas, uma escola, uma orla com áreas de lazer, além do Museu do Mangue (ALMEIDA, 2008).

Em conversas informais com o Presidente JM<sup>1</sup> da Associação dos Moradores e Produção e Desenvolvimento Social e Cultural de Aracaju - AMPRODESC (Anexo C), o mesmo informou que morava em palafita no bairro Coroa do Meio e, com um grupo de moradores foram ao Ministério Público revindicar a realização do Projeto das casas e a retirada dessa população do manguezal. “Na gestão do prefeito João Augusto Gama e até o final do seu mandato, em 2000, o Projeto ficou apenas no papel e nas negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Na primeira gestão do prefeito Marcelo Déda, 2001, a prefeitura estava processada, acho que em 50.000 reais diários enquanto não fizesse o projeto” segundo o presidente da associação de moradores do bairro, JM.

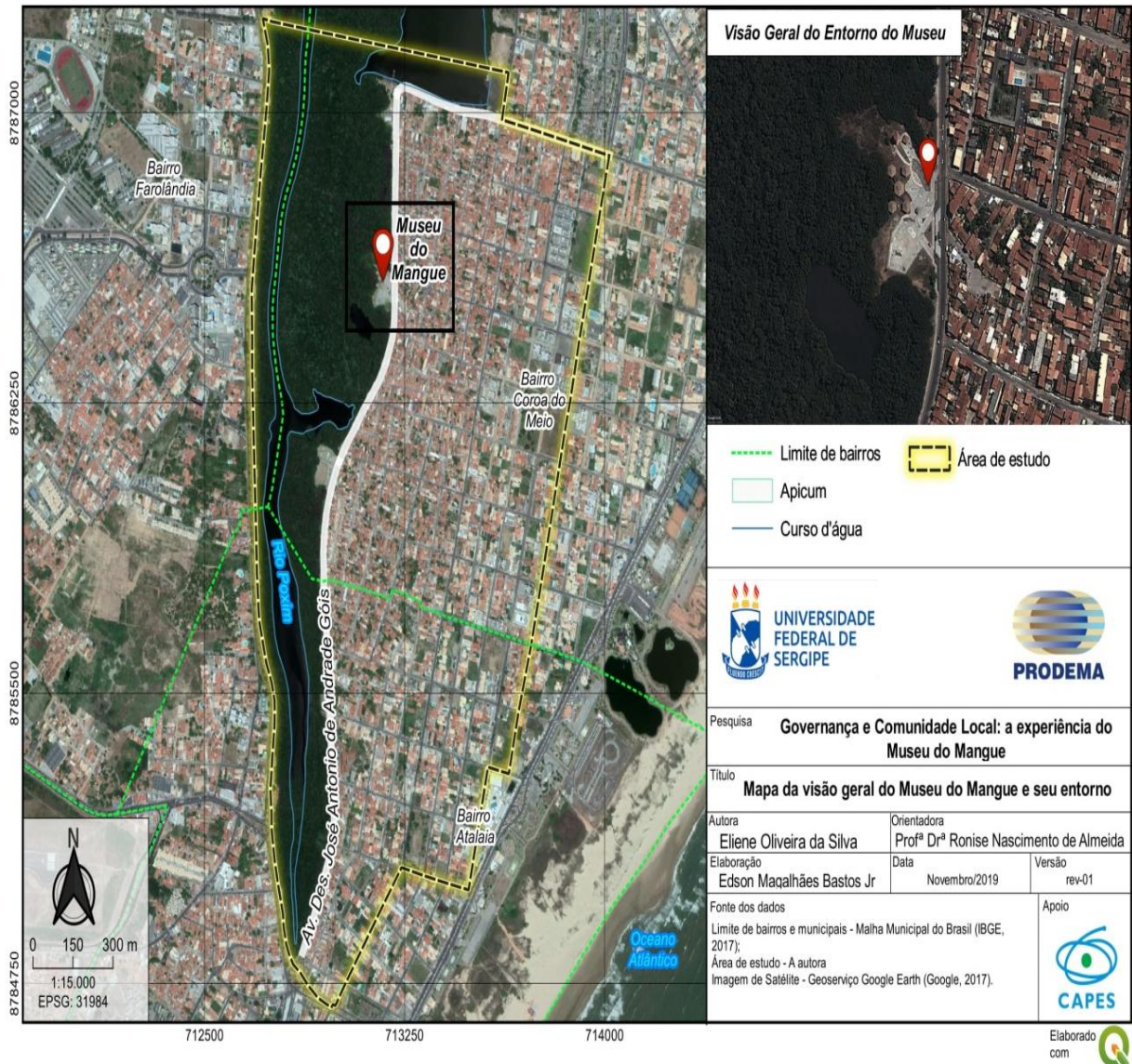
O recorte do estudo compreende a região costeira do bairro Coroa do Meio, localizada na Avenida Desembargador José Antônio de Andrade Góis, na Capital de Sergipana (conforme demonstra a Figura 3). Na constituição dos objetivos da pesquisa, foi traçado um histórico para entender a governança empregada no espaço público denominado Museu do Mangue, no qual fez parte da obra de urbanização do bairro Coroa do Meio, com o objetivo de levar estilo de vida aos residentes da área que foi ocupada e habitada por palafitas bem como garantir a proteção do ecossistema de manguezal. A figura a seguir traz o panorama geral do mapa que retrata o Museu do Mangue e seu entorno.

---

<sup>1</sup> Para salvaguardar a identidade do informante utilizou-se a nomenclatura JM.



Figura 3 – Mapa da visão geral do Museu do Mangue e seu entorno.



Fonte: Elaborado JUNIOR, E. M. B., 2019.

No ano de 2001, o então prefeito Marcelo Déda assumiu o Projeto, fez o levantamento dos moradores da invasão do manguezal da Coroa do Meio. O Museu do Mangue estava inserido dentro do Projeto de Reurbanização do bairro e um projeto de rearrumação da ocupação que existia de forma precária naquela área, foi financiado pelo BID por meio do Programa Habitar Brasil<sup>2</sup> por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano –

<sup>2</sup> O programa Habitar Brasil do BID incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas, provendo melhorias nas condições habitacionais, construindo novas moradias, implantando infraestrutura urbana, saneamento básico e recuperando áreas ambientalmente degradadas. Caixa. Habitar Brasil/BID. Disponível em: [http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/estadual/programas\\_desenvolvimento\\_urbano/programas\\_habitacao/habitar\\_brasil\\_bid/index.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/estadual/programas_desenvolvimento_urbano/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/index.asp), acesso 03 de dezembro de 2019.



SEDU, da Presidência da República para urbanização de favelas. Foram realizadas várias exigências como construção de módulo social, módulo ambiental e vários outros módulos.

O módulo social teria que gerar emprego para aquelas pessoas, realizando diversos cursos. Então dentro do Projeto foi construído um núcleo da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho (FUNDAT) que trabalharia junto com as universidades na formação qualificada da população que moravam de forma precária no bairro Coroa do Meio.

No módulo ambiental, a prefeitura teria que fazer várias ações de recuperação do manguezal degradado, uma dessas ações seria plantar o mangue de novo, como medida mitigadora. O Museu do Mangue entrou no Projeto como ação de compensação, pelos impactos causados no ecossistema de manguezal da Coroa do Meio, sendo uma contra partida para a liberação do financiamento do Projeto.

A Prefeitura Municipal de Aracaju representada pela Secretaria de Planejamento - SEPLAN foi à secretaria responsável pela obra de Reurbanização do bairro Coroa do Meio – Programa Moradia Cidadã que previa a construção de uma via para contenção da ocupação, execução de sistema de saneamento básico e infraestrutura urbana, construção habitações populares para a transferência dos moradores que ocupavam as áreas de conservação e a construção do Museu do Mangue trará o desenvolvimento sustentável para o local, gerando emprego e renda além da melhoria no estilo de vida para população O Projeto de Urbanização dos Assentamentos Subnormais da Coroa do Meio foi inaugurado em 30 de março de 2006, ainda rendeu Prêmio para o município de Aracaju:

O Projeto de Reurbanização da Coroa do Meio teve início em 2001 com o cadastramento das famílias que foram encaminhadas para casas alugadas com despesas pagas integralmente pela Prefeitura de Aracaju, onde aguardaram, de forma digna, a construção de suas casas, isso após serem removidas dos barracos e palafitas. Esse mesmo projeto, em 2005, recebeu o Prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil”, fruto das ações de desenvolvimento no sentido de melhorar a qualidade de vida da população (IMD, 2007).

A parte arquitetônica do Museu do Mangue (Figura 4) foi projetado pelo escritório de arquitetura de Ana Libório & Gândara Jr, conforme Memorial Descritivo do Projeto (Anexo D) os objetivos principais era promover o manejo dos recursos naturais com ênfase na recuperação e conservação dos manguezais sergipanos e produção de espécies de restinga, garantir a proteção dos recursos hídricos, fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica, da Educação Ambiental e das atividades de recreação em contato com a natureza, de lazer, assim como promover a área para ecoturismo, a criação do Museu do Mangue foi projetado para fins científicos, culturais, educativos e recreativos.

Figura 4 – Projeto arquitetônico do Museu do Mangue



Fonte: Disponível em: <[www.liboriogandara.arq.br](http://www.liboriogandara.arq.br)>, acesso em 12 dez. 2019.

A função do Museu do Mangue segundo Memorial Descritivo (Anexo D) do projeto seria: criação de parque temático para visitantes, com programação de audiovisuais, exposições, publicações e folders para educação e interpretação ambiental; recuperação da área propriamente dita, o manguezal como referência da paisagem natural de Aracaju; conscientização da população que depende economicamente do extrativismo dos mangues, através da criação de metas de manejo fazendo uso adequado dos recursos naturais, minimizando o impacto e eliminando a ameaça de extinção do caranguejo; aplicação de ecotécnicas construtivas, como exemplo de ocupação autossustentável dos mangues com a minimização dos impactos.

### 3.2 O Caminho da Pesquisa

Com a finalidade de entender os procedimentos metodológicos a serem utilizados, recorreu-se à conceituação, segundo a qual “Metodologia Científica nada mais é do que a disciplina que ‘estuda os caminhos do saber’, sendo que ‘método’ quer dizer caminho, ‘logia’ quer dizer estudo, e ‘ciência’ quer dizer saber” (KAUARK *et al.*, 2010, p. 14). A partir da definição proposta pelo autor, descrevem-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados no planejamento da investigação para atingir os objetivos formulados nesta pesquisa.

No primeiro momento houve a delimitação da questão a ser pesquisada. Em seguida foi realizado revisões sistemáticas na qual “objetiva sumarizar pesquisas prévias para responder questões, testar hipóteses ou reunir evidências” (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014, p.

41). Para os autores a Revisão Sistemática é um método que permite maximizar o potencial da pesquisa, buscando um maior número possível de resultados nas bases de dados selecionadas, de maneira organizada e assim constituir um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo. Desta forma utilizou-se da revisão, com o intuito de conhecer o estado da arte da temática abordada, e assim estabelecer os objetivos e a problemática da pesquisa.

O segundo momento foi à escolha dos descritores, a saber: Governança / Comunidade Local / Educação Ambiental e Museu do Mangue (separadamente), pesquisados em diferentes plataformas (Quadro 1) como critério de inclusão, para se chegar ao número significativo e representativo de trabalhos a serem referenciados na pesquisa. Além dos descritores, foram utilizados também como critérios de inclusão, os trabalhos publicados no período de 2001 a 2019 e, a escolha desse recorte temporal considerou a época da elaboração do Projeto Museu do Mangue. Foram excluídos os trabalhos de pesquisa cujo conteúdo abordado não apresentasse relação direta com a temática em tela.

Quadro 1 – Plataformas utilizadas na revisão sistemática

Base	Características
Google Scholar	Ferramenta ampla de busca. Possibilita a pesquisa de materiais variados, como resumos de congressos e trabalhos completos. Acesso gratuito.
Repositório de Dissertação e Tese do PRODEMA/UFS	Base interdisciplinar que reúne, dissemina e preserva teses e dissertações de toda a produção acadêmica e científica desenvolvida pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS. Acesso gratuito.
Periódicos CAPES	Biblioteca virtual que reúne e disponibiliza produção científica internacional. Acesso a textos completos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas, 2019.

Para o descritor Museu do Mangue, não foram encontrados resultados nas plataformas PRODEMA/UFS e CAPES, fazendo uso, portanto da base de dados da Plataforma Google Scholar (Quadro 2). No entanto, ao fazer a leitura cuidadosa, tratava-se do Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba, localizado estado do Ceará, não sendo este trabalho incluído na pesquisa, pois adotava outra vertente conceitual e metodológica.

Quadro 2 – Plataforma Google Scholar

Descritor	Tipo / Ano	Resultado encontrado	Resultado aproveitado
Museu do Mangue	Dissertação / 2015	01	0

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas, 2019.

Na revisão sistemática da base de dados do PRODEMA/UFS, realizada em fevereiro de 2019 em relação aos descritores Governança / Comunidade Local / Educação Ambiental, foram encontrados os resultados apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Plataforma PRODEMA/UFS

Descritores	Tipo / Ano	Resultados encontrados	Resultados aproveitados
Governança x Comunidade Local x Educação Ambiental	Dissertação e Tese / 2004 - 2017	20	02

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas, 2019.

Na base de dados dos periódicos da CAPES, além dos critérios utilizados na plataforma do PRODEMA/UFS, foi utilizado o critério de inclusão dos periódicos revisados por pares, obtendo os resultados apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Plataforma Periódicos CAPES

Descritores	Tipo / Ano	Resultado encontrado	Resultado aproveitado
Governança x Comunidade Local x Educação Ambiental	Artigo / 2001 - 2018	205	17

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas, 2020.

Posteriormente, os resultados aproveitados foram explorados de maneira pormenorizada, visto que nessa etapa teve que se atribuir um olhar mais atento e cuidadoso na análise dos dados selecionados. Foram localizados os textos completos dos artigos e depois se realizou seus fichamentos. No final a revisão sistemática é comparada a um quebra-cabeça conforme descrevem Costa, Zoltowski (2014):

O processo de revisão sistemática pode ser comparado à montagem de um quebra-cabeça. Os artigos localizados representam as peças, e os processos de avaliação servem para determinar criticamente se essas peças fazem ou não parte da figura que se quer montar. Contudo, um quebra-cabeça não é composto apenas por peças individuais. As peças devem ser organizadas de forma coerente para responder à problemática inicial de pesquisa. Essa etapa constitui o trabalho de síntese dos resultados (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014, p. 66).

Este trabalho foi construído com base na revisão sistemática nas últimas duas décadas, de onde foram extraídos os conceitos de governança, comunidade local, e Educação Ambiental. Essas fontes também serviram de base para averiguar de que forma está ocorrendo

à participação da sociedade civil nos espaços democráticos e de tomadas de decisão na governança.

O momento seguinte da pesquisa referiu-se a análise dos documentos: Procedimentos Extrajudiciais – PROEJ de número 05.16.01.0186 (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2016), solicitado por meio de ofício ao Promotor de Público Responsável pela pasta do Meio Ambiente com consentimento mediante o Termo de Anuência no apêndice (A); Projeto de Revitalização do Museu do Mangue anexo ao PROEJ (Anexo F); Memorial descritivo do Museu do Mangue (Anexo D); Jornais antigos catalogados no Arquivo Público do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) com matérias sobre a Coroa do Meio, o Museu do Mangue e ações de Educação Ambiental realizadas no local e no seu entorno; apreciação de leis e decretos; bem como análise dos Relatórios de Gestão da SEMA (2013 – 2018), relatórios esses de domínio público no Portal de Transparência.

A análise documental foi basilar na definição dos atores envolvidos na governança do Museu do Mangue; no objetivo da sua criação; como também a situação passada, presente e o planejamento para futuro e, na construção das etapas da pesquisa. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001) complementam, dizendo que:

A análise de documentos pode ser a única fonte de dados – o que costuma ocorrer quando os sujeitos envolvidos na situação estudada não podem mais ser encontrados – ou pode ser combinada com outras técnicas de coleta, o que ocorre com mais frequência. Nesses casos, ela pode ser usada, tanto como uma técnica exploratória (indicando aspectos a serem focalizados por outras técnicas), como para “checagem” ou complementação dos dados obtidos por meio de outras técnicas (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 169).

Realizou-se também uma “Pesquisa Exploratória” que conforme Boaventura (2004, p. 57), “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. De modo geral, utilizam o levantamento bibliográfico; entrevista com pessoas que tiveram participação com o problema pesquisado”. A pesquisa será quantitativa com abordagem Exploratória, a qual permite proporcionar mais informações sobre o assunto estudado. Com relação à abordagem qualitativa, Guerra (2014) é categórico ao falar que:

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. (GUERRA, 2014, p. 11)

A análise qualitativa pode revelar informações essenciais para atender os objetivos propostos na pesquisa, podendo inclusive, dispor de novas descobertas. Segundo Barros e Lehfeld (2011) a pesquisa qualitativa é utilizada em pesquisas no campo das ciências sociais, uma vez que permite ressaltar diferenças e similaridades, consistindo em levantar dados e informações embasados em bibliografia especializada sobre conceitos teóricos, em documentos que relatam o caso específico que está sendo estudo e as entrevistas aplicadas.

Esse tipo de análise nos remete ao método Fenomenológico, “Fenomenologia é um método da análise de essência na esfera da evidência imediata” (HUSSERL, 1990, p. 35). Para o autor fenomenologia do conhecimento é ciência dos fenômenos cognoscitivos, manifestações da consciência, uma crítica do conhecimento que quer antes elucidar, clarificar, ilustrar a essência do conhecimento e a pretensão de validade, pertencente à sua essência. Todo o conhecimento é um enigma, é uma análise das essências e investigação de essências dos fenômenos, portanto, as investigações fenomenológicas são investigações universais de essências.

Quando se fala em investigar os fenômenos, qualquer observação pressupõe um critério para escolher, entre as aquelas que são relevantes para o problema em questão. Isto quer dizer que a observação, a coleta de dados e as experiências são feitas de acordo com determinados interesses e segundo certas expectativas, ou ideias preconcebidas. Podendo considerar o pesquisador como o principal instrumento de investigação, a necessidade de contato direto e prolongado com o campo, para poder captar os significados dos comportamentos, deve-se fazê-lo por meio de uma pesquisa qualitativa com descrições detalhadas de situações, eventos, locais, pessoas e comportamentos observados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001).

Realizou-se durante toda a pesquisa de campo, a técnica da observação sistemática por meio de roteiro pré-estabelecido, com o intuito de verificar a situação atual do local e efetividade das ações desempenhadas no Museu do Mangue e no seu entorno com viés socioambiental, bem como o uso de registro fotográfico que viesse a refletir a realidade pesquisada.

O quarto momento compreendeu a realização de entrevistas em profundidade com os 17 atores envolvidos com Museu do Mangue desde a sua criação, sendo que desses 17, 09 atores foram identificados por meio dos processos analisados nas audiências públicas, apresentados no Quadro 5:

Quadro 5 - Entrevistados identificados por meio de processos

Quantidade de entrevistados	Representantes entrevistados
01	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
01	Guarda Municipal de Aracaju – GMA
02	Libório Gândara Ateliê de Arquitetura
01	Associação de moradores do bairro Coroa do Meio
01	Associação de ex-palafitas do bairro Coroa do Meio
01	Promotoria Pública de Meio Ambiente
01	Universidade Tiradentes -UNIT
01	Fundação Mamíferos Aquáticos - FMA

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas, 2019.

Foram selecionados a participar da pesquisa 08 autores (ver Quadro 6) utilizando-se do critério de indicação e por meio da abordagem da amostra do tipo “Bola de Neve” (*snowball sample*), técnica em que o pesquisador pergunta aos respondentes indicações de outros indivíduos que possam ser importantes para a pesquisa (ZAMBANINI *et al.*, 2018).

Quadro 6 - Entrevistados identificados por meio da indicação (*snowball sample*)

Quantidade de entrevistados	Representantes entrevistados
01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
02	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLOG
01	Empresa Municipal de Serviços Urbanos – EMSURB
02	Associação de ex-palafitas do bairro Coroa do Meio
01	Associação de moradores do bairro Coroa do Meio
01	Associação de pescadores e pescadoras do bairro Coroa do Meio

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas, 2019.

Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, onde os entrevistados podiam falar livremente sobre os tópicos abordados, a duração foi cerca de 60 minutos e todas as falas foram transcritas na íntegra. Bardin (2016) chama a realização das entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) de “entrevistas semidiretivas”. Esse tipo de entrevista é considerado pelo autor como “mais curtas e mais fáceis: seja qual for o caso, devem ser registradas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulo do entrevistador)” (BARDIN, 2016, p. 93). Os entrevistados foram assim identificados na análise das entrevistas com as siglas apresentadas no Quadro 7, para poder salvaguardar a identidade dos mesmos:

Quadro 7 – Identificação dos entrevistados utilizado na análise de similitude

Entrevistado	Identificação
Gestores Público	GP
Parceiros	P
Comunidade Local	CL

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas, 2019.

A análise dos dados foi realizada com auxílio do software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* - IRAMUTEQ versão 0.7. É um programa gratuito, desenvolvido sob a lógica da *open source*, licenciado por GNU GPL (v2), ancora-se no software R e na linguagem *python*, que realiza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica, como também a lematização, que reduz as palavras em suas raízes, e faz o cálculo de frequência de palavras, até análises multivariadas como classificação hierárquica descendente de segmento de texto, análise de correspondências e análises de similitude (CAMARGO E JUSTO, 2018).

Por meio desse software, a distribuição do vocabulário é organizada de forma facilmente compreensível e visualmente clara, com representações gráficas pautadas nas análises utilizadas. A análise é realizada a partir de uma determinada temática (corpus textual), reunidas em um único arquivo de texto e cada corpus representará uma questão da entrevista. O primeiro passo, para realizar a análise foi construir o corpus (conjunto de textos constituído pelo pesquisador) a ser analisado, que foi realizado de acordo com os seguintes procedimentos: transcrição das entrevistas (o que todos os entrevistados falaram sobre a temática ou questão da entrevista) em um arquivo único no software Open Office; separou os textos com linhas de comando; foi preparada como monotemática (um único tema em cada corpus); foi corrigido e revisado todo o texto conforme as especificações do Iramuteq; o arquivo com o corpus depois de preparado foi salvo em uma nova pasta somente para a análise, como arquivo do tipo “txt”. E a partir daí o corpus foi trabalhado no software Iramuteq mediante da análise de similitude. Em Camargo e Justo (2018), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

Análise de Similitude baseia-se na teoria dos grafos e é utilizada frequentemente por pesquisadores das representações sociais. Esta teoria estuda as relações de objetos de um dado conjunto. Este tipo de análise permite identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual. Permite também identificar as partes comuns e as especificidades em função das variáveis descritivas identificadas na análise (CAMARGO E JUSTO, 2018, p. 16).

Neste estudo, a técnica escolhida remete para a Árvore Máxima de Similitude, também chamada de Grafo Conexo. A Árvore Máxima de Similitude ilustra o cruzamento entre todos os termos da representação que mantém algum tipo de relação entre si. As coocorrências são visualizadas por intermédio de valores relativos a estas, tais quais estão presentes nas bordas da Árvore Máxima de Similitude nas análises dos resultados.



Todos os entrevistados (17) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C). O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, CAAE: 14486819.2.0000.5546, Número do Parecer: 3.564.105.

# ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS



Fonte: Eliene Oliveira da Silva, Nov. 2019.

Para dar ordens à natureza é preciso saber obedecer-lhe.  
**Francis Bacon**

#### 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

De acordo com a pesquisa de campo e a leitura de documentos colhidos no Ministério Público do Estado de Sergipe – 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju Especializada Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Cultural, Histórico e Social, as casas populares e reurbanização do bairro Coroa do Meio (Figura 5) foram entregues em etapas começando em meados de 2004 até início de 2006. O projeto beneficiou cerca de 650 famílias que antes viviam em condições precárias. O Museu do Mangue foi sendo construído na última etapa do Projeto, onde as casas já haviam sido entregues.

Figura 5 – Casas Populares e Reurbanização do bairro Coroa do Meio.



Fonte: Instituto Marcelo Déda, 2006.

Nos processos judiciais sobre o Museu do Mangue e matérias no site da PMA, foram apontados atores envolvidos no processo de governança (gestores públicos e representantes da comunidade), bem como, notícias de ações criminosas, a saber: Furtos, depredações e dois incêndios cometidos por vândalos. Fatos esses, que contribuíram para o adiamento da sua entrega a sociedade, posteriormente o Museu passou por duas reformas, sendo inaugurado na gestão municipal do prefeito João Alves Filho, em 06 de Maio de 2013, agora denominado Centro Educação Ambiental Manoel Bonfim, sobre a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiental – SEMA.

O Meio Ambiente em Aracaju teve seu marco regulatório instituído pela Lei Municipal 4.359 de 08 de Fevereiro de 2013, criando a SEMA (Anexo E). Essa Secretaria tem por missão, conservar a vida e o ambiente por meio da execução da política municipal do Meio Ambiente de Aracaju, contribuindo com a sustentabilidade e equilíbrio do planeta. A SEMA também é responsável pela gestão ambiental no município e pela construção da política ambiental na sua esfera de competência, buscando aliar o crescimento socioeconômico com o uso adequado dos seus recursos naturais.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiental integra a Administração Pública Municipal do Poder Executivo do Município de Aracaju, que tem por finalidade programar, organizar, executar, acompanhar e controlar as ações políticas do Governo Municipal, nas áreas ambientais e de recursos hídricos e das demais, relacionadas com os assuntos que constituem as suas áreas de competências: Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Fiscalização de atividades Causadoras de Poluição.

Desde o ano de sua criação a SEMA, obteve bons resultados no âmbito de Meio Ambiente para município de Aracaju, O Quadro 8 foi elaborado com base nos Relatórios de Gestão da SEMA de 2013 – 2018, trazendo as principais ações da Secretaria no que se refere ao Meio Ambiente dentro da esfera municipal de sua competência.

Quadro 8- Ações da SEMA de 2013- 2018

<b>AÇÕES DA SEMA EM 2013</b>
Lei 4.359, 08 de fevereiro de 2013, criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracaju.
Lei 4.376, abre concurso para 42 cargos de analista ambiental e 22 cargos de técnico ambiental.
Lei 4.377, cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente.
Lei 4.378, cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente.
Lei 4.452, estabelece uma política de gerenciamento de resíduos da construção civil e volumosos.
Lei 4.454, criou a Taxa de Licenciamento Ambiental – TLAM.
Inauguração do Centro de Educação Ambiental Manuel Ribeiro Bomfim - Antigo Museu do Mangue.
Fechamento do Lixão do bairro Santa Maria e criação do Centro de Triagem José Bautista Vidal.
Plano de Arborização para o município de Aracaju.
Criação da Comissão de Elaboração do Novo Código Ambiental de Aracaju.
Criação da Unidade do Parque do Poxim com mais de 200 hectares de Manguezais.
Elaboração do Projeto de Recolhimento de Óleo de Cozinha no Jabotiana.
Realização de Fiscalizações permanentes em Áreas de Proteção Ambiental - APP, priorizando a Poluição em Geral: Poluição Sonora, Desmatamentos, Descartes de Resíduos Sólidos e demais agentes poluidores.
<b>AÇÕES DA SEMA EM 2014</b>
Posse dos 64 aprovados no concurso de analista e técnico ambiental público.
Plano de Saneamento Básico da Capital sergipana em parceria com a Universidade Federal de Sergipe.
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que concorreu ao Prêmio Cidade Pró-Catador pela Fundação Banco do Brasil.
Convênio com a ADEMA, SEMARH (desativada) e SEMA ficando o município responsável pelas licenças ambientais.
Projeto Parque do Poxim.

**Continua**

**Continuação**

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública.
Projetos Socioambientais: recicle óleo e criação de ecoponto.
Criou Assessoria Especial de Geoinformação.
Criou Coordenação de Saneamento Ambiental – COSAN.
Programa Plantando sementes, germinando qualidade e colhendo saúde. Parceria com secretarias: EMSURB (contribui com a limpeza, arborização e plantio), Secretaria Municipal da Educação – SEMED (auxilia nas atividades de Educação Ambiental no âmbito das escolas) e Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Parceira- Contribui com atividades voltadas para a redução de danos nas comunidades).
Programa Guardião ambiental mirim em parceria com Polícia Militar/Pelotão Ambiental e a SEMED.
Programa Água para toda a vida, saneamento básico e com qualidade parceria com SMS e a UFS.
Programa Reciclar e reinventar a vida parceria com EMSURB, Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju - CARE (realiza coleta dos resíduos) e SEMED.
Programa Feira da sustentabilidade parceria com PROCON (Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor) promovendo palestras sobre consumo consciente nas escolas.
Programa Patrimônio Nosso parceria com a Guarda Municipal de Aracaju - GMA (teatro de fantoche) e UFS (Sala Verde).
Programa Reaproveitamento do resíduo do óleo de cozinha parceria com a RECIGRAXE (única empresa do estado licenciada).
Programa Formação continuada em Educação Ambiental para os servidores da SEMA.
Preside a Comissão de Relatório de Impacto de vizinhança (RIV) junto aos representantes da SEPLOG, EMURB e SMTT.
Participação na comissão de análise do projeto de reforma para o Parque Augusto Franco (Sementeira).
Desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico modelo para criação de unidades de conservação.
Participação na comissão de análise e desenvolvimento de diretrizes para revisão do Plano Diretor.
Desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico modelo para criação “mini bosques”.
Tramitação do processo para uma Especialização em Gestão de Operações Ambientais, possivelmente será promovida pelo PRODEMA/UFS para capacitar os técnicos e analistas ambientais da SEMA.
SEMA, SEMDEC e GMA iniciam a discussão para elaboração plano de reocupação do antigo Museu do Mangue.
“Projeto Habitar para crescer” em parceria SEMA/UNIT a ser realizado no centro de Educação Ambiental Professor Manoel Bomfim Ribeiro, antigo Museu do Mangue.
<b>AÇÕES DA SEMA EM 2015</b>
Operação "Aracaju mais limpa" em parceria com EMSURB, EMURB, SMTT, Polícia Civil, SEMFAS e GMA.
Operação Descarte", mapeamento de pontos de descarte irregular de resíduos da construção civil parceria GMA e Deprocoma.
22 empresas foram cadastradas para coleta de resíduos da construção civil.
Foi incorporada a SEMA a Coordenadoria Geral de Limpeza Publica.
A SEMA e a Junta Comercial do Estado de Sergipe (Jucese) assinam convênio para simplificar Licenciamento.
SEMA participa das discussões e audiências públicas de revisão do Plano Diretor.
SEMA colabora com o Programa "Prefeitura vai onde você está".
Implantação da horta vertical em escolas municipais e estaduais do município.
Eventos sobre a conscientização da importância da defesa animal.
Implantação de Ecoponto de eletroeletrônicos.
Estruturação da equipe de teatro trabalha temáticas ambientais de forma lúdica nos eventos.
Combate ao lançamento irregular de efluentes.
SEMA desativa pocilga na zona de expansão da capital.
SEMA fecha abatedouro clandestino no bairro José Conrado de Araújo.
Projetos de compensação Socioambientais.
Portaria n.017, constitui comissão para redação do Plano de Carreira dos cargos de Técnico e Analista Ambiental da SEMA.
<b>AÇÕES DA SEMA EM 2016</b>
Apresentação do produto final do Plano de Saneamento Básico parceria com UFS e IFS.
Fiscalização em Hospitais da capital em relação coleta de lixo.



**Conclusão**

SEMA participa de Projeto "Jogando Limpo com o Mangue" parceria com o shopping Riomar.
Aracaju torna-se membro do Grupo ICLEI - Governos Locais pela sustentabilidade.
Aderiu ao Sistema da Rede Nacional de Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Pessoas Jurídicas (Redesim).
Plantio educativo de árvores com grupo de pessoas especiais no Parque da Sementeira.
O Parque Poxim foi instituído por meio de Decreto Municipal nº 5.370/2016.
SEMA renovou contrato com o Conselho da Comunidade na Execução Penal de Sergipe (CCEP), do Projeto Começar de Novo.
<b>AÇÕES DA SEMA EM 2017</b>
Aracaju é membro integrante do Grupo de Gestores Ambientais das Capitais Brasileiras - CB27.
Construção do Sistema de Gestão da SEMA – SISGES.
Programa Aracaju Sustentável.
Inventário de Emissão dos Gases do Efeito Estufa (GEE) no município.
Projeto Ujacará - Ação correspondente a Educação Ambiental no Parque.
Projeto Visitas Guiadas.
Programa Amigos do Meio Ambiente.
Parceria da SEMA com o Projeto Conta Cidadã da ENERGISA.
Reestruturação do Horto e da Farmácia Viva.
Por meio do termo de cooperação técnica entre SEMA e SERGIPETEC, viabilizando produção arbórea e melhoria das mudas.
Programa Nosso Pomar.
<b>AÇÕES DA SEMA EM 2018</b>
Posse no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CONDURB.
Inauguração da Praça Comunitária do Bairro Santos Dumont, em parceria com a UNIT.
Assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Científica e Pedagógica junto à Universidade Federal de Sergipe – UFS.
Planejamento do Projeto Amigo Carroceiro.
SEMA participa do Programa Servidor Saudável oferecido pela Secretaria Municipal de Juventude e Esporte – SEJESP.
A Trilha da Inclusão aplicadas pela SEMA.
Oficinas de puffs de pneus ofertada pela EA da SEMA.
Programa “Aracaju mais verde – Plante com a gente”.
Implantar a Farmácia Viva e transformar o Horto Municipal em um Centro de Educação Ambiental até 2020.
Primeira etapa da implantação do Centro de Educação Ambiental de Aracaju será a Estação Educativa “Jardins das Abelhas”.

Fonte: Relatórios de Gestão da SEMA, adaptado pela autora, 2019.

Conforme as atas das audiências públicas (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2016), junto com a inauguração do Museu do Mangue em 2013, foi inaugurado o Posto Avançado da Guarda Municipal de Aracaju no local, que cuidaria da segurança do patrimônio e dos usuários do espaço, mantendo a ordem no local e no seu entorno. As margens do manguezal há instalado uma Unidade da Fundat, a Associação de Pescadores e Pescadoras do bairro Coroa do Meio e áreas de lazer com parque infantil e quadras de esporte.

Nos anos de 2014 a 2015 a SEMA assinou um termo de concessão de uso do espaço do Museu do Mangue para as associações do bairro Coroa do Meio, onde os mesmos utilizaram o espaço para realizar eventos culturais como rodas de capoeira, judô, apresentação de grupos teatrais, música, eventos religiosos e a realização de uma feira de artesanato e de


alimentação. Mas devido à falta de segurança no local, as atividades realizadas pela comunidade local tiveram de ser encerradas.

A criminalidade no local, envolvendo até o crime organizado e facções de fora do estado, efetuava ameaças aos funcionários da SEMA e aos usuários do espaço Museu do Mangue, sendo inviabilizado o seu funcionamento desde 2015. Até mesmo os Guardas Municipais que trabalharam no local foram ameaçados e tiveram suas armas roubadas. Foram realizadas várias audiências públicas com vários órgãos do município e do estado juntamente com a comunidade representada pela as associações do bairro, buscando soluções para a reocupação do espaço.

Devido o abandono do poder público, o local foi tomado por vândalos que saquearam fiação elétrica, portas, madeiras, telhado e teve toda a sua estrutura destruída. Diante disso os representantes das associações enviaram para o Ministério Público do Estado de Sergipe o Projeto de revitalização do local para poderem utilizar o espaço como previa em seu projeto inicial de construção. Essa solicitação vem tramitando desde que o Museu do Mangue foi interditado.

Conforme notícias analisadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Aracaju - PMA, com a criação da SEMA o Museu do Mangue passa a ter funcionalidade, depois de dois incêndios e várias ações criminosas de furto de equipamentos e depredação do espaço público. O Museu do Mangue passou por duas reformas para em 04 de Maio de 2013, ser inaugurado como Centro de Educação Ambiental Manoel Bomfim Ribeiro, local onde passaria ser desenvolvidas as ações de Educação Ambiental da Secretaria (Quadro 9) juntamente com vários parceiros. Consta também no Quadro 9 as notícias envolvendo a SEMA e o Museu do Mangue em relação a sua interdição e as várias reuniões que aconteceram para elaboração do Projeto de Revitalização (Anexo F) que até os dias atuais ainda não ocorreu, ficando apenas nas discussões e no papel, demonstrando a falta de uma efetiva governança participativa como analisado nos capítulos anteriores.

Quadro 9 – Notícias de ações desenvolvidas no Museu do Mangue e no seu entorno

DATA DA PÚBLICAÇÃO	NOTÍCIA	IMAGENS
18/03/2013	Equipes da EMSURB saíram de porta em porta no bairro Coroa do Meio com o Projeto de conscientização ambiental para descarte correto do lixo.	 Fonte: SECOM/PMA

**Continua**

## Continuação

03/04/2013	CRAS da Coroa do Meio realiza oficina do Projeto Técnico Socioambiental, utilizando material reciclado.	
		Fonte: SECOM/PMA
04/05/2013	Inauguração do Centro de Educação Ambiental Manoel Bomfim Ribeiro (antigo Museu do Manguê), com a finalidade de sensibilizar ambiental a população.	
		Fonte: SECOM/PMA
04/05/2013	A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) abriu o Centro de Educação Ambiental ao público com a exposição de quadros retratando a vida no manguê. As obras são da artista plástica Clis Felix, moradora há 30 anos do bairro Coroa do Meio.	
		Fonte: SECOM/PMA
05/05/2013	É perceptível no bairro Coroa do Meio os impactos negativos decorrentes da permanência da população em área de conservação ambiental. Diante desse quadro, a SEMA realizou uma vistoria ambiental no bairro.	
		Fonte: SECOM/PMA
07/05/2013	Mesmo antes de inaugurar, o Centro de Educação Ambiental, vinculado à SEMA, já funcionava como o local para turmas de cursos da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho (Fundat), órgão vinculado à Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (Semfas).	
		Fonte: SECOM/PMA
03/07/2013	EMSURB realiza limpeza no Museu do Manguê e no seu entorno.	
		Fonte: SECOM/PMA



## Continuação

09/07/2013	A Guarda Municipal de Aracaju (GMA) participou de mais uma ação social para o combate ao uso de drogas: o projeto "Transformando pela Fé". Promovida por vários seguimentos religiosos em parceria com o Ministério Público de Sergipe (MP/SE), contou com a apresentação do teatro de fantoches do projeto Guarda Cidadã realizada no Museu do Mangue.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
18/07/2013	Coroa do Meio recebe nova unidade da Fundat, que fica as margens do manguezal próximo ao Museu do Mangue, e os cursos que estavam sendo realizados no Museu serão realizados na unidade da Fundat.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
12/08/2013	O trabalho de prevenção desenvolvido pela Guarda Municipal de Aracaju (GMA) nos espaços públicos da capital rende, constantemente, frutos positivos para a população. Um bom exemplo disso é o espaço do Museu do Mangue desde de abril e, conforme o relatório estatístico das ocorrências policiais atendidas pela GMA, neste primeiro semestre não foi registrado nenhum flagrante na localidade.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
09/09/2013	O Centro de Educação Ambiental está recebendo cursos artísticos de reciclagem de papel e bonecos de teatro, além do curso de instrumento de percussão. Ofertados pela Fundat.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
07/10/2013	A Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), por meio da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), em parceria com a Torre Empreendimentos e alunos do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), reforçou a ideia do projeto Consciência no Manguezal, o local escolhido foi o Museu do Mangue.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>

## Continuação

05/05/2014	O secretário Municipal do Meio Ambiente, Eduardo Matos, e sua equipe de Educação Ambiental compareceu ao Museu do Mangue para discutir com a Secretaria de Estado de Inclusão Social (Seides) e a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) a realização de uma feirinha quinzenal da agricultura familiar no local.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
22/08/2014	No Centro de Educação Ambiental a SEMA e a Fundat estará promovendo cursos voltados à produção de material de limpeza por meio da transformação sustentável do óleo de cozinha. Esse projeto que o professor Allan Kardec apresentou para secretário une inovação tecnológica e sustentabilidade.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
26/09/2014	SEMA faz plantio de mudas em escola municipal do bairro Coroa do Meio, projeto de Educação Ambiental desenvolvido no bairro.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
24/11/2014	Para garantir que o Centro de Educação Ambiental, seja um espaço de uso educacional, a SEMA e Universidade Tiradentes (UNIT) firmaram parceria para a realização do “Projeto Habitar Para Crescer”. O projeto tem como objetivo a transformação sócio espacial para geração de crescimento socioambiental por meio de educação, cultura, lazer e produção.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
24/11/2014	Desde que foi inaugurado, em 04 de maio de 2013, o local sofre com a ação de bandidos. Diante dessa situação, a SEMA se reuniu com os órgãos municipais, formando uma ação integrada para melhorar a segurança e garantir um melhor uso do espaço. De acordo com o secretário já foram instaladas câmeras de segurança no espaço. Outra boa notícia é que em breve funcionará uma base da GMA, assim que for feita a reforma de adequação do Centro.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>



## Continuação

28/11/2014	A SEMA vem a público informar que o Centro de Educação Ambiental, encontra-se temporariamente interditado. A medida foi em decorrência dos constantes ataques de organizações criminosas, que colocam em risco a integridade física dos servidores e visitantes, bem como do respectivo Centro de Educação Ambiental.	 <p><b>NOTA OFICIAL: Interdição do antigo Museu do Mangue</b></p> <p>28/11/14 Meio Ambiente</p> <p>A Secretária do Meio Ambiente de Aracaju (Sema) vem a público informar que o Centro de Educação Ambiental Manoel Bonfim Ribeiro, situado no bairro Coroa do Meio, enco...</p>
11/02/2015	Centro de Educação Ambiental foi reaberto em março.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
03/03/2015	São 20 câmeras, que garantem uma visualização de 360 graus, distribuídas no Museu do Mangue - situado no bairro Coroa do Meio -, no Mercado do Conjunto Augusto Franco, nas torres de comunicação e na sede da Guarda Municipal. As imagens são gravadas em tempo real e fazem o monitoramento sempre atento às possíveis situações que necessitam da intervenção de uma equipe da GMA.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
19/03/2015	Houve a assinatura do Convênio de Cooperação entre a SEMA, UNIT e a Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA) para a reabertura do Centro de Educação Ambiental (antigo Museu do Mangue) e realização de atividades socioambientais.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
26/05/2015	Consulta Pública para reabertura do antigo Museu do Mangue reúne órgãos municipais e estaduais	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>

## Continuação

21/12/2015	Educação Ambiental da SEMA faz sensibilização no bairro Coroa do Meio, como conservar os manguezais, saíram às ruas, explicando para a comunidade como jogar lixo é prejudicial para o Meio Ambiente e para as pessoas que moram naquele bairro.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
21/01/2016	Os órgãos municipais iniciaram uma ação de combate ao descarte irregular de resíduos sólidos em torno do manguezal da Coroa do Meio. O descarte irregular de lixo em locais impróprios tem sido fiscalizado pelos órgãos da PMA de forma contínua.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
21/01/2016	SEMA e moradores do bairro Coroa do Meio se reúnem para reestruturação do Museu do Mangue	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
24/02/2016	A SEMA, representantes da Associação dos Moradores e Produção e Desenvolvimento Social e Cultural de Aracaju( Amprodesc) e a Associação dos Moradores dos Ex-Palafitas do bairro Coroa do Meio assinaram termo de cessão de uso de bem imóvel do espaço do estacionamento do Museu do Mangue.A comunidade poderá utilizar o espaço para a execução do Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Moradores do Bairro Coroa do Meio. Irão instalar uma feira de artesanato e de comidas, além de realizar várias atividades culturais neste espaço.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
25/02/2016	SEMA vistoria Museu do Mangue para iniciar atividades de conservação do espaço	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>

## Continuação

12/04/2016	SEMA e comunidade da Coroa do Meio discutem reestruturação do Museu do Mangue	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
13/05/2016	Reunião com Moradores da Coroa do Meio faz ajustes em projeto para o Museu do Mangue	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
16/05/2016	Projeto de reestruturação do Museu do Mangue tem ajustes na SEMA.	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
14/06/2016	SEMA orienta moradores da Coroa do Meio sobre utilização de som em espaço público	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
09/03/2017	Secretaria de Meio Ambiente discute revitalização do Museu do Mangue	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>
02/02/2018	SEMA apresenta a órgãos municipais propostas para a revitalização do Museu do Mangue	 <p>Fonte: SECOM/PMA</p>



## Continuação

16/02/2018	Prefeitura avalia roteiro náutico para promoção do turismo de experiência, em uma visita técnica da secretaria com outros órgãos, tendo o Museu do Mangue como um dos pontos.	
		Fonte: SECOM/PMA
06/06/2018	Museu do Mangue: propostas de revitalização são apresentadas para a comunidade da Coroa do Meio	
		Fonte: SECOM/PMA
25/07/2018	Projeto de conservação dos manguezais será lançado pela SEMA e Riomar Shopping. O objetivo é manter os mangues vivos por meio do plantio de mudas.	
		Fonte: SECOM/PMA
06/08/2018	Muda Mangue: Prefeitura trabalha para conservar manguezais de Aracaju	
		Fonte: SECOM/PMA
07/08/2018	SEMA alinha propostas para a revitalização do Museu do Mangue.	Sem imagem
21/08/2018	Projeto de reestruturação de áreas próximas ao Museu do Mangue é discutido.	
		Fonte: SECOM/PMA
25/10/2018	Ação da Prefeitura de Aracaju busca despertar na criança o cuidado com a natureza, ocorreu no entorno do Museu do Mangue, com visitas guiadas no manguezal.	
		Fonte: SECOM/PMA
14/02/2019	Muda Mangue: Prefeitura intensifica conservação dos manguezais.	
		Fonte: SECOM/PMA

**Conclusão**

19/03/2019	Edvaldo assina ordem de serviço para construção de três novos ecopontos, dentre eles um será na Coroa do Meio.	
		Fonte: SECOM/PMA
31/05/2019	Prefeitura realiza trabalho de limpeza e desocupação na área de mangue da Coroa do Meio	
		Fonte: SECOM/PMA
26/07/2019	Prefeitura busca recursos junto ao Ministério do Turismo para obras e eventos em Aracaju, dentre eles a reforma do Museu do Mangue.	
		Fonte: SECOM/PMA
15/08/2019	Prefeitura realiza limpeza geral no bairro Coroa do Meio	
		Fonte: SECOM/PMA
06/09/2019	Prefeitura mantém regularidade na limpeza das faixas de manguezal	
		Fonte: SECOM/PMA
02/10/2019	O prefeito Edvaldo Nogueira inaugurou, o segundo ecoponto de Aracaju. Localizada no bairro Coroa do Meio, a Estação de Entrega Voluntária de Resíduos Sólidos.	
		Fonte: SECOM/PMA
17/12/2019	O Projeto “Coroa do Meio em Ação”, projeto da Prefeitura de Aracaju, e cujo objetivo foi estimular o desenvolvimento social, a inclusão e o acesso à arte e à cultura da comunidade do bairro. O evento foi realizado no entorno do Museu do Mangue. A iniciativa é fruto da parceria entre a comunidade e o poder público.	
		Fonte: SECOM/PMA

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas no site da PMA<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Prefeitura Municipal de Aracaju < <https://www.aracaju.se.gov.br/> > Acesso em Março de 2019

As ações desenvolvidas no Museu do Mangue e no seu entorno, desde a sua inauguração, foram positivas para conservação do ecossistema de manguezal da Coroa do Meio. Porém a falta de continuidade dessas ações, o abandonado por parte do poder público e pela falta de pertencimento da comunidade local com o ecossistema de manguezal e o Museu do Mangue. Levando a interdição do mesmo, desde 2015, virou um lugar de insegurança para usuários do espaço, com destruição do patrimônio, pichações, depósitos irregulares de resíduos domésticos entre outros impactos que inviabiliza o funcionamento do Museu do Mangue.

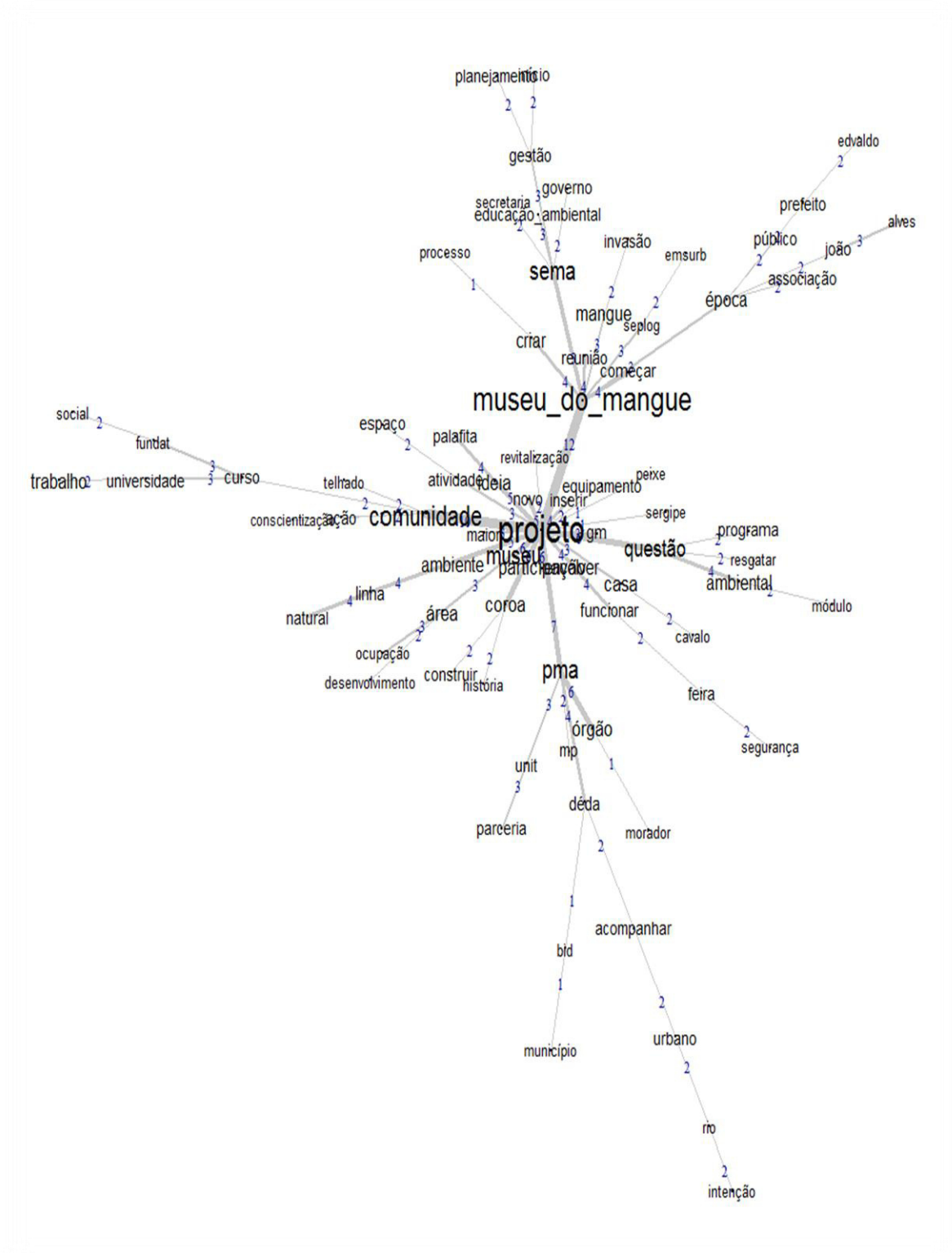
Para melhor compreender os documentos analisados foram realizadas 17 entrevistas com 09 Gestores Públicos (GP) que representaram a Prefeitura de Aracaju, 06 representantes da Comunidade Local (CL) e 02 Parceiros (P) das atividades que seriam realizadas no Museu do Mangue, após cada árvore máxima de similitude foram transcritas algumas entrevistas que melhor explicavam os resultados obtidos nas análises de similitude.

Foram analisados os questionamentos abordados na entrevista, constituindo treze (13) Árvores Máximas de Similitude. É interessante observar, por meio da Análise de Similitude, a interconexão das palavras, bem como o nível de relação entre elas, tendo em vista que o índice de coocorrências das palavras podem ser mais fortes ou mais fracos. Assim, é possível verificar se as palavras que constituem o centro do nosso gráfico e suas conexões estão vinculadas como descritores na revisão sistemática.

Na análise da primeira pergunta: “*Qual a sua participação/contribuição na criação e funcionalidade do Museu do Mangue?*” apresentou-se a similitude demonstrada na Figura 6, na qual se destaca a palavra *projeto* no centro, o que representa que todos os participantes da pesquisa atribuem a criação do Museu do mangue a um projeto, corroborando que a criação do “Museu do Mangue”, surgiu do Projeto de Urbanização da Coroa do Meio, do processo de desfavelização, possuindo outras ramificações que os entrevistados relacionavam com a *comunidade*, a *PMA*, a *questão ambiental*. Já a expressão *Museu do Mangue* mostra-se vinculada a SEMA, órgão gestor desde 2013.



Figura 6 – Árvore Máxima de Similitude em relação à participação dos entrevistados na criação e funcionalidade do Museu do Mangue



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A seguir apresentamos diferentes fragmentos de relatos também presentes na Árvore Máxima de Similitude.

**CL<sup>4</sup> 01** - Desde projeto inicial, do Projeto Moradia Cidadã, montamos um grupo de moradores e saímos nos órgãos, já tínhamos conhecimento que existia esse projeto na prefeitura, fomos lá Ministério Público Federal com Doutor Paulo Jacobina que era Promotor e aí nos atendeu prontamente, e falou assim como é a comunidade quer acabar com aquela invasão da Coroa do Meio e a Prefeitura tem o projeto, e não atendeu vocês. Então ele ligou disse, quarta-feira tem uma reunião de vocês com a prefeitura.

**GP 03** - Eu acho que antes do Museu do Mangue a gente deve falar do Projeto Coroa do Meio, que ele veio em função do projeto Coroa do Meio. O Projeto Coroa do Meio primeiro precisaria ser definido uma linha que separasse o que é ambiente natural do que é ambiente construído. O governo que antes era de Déda era responsável pela criação do Museu do Mangue e no governo anterior foi traçado uma linha limite pelo IBAMA, ADEMA, Prefeitura, não tinha SEMA nessa época. Foi através de um Programa chamado Habitar Brasil Bid e este Programa nos obrigava a ter diversas ações: ele tinha um módulo ambiental, tinha um módulo social, ele tinha vários módulos. Dentro do módulo ambiental você tinha que de novo plantar mangue fazer uma série de coisas como medida mitigadora do fato da gente ter tomando uma parte do mangue e aterrado, então tinha essa coisa toda e dentro do programa.

**GP 04** - Olha o Museu do Mangue estava inserido nesse contexto do Projeto maior que era a questão da Urbanização daquela área de manguezal em que tinha uma ocupação indevida através de uma população que era marginalizada, que estava a margem da sociedade, então resgatar aquelas pessoas, inclusive resgatar a questão do Meio Ambiente. Então estavam inseridos vários projetos, o projeto da construção das casas populares, o projeto de definição da área edificante da não edificante, a questão da educação das pessoas, de como conviver em uma nova moradia porque antes eles não tinham noção que da questão do saneamento, da questão ambiental, da questão poluição, contaminação.

**GP 06** - Nós fomos os idealizadores da ideia, essa ideia surgiu de um Projeto, dentro de um Projeto maior. A ideia do museu nunca foi ser um museu convencional na verdade o Museu consistia de em visitas guiadas ao mangue, à secretária de planejamento Lucia Falcon quando estava elaborando o plano de desfavelização da Coroa do Meio de onde eles tiraram aquelas palafitas aí a ideia e do Museu do Mangue foi inserido no Projeto de desfavelização da Coroa do Meio então ele foi como é que chama o Projeto que endossava a

---

<sup>4</sup> Para salvaguardar a identidade dos entrevistados utilizaram-se as siglas GP, P e CL conforme descrito no Quadro 7.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para alcançar objetivo socioambiental proposto pelo Museu do Mangue é necessário pensar a questão ambiental na forma de conservar o ecossistema de manguezal por meio de ações de Educação Ambiental. Falas de entrevistados (a seguir) corroboram na construção da Árvore Máxima de Similitude representada na Figura 7.

**GP 01** - *Mostrar para comunidade a riqueza, para comunidade, turistas e cidadãos aracajuanos ou não, a importância, o que nós temos de conservação, mostrar o manguezal que é um ecossistema assim importantíssimo. Então o primeiro passo da gente é sensibilizar, da questão socioambiental, sensibilizar a comunidade e afins para a questão do ecossistema em si que é do manguezal.*

**GP 07** - *A Avenida Antônio Góis que foi na Gestão do então Prefeito Marcelo Déda foi uma tentativa de resguardar e salvar o mangue. A colocação da avenida e do calçamento como uma barreira. A construção das casas populares dentro de um Programa que hoje já é legal que é a requalificação urbana da Lei 13.465 que na época não existia, a regularização da ocupação irregular, então aquele projeto já nasceu com essa finalidade, passado esse tempo você observa que o mangue foi protegido, ele renasceu, ele está em uma situação bem melhor do que vinha. E a intenção era conscientizar dessa convivência sustentável. É um trabalho continuado para mostrar a importância do mangue, a convivência ambiental e a sustentabilidade então isso é uma continuidade de um programa que nasceu de uma regularização para chegar a uma conscientização.*

**CL 08** - *A gente tinha que preservar o Meio Ambiente, a gente tem projeto para aquilo ali de evitar, se você passar na margem do mangue é de dá dor, não só da situação de depredação que está o Museu do Mangue, como na margem do mangue que as pessoas insiste e consiste em jogar lixo, entulho, não sabendo que ali é uma desova de mamíferos, de aves até a própria pavimentação do calçadão do mangue estão daquele jeito e os poderes públicos acionam que deixam acontecer porque não fazem nada, não faz com que se proíba colocar o lixo na margem do mangue e nem faz um projeto voltado para Educação Ambiental da população.*

**P 16** - *A importância da função socioambiental, na época a proposta do edifício o conceito de função e atividade ele foi preparado para fazer essa interface de uma população carente, sem moradia, que vivia em palafitas em cima do manguezal, depois com a intervenção do conjunto na época do governo Déda, as pessoas migraram para novas residências, então a função socioambiental do equipamento é justamente era fazer uma apropriação da população e teria um equipamento que poderia gerar assim primeiramente alguns aspectos de Educação Ambiental, a questão de coleta de resíduos, a importância do*

*manguezal para vida marinha, enfim os seus desdobramentos e ele era um prédio que propunha assim também atividades, oficinas.*

Conforme visualizado na figura 8, vários impactos causados pela ação antrópica e o descaso dos órgãos públicos em relação ao manguezal da Coroa do Meio e o próprio Museu do Manguê ainda persistem, necessitando de práticas e ações que fortaleçam a relação entre o homem e os recursos naturais.

Figura 8 – Impactos causados ao manguezal da Coroa do Meio e ao Museu do Manguê



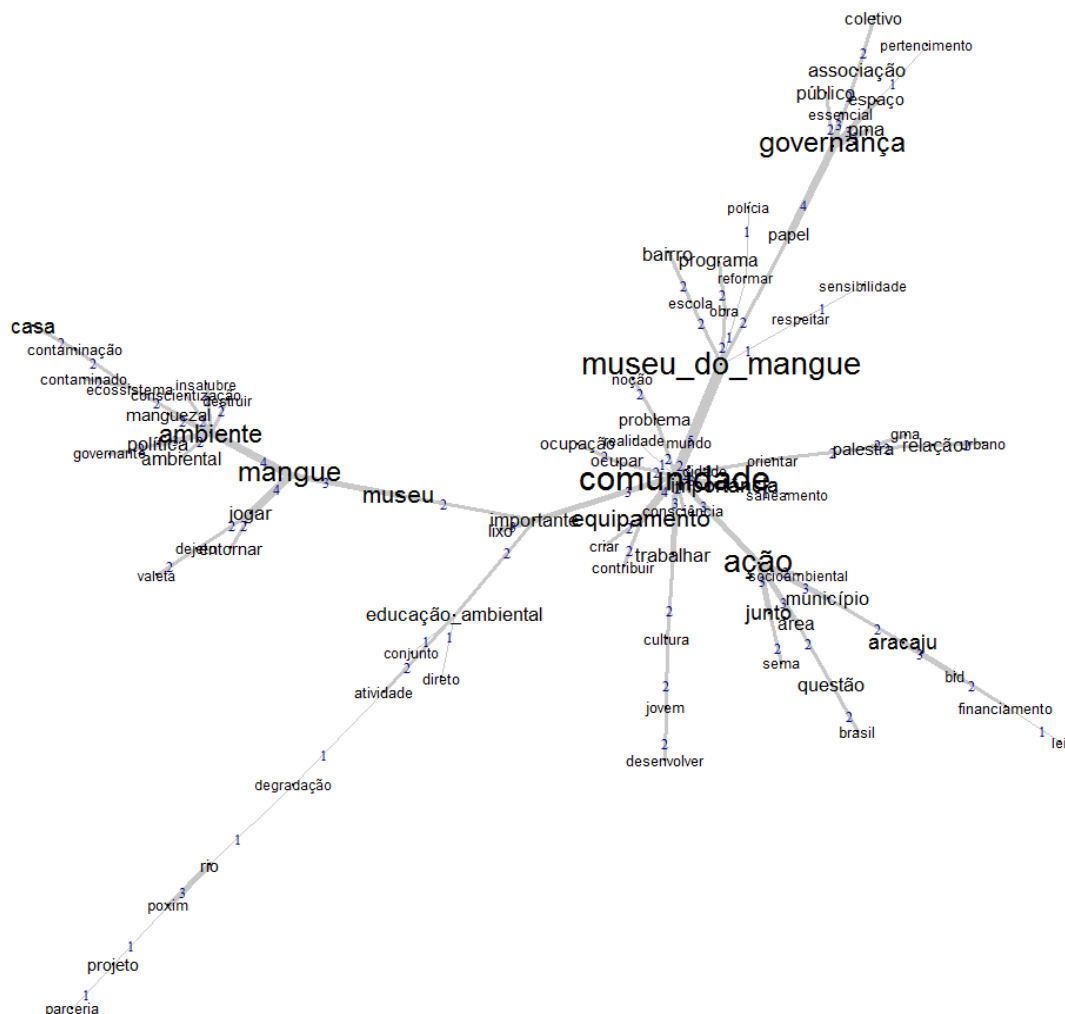
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Essas imagens demonstram a importância da revitalização do Museu do Manguê e sua real efetivação na conservação ambiental do ecossistema de manguezal, assim como o estímulo a Educação Ambiental na comunidade possibilitando o pertencimento delas com o Meio Ambiente. Todos os entrevistados enfatizavam a importância da criação do Museu do

Mangue e sua contribuição para o bem estar da comunidade local, bem como para todo o município de Aracaju.

O terceiro questionamento refletia sobre “*De que forma a governança pode contribuir para ações socioambientais no entorno do museu?*”. Árvore Máxima de Similitude (Figura 9) tem no centro a palavra *Comunidade* revelando que para se chegar à governança efetiva é necessário à participação da comunidade nesse processo por intermédio de ações em conjunto. A palavra *Comunidade* encontra-se interligada as palavras *ação*, *Educação Ambiental*, *Museu do Mangue*, *equipamento*, *governança*. Enquanto que a palavra *Governança* está interligada a *espaço público*, *associação*, *coletivo*, *essencial*, *PMA*. Já o *Museu do Mangue* está interligado à *governança* e o papel que esses atores envolvidos devem exercer.

Figura 9 – Árvore Máxima de Similitude de que forma a governança pode contribuir para as ações socioambientais no entorno do Museu



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.



Das entrevistas realizadas, as entrevistas a seguir melhor representa a árvore máxima de similitudes construída na Figura 9.

**GP 02** - *Então as ações do município para o social e ambiental, aqui se eu puder ver em que a Guarda Municipal possa se encaixar nisso aqui, seria com nossos projetos sociais, no caso, dos Anjos Azuis poderíamos fazer palestra apresentação de forma a orientar as pessoas em relação a essa parte socioambiental, a Guarda Municipal pode colaborar com palestra e ação no que for possível. E a SEMA poderia entrar com essas ações trabalhando com a parte de Educação.*

**CL 04** - *Não adianta eles reformar isso aqui e não colocar a polícia, nós estamos aqui a Deus dará, a Polícia passa aí como passa um turista na rua, não se preocupa com os prédios públicos, se a polícia tem que chegar parar um pouco em qualquer prédio desse aí e aqui na associação a gente precisa. Eles não se preocupam não estão nem aí, estamos nas mãos de Deus porque se for depender do poder público nós estamos perdidos.*

**GP 10** - *O Museu do Mangue como ele é um espaço que está abandonado por falta de ocupação, que a comunidade se sinta representada e pertencente, a gente tem esse histórico de degradação, de violência de falta de ocupação a governança ela é essencial nesse processo, principalmente havendo revitalização, porque não adianta só a construção, revitalização. A Prefeitura revitaliza, as pessoas elas tem que ocupar aquele espaço. Ter realmente a governança como um trabalho de mediação conflitos inclusive interesses diversos e o espaço ele é coletivo, é um espaço público, então a governança tem um papel essencial aqui porque as pessoas elas tem que convergir na sensação de pertencimento daquele próprio espaço como sendo de todos não apenas de um grupo específico não só sendo da prefeitura, ou atender só a uma associação de morador, ou a um grupo específico, tem que ser uma coisa que pactuei com o interesse coletivo mesmo, então a governança é essencial.*

Um ponto fundamental nas ações de governança para o bom funcionamento do Museu do Mangue é o envolvimento da comunidade local em parceria com as secretarias de estado e município, principalmente a Guarda Municipal de Aracaju e a Polícia Militar de Sergipe com o trabalho de segurança na conservação do patrimônio, garantindo a segurança dos funcionários e usuários do espaço, fortalecendo as ações de Educação Ambiental.

Na quarta questão “Para que ocorra uma boa governança ambiental quais os compromissos devem ser assumidos pelos atores envolvidos nessa governança?”. Na Árvore

Máxima de Similitude (Figura 10) a palavra *comunidade* está ligada à palavra *compromisso* que por sua vez encontra-se conectada com a palavra *governança*, contribuindo para o entendimento de que para se chegar a uma boa governança a comunidade precisa assumir o seu papel dentro da gestão dos espaços de convivência dentro do bairro, no caso do Museu do Mangue. Esse compromisso vem junto uma sensibilização, um olhar para o Meio Ambiente, para importância socioambiental desse espaço público. A palavra *governança* apresenta conexão com a palavra *comunidade*. Esta indica conexidade entre os termos *papel*, *PMA*, *parceria*, *UNIT*, *mamíferos*, *associação*, *órgão*, *morador*, *museu*, *responsabilidade*.

Figura 10 – Árvore Máxima de Similitude em relação aos compromissos assumidos pelos atores envolvidos na governança ambiental do Museu do Mangue





A análise de similitude apresentado na Figura 10 reflete as entrevistas a seguir:

**CL 09** - *Em minha opinião, é que ele se comprometa com a população que vai fazer um trabalho interagindo com a população de ter relação com o mangue. Seria o ponta pé inicial, replantando toda a margem do mangue seria outra ação também, para poder preservar o mangue isso interagindo com a comunidade. Querendo fazer tudo sozinho e na verdade não faz nada.*

**CL 11** - *A comunidade e o poder público deveriam trabalhar sintonizados, eu acho que o poder público ele tem sua parcela de culpa, mas a população também tem então seria importante ações conjuntas de Educação Ambiental, de as pessoas se doarem mesmo voluntariamente para ajudar no Meio Ambiente eu acho tudo isso importante de repreender, o próprio morador repreender o outro quando ver jogando o lixo, importante o cidadão chegar ali plantar uma árvore, regar, cuidar, então tudo são coisas que de forma conjunta da prefeitura com a comunidade daria certo.*

**GP 13** - *As associações têm os direitos e os deveres, atualmente, a gente ver muito o direito, infelizmente esse equilíbrio é muito falho. Ali tem uma comunidade de pescadores, para você ter uma ideia vire e meche eu tenho que fazer limpeza na área onde os pescadores se concentram, então pescador, o cara não tem nem a consciência ambiental do seu espaço, que vai influir na sua pesca, então assim, a gente tem que começar realmente a estabelecer direitos e deveres bem claro com esse pessoal, fazer inicialmente convênios, porque primeiramente tem que dá condições de atingir certo patamar, mas com responsabilidade, então assim eles são pescadores de origem, para contribuir com a gestão e realmente conscientizar na parte socioambiental sobre o ecossistema e a sustentabilidade. Primeiro ele não teve acesso a informação, não teve formação suficiente e aí quando a gente fala que não teve cultura porque cultura é tudo isso, ele não tem a noção do impacto que ele está causando ali que está trazendo prejuízo até pra ele mesmo, está destruindo o mangue, ocupando irregularmente o mangue não está cuidando ali do seu ganha pão, ali na verdade é um grande ganha pão, as pessoas aí poderia obter um grande ganho se soubesse cuidar se soubesse trabalhar da forma correta com o mangue.*

Nas visitas de campo foram verificadas algumas ações da comunidade nas margens do manguezal, tais como placas de “Proibido Jogar Lixo”, na tentativa mesmo que incipiente de proteção do Meio Ambiente e, nos lugares onde eles fizeram uma horta e jardins a comunidade não depositava lixo. (Figura 11).

Figura 11 – Ações da Comunidade local nas margens do manguezal



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A Figura 11 reforça o pensamento de que a comunidade, ao se sentir pertencente a um espaço ela cuida e fiscaliza, potencializando sentimentos de pertencimento, comprometendo-se com o lugar produzido e vivenciado, trazendo benefícios sociais, econômicos e ambientais. Entretanto torna-se imprescindível que a Gestão Pública desempenhe seu papel em prol de uma governança participativa.

A quinta questão “*E para a efetivação desses compromissos o que é necessário que ocorra para assim chegar a um desenvolvimento sustentável?*”. Conforme se observa na Figura 12, o resultado gerado pela análise de similitude apresenta as coocorrências entre as palavras e indicações da conexidade entre os termos: *comunidade, SEMA, ambiente, dinheiro, público, sustentável, órgão, desenvolvimento, projeto, pma, compromisso*.



De acordo com a figura 12, para a efetivação desses compromissos, todos os entrevistados enfatizam a participação da comunidade em todo o processo. Mas também deixa claro que o papel da gestão pública deva ser exercido de forma eficiente e eficaz, principalmente da SEMA, onde essa gestão está vinculada aos anseios da comunidade para efetivação do Projeto Museu do Mangue, trabalhando com parcerias que visem o interesse da coletividade. Esse resultado demonstra também que para ocorrer essa efetivação, a Prefeitura de Aracaju precisa entender o Projeto Museu do Mangue e assim aplicar a legislação ambiental relacionada ao ecossistema de manguezal, com ações continuadas de Educação Ambiental e fiscalização.

Alguns trechos de entrevistas que reforçam o resultado apresentado na árvore de similitude.

**GP 01** - *Primeiro de tudo é a sensibilização, porque o ser humano só dá valor quando atinge seu bolso, que a gente possa reconhecer o valor e a importância do Museu do Mangue, do nosso ecossistema, das nossas áreas naturais, Áreas de Proteção Permanente, porque a gente conhecendo e dando essa importância sociedade e natureza a gente vai conseguir ter aí alguns compromissos assumidos porque quando a gente não tem isso, a gente pode até realizar audiências públicas, a gente pode realizar reuniões, e colocar até isso em assinaturas, daí os compromissos que uma boa governança pode fazer, primeiramente, se a governança se os órgãos e setores seja eles privados ou não, se pelo menos exercer seu papel enquanto as atitudes perante a legislação cumpri ao menos que a lei, cumpri a legislação a gente já está fazendo nosso compromisso, mas que a gente faz, realmente com a sensibilização. Não se faz governança, se não praticar, não envolve a comunidade, não vai adiantar o trabalho, porque assim quem vai cuidar é a comunidade e quem vai lutar por aquilo também é a comunidade, sem o empoderamento da comunidade não há empreendimento, não há reforma, não há gestão que dê jeito, porque se a comunidade não se empoderar não entender a importância daquilo, daquele espaço urbano, não vai adiantar você pode fazer uma obra gigantesca, reformar. Não vai adiantar. Porque quando a comunidade não se empodera daquele equipamento social acontece infelizmente que a marginalização e outras questões tomam conta daquele espaço, a comunidade por insegurança começa a não frequentar mais aquele equipamento social e quando a gente menos espera, é abandonado e o lugar de servir de fato para comunidade está servindo apenas para um X por cento daquela comunidade, para outros fins.*

**GP 07** - *Você tem que mudar a compreensão do que é um ambiente, você tem que criar a estrutura, então vamos lá, hoje você tem a SEMA tem uma boa estrutura, mas aí você*

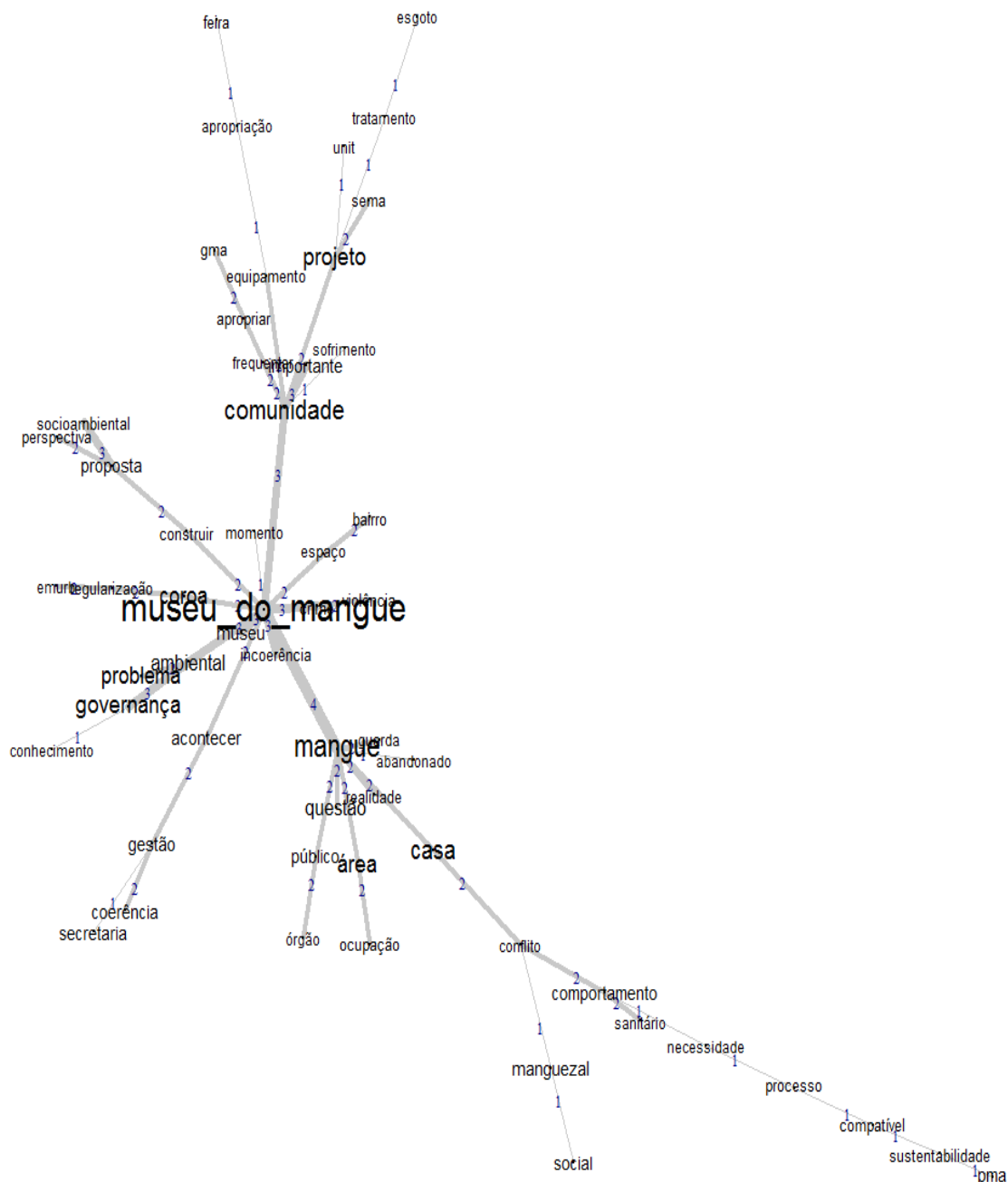
*tem ADEMA que não tem nenhum concursado, você tem o Estado que acabou com a Secretaria de Meio Ambiente, momento histórico, então você tem que ter estrutura mais você tem que ter consciência geral se houver uma consciência geral do proteção ambiental, eu chego até a utopia de dizer que talvez o órgão ambiental fosse dispensado, porque as pessoas voluntariamente, estaria alto disciplinadas para entender que respeitar o Meio Ambiente é respeitar sua própria vida.*

**P 15** - *Pra mim assim cada um tem seu papel e todos tem que assumir o seu papel e desenvolver o seu papel, mas tem uma ordem hierárquica de etapas que precisam ser cumpridas, então assim precisa ter um envolvimento direto para garantir a segurança daquela região e a partir daí você também gerar a garantia da sustentabilidade desse Projeto, porque assim a comunidade está envolvida no tráfico, mas está envolvida no tráfico porque não tem alternativa então assim é muito difícil de você levar, comunicar a comunidade que por vezes está envolvida em uma situação dessa que está a margem da sociedade se você não dá uma alternativa para ela, então não dá para gente fazer essa análise tão fria.*

**GP 17** - *Governo: Fiscalização, controle e produção inicial; Empresas: Fator econômico, divulgação e promoções; População local: Mão de obra, controle, manutenção e fiscalização.*

A sexta questão “*Em sua opinião há uma coerência no tipo de governança empregado no Museu do Mangue compatível com a necessidade socioambiental do local?*”, gerou a Árvore Máxima de Similitude que indica o termo *Museu do Mangue*, como de maior poder associativo, com oito arestas (*comunidade, construir, Coroa, problema, mangue, espaço, incoerência, violência*). A análise destaca ainda que o termo *Comunidade* está associado a quatro arestas essas trazem as palavras *frequentar, apropriar, GMA, equipamento, apropriação, feira, importante, sofrimento e projeto* que está vinculado a *UNIT, SEMA, tratamento e esgoto*. O que corrobora com os anseios da comunidade de se apropriar do espaço público, poder frequentá-lo com segurança e por isso, enfatiza a necessidade da presença da GMA no espaço, contribuindo para um possível retorno da feira. Outro ponto salientado nesta questão refere-se a realização de Projetos como tratamento de esgoto e práticas e ações de Educação Ambiental com parcerias entre a UNIT e a SEMA (Figura 13).

Figura 13 - Árvore Máxima de Similitude sobre a opinião dos entrevistados em relação à coerência no tipo de governança empregado no Museu do Mangue.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para alguns atores entrevistados há uma incoerência, pois os mesmos não veem compromisso nenhum com a comunidade e nem com Meio Ambiente, conforme as entrevistas apresentadas a seguir.

**GP 03** - *Quando foi feito a ideia sim era compatível, era importante porque ia dá essa sustentabilidade de cuidar, de vigiar, de orientar, de palestra isso aquilo e outro. Do jeito que está hoje não tem sentido, porque está servindo de local de prostituição e de tráfico de drogas, não tem nada que se justifique uma prefeitura, um órgão público deixar acontecer o que está acontecendo no Museu do Mangue hoje o descaso total, um fato importantíssimo para o mundo todo que é o Meio Ambiente hoje e está aí o descaso, nem o pescador pesca mais aí, porque quando foi feito o projeto fizeram um sistema de tratamento de esgoto, só que não fizeram com que esse tratamento de esgoto fosse colocado em prática o seu funcionamento, a toda a maioria dos esgotos são jogados dentro do mangue então está acabando com todos os peixes e a ideia é acabar também com o mangue, vai destruindo, pois a poluição é muito grande.*

**GP 07** - *Em tese sim, o problema do Museu do Mangue que ele tem uma intercorrência que foge a governança ambiental, o que é que atrapalhou a implementação do ideal do Museu do Mangue desde ali Ana Libório quando ela projetou até a sua concretização uma incidência de violência com crime organizado inclusive com facção externa ao Estado que passaram a dominar, fazer toque de recolher e ameaçar servidores, então a governança ambiental no Museu do Mangue ela foi atrapalhada, ela foi aviltada por conta do crime organizado, da violência. Que aí foge do papel da governança ambiental do município e passa a ser um papel do Estado para combater essa violência.*

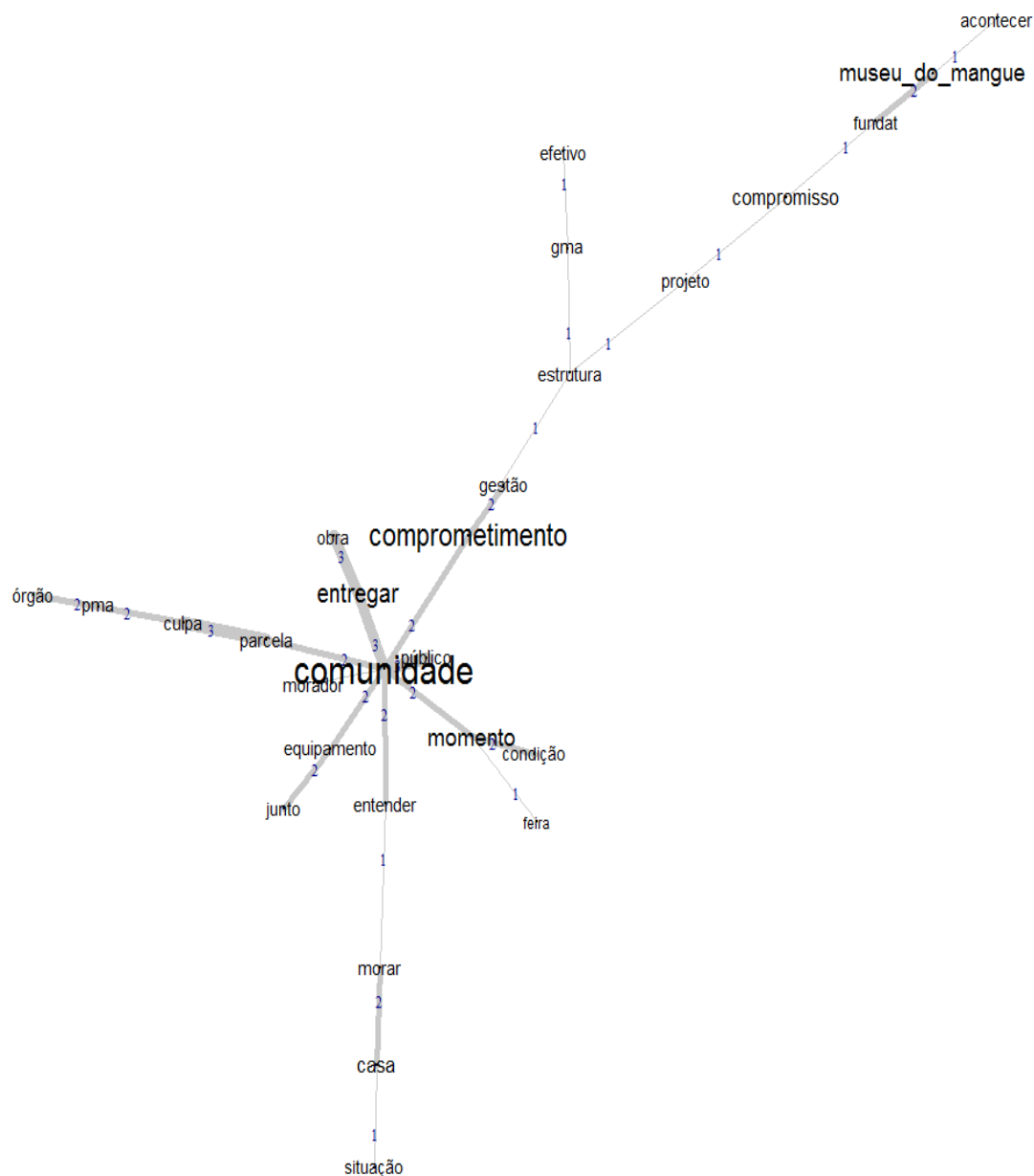
**CL 09** - *Incoerência na verdade, incoerência, a prefeitura faz uma propaganda engana, e a realidade é outra.*

**GP 13** - *Não. Nenhuma coerência. Eu sei que as dificuldades são grandes, um projeto daquela magnitude, tem que ter um trabalho social maior até do que o investimento na parte física do que foi feito lá. É isso, faz a obra e não tem esse projeto complementar assim para dá sustentabilidade.*

Nesse sétimo questionamento “Na sua ótica, houve uma falta de comprometimento dos atores envolvidos na Governança do Museu do Mangue?”, o termo *Comunidade* está no centro do gráfico com oito arestas (*entregar, comprometimento, público, momento, entender, equipamento, morador e parcela*). A comunidade tem sua parcela de culpa na falta de compromisso para com o espaço público que é o Museu do Mangue, mas esse comprometimento precisa ser assumido pela gestão do espaço, que é realizado pela SEMA, como pelos outros órgãos envolvidos, por exemplo a GMA, que trabalha com a segurança

patrimonial e a Fundat, com cursos contribuindo na geração de emprego para comunidade local (Figura 14).

Figura 14 - Árvore Máxima de Similitude sobre opinião dos entrevistados sobre a falta de comprometimento dos atores envolvidos com o Museu.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Vê-se na Figura 14, no que se referem à falta de compromisso dos atores envolvidos na governança do Museu do Mangue, que todos têm sua parcela de culpa. O que precisa é um comprometimento de todos, principalmente da comunidade, dela se sentir pertencente do



espaço público e entender a importância socioambiental, na conservação do ecossistema de manguezal e na geração de renda para comunidade, de acordo com as entrevistas a seguir.

**GP 01** - *A gente como órgão é verificar, onde foi que ficaram lacunas, para tentar consertar e não voltar a ter foi uma questão da própria comunidade de não entender também, de não se empoderar desse equipamento e entender a importância, foi realmente, foi de forma conjunta, a meu ver, acho que a gente como eu falei anteriormente, quando acontecer não tem que apontar um culpado, a gente tem que procurar resolver, então governança é isso, é a gente olhar o poder público, a comunidade, não só comunidade do entorno, mas comunidade externa também.*

**CL 03** - *Total, não tiveram compromisso de hipótese alguma, no início ainda fizeram algumas reuniões, fizeram algumas palestras lá, mas depois abandonaram.*

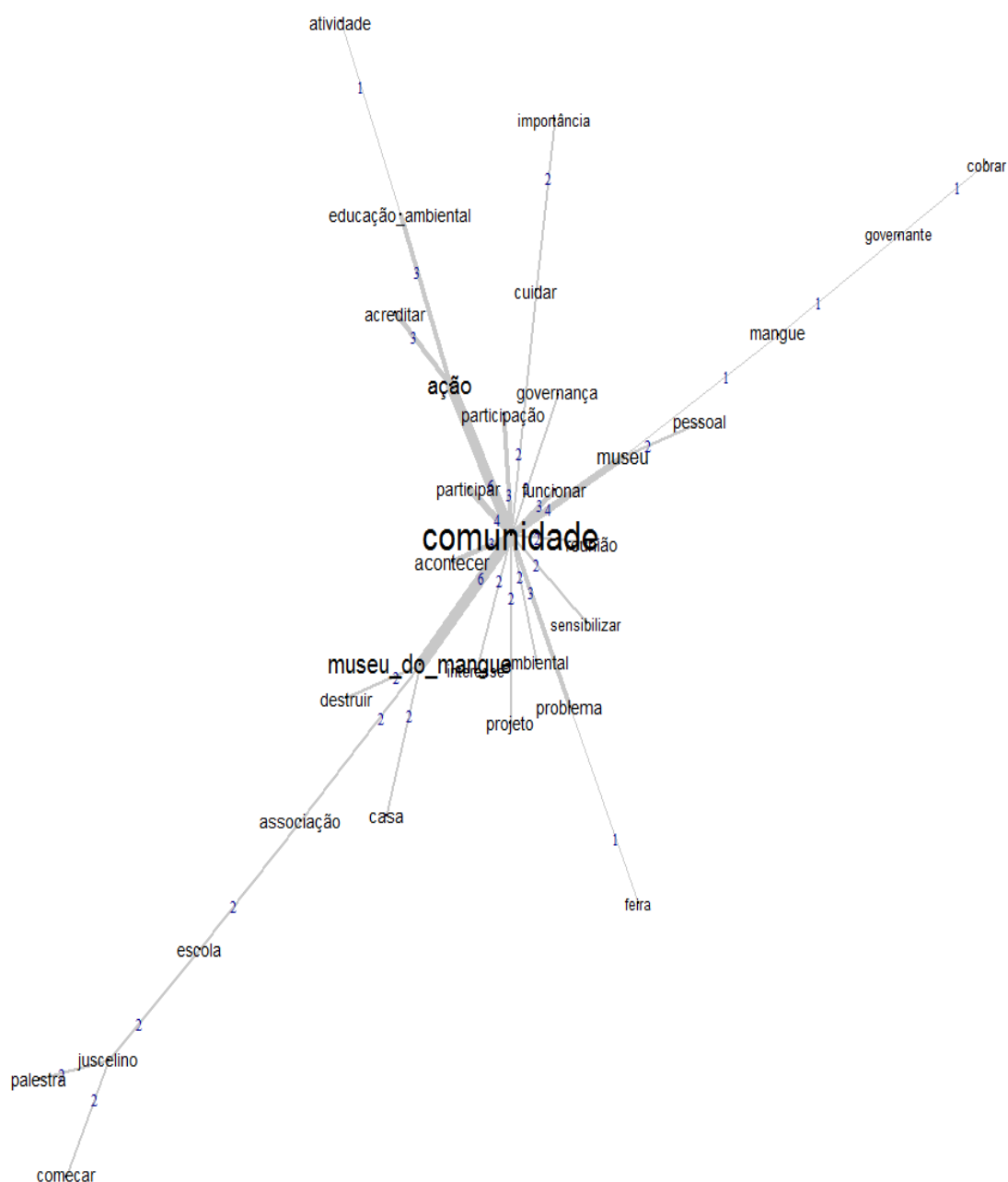
**GP 06** - *Faltou a continuidade do compromisso assumido com o Projeto.*

**CL 14** - *Falta de organização, de compromisso de está tendo o compromisso naquele ambiente, é como no caso da Fundat, a Fundat funciona e porque o Museu do Mangue não funciona que antigamente eu fiz curso através da Fundat que fizemos lá no Museu do Mangue naquele espaço, tinha percussão, exposição de quadro, vários tipos de curso pela Fundat ali no Museu do Mangue.*

**P 16** - *Teve essa falta de comprometimento, não conseguiu assumir o papel dele que era o protagonismo que tinha sido como objetivo, teve que a população não conseguiu entender e toda a sequência de gestão não deram valor, teve uma gestão, não essa agora uma lá atrás que tentou fazer uma inauguração, mas acabou que não teve o envolvimento da comunidade, então eu vejo esse processo como ele nasceu depois que as pessoas começaram habitar aí ele já nasce sem essa interação acabou faltando uma relação e esse comprometimento enfim da gestão pública de enfim exercer uma governança efetiva e de lá para cá a gente não teve, as duas ultimas gestão não está tendo comprometimento.*

No oitavo questionamento “Na oitava questão Como você ver a participação da comunidade local na governança do Museu do Mangue”, a Árvore Máxima de Similitude gerada pelo resultado da oitava questão da entrevista tem o termo central *Comunidade* com quinze (15) arestas (*Museu do Mangue, interesse, projeto, ambiental, problema, sensibilizar, reunião, funcionar, museu, governança, cuidar, participação, ação, participar, acontecer*). E o termo *Museu do Mangue* além de estar associado à *Comunidade* encontra-se também ligado a *casa, destruir, associação, escola, Juscelino, palestra, começar*.

Figura 15 - Árvore Máxima de Similitude sobre a participação da comunidade local na governança do Museu.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Conforme os documentos e as notícias analisadas no capítulo 03 desse estudo, a participação da comunidade por meio dos seus representantes, sempre esteve ativa nas audiências públicas e nas reuniões com os gestores, desde a elaboração do Projeto Museu do Mangue, junto com Projeto de Urbanização do bairro Coroa do Meio até os Projetos de

Revitalização que tramitam no Ministério Público. O resultado obtido na análise de similitude da Figura 15 em relação à fala dos entrevistados sobre a questão abordada é demonstrado em trechos das entrevistas seguintes.

**CL 04** - *Quase nada, vou botar um por cento, porque se nós não cuida do patrimônio nosso que é nosso, destrói, imagine um pai de família chegar num prédio desse e tira uma peça, roubar um telhado, uma porta, uma janela, porque cabe a mim também quando ver uma pessoa dessa, que faz um delito desse, eu não comprar, só tem ladrão porque tem quem compre o roubo.*

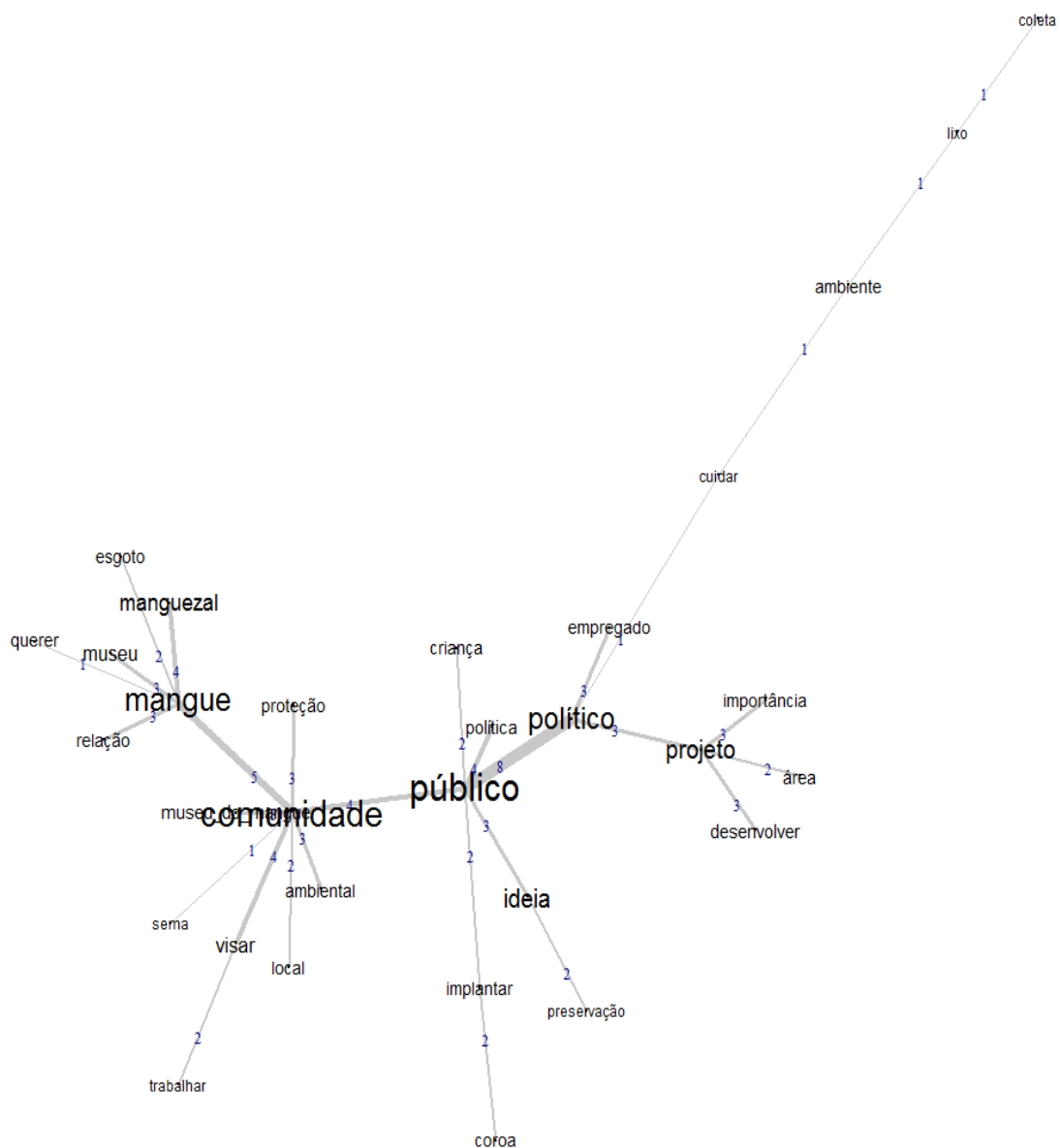
**GP 05** - *A comunidade, a gente teve diversas experiências de tentar agregar a comunidade é uma dificuldade cada um só pensa no seu umbigo, é um problema sério. Reunião de Plano Diretor, eu dizia assim meu Deus lá vai eu para reunião de duas e três pessoas, as mesmas por sinal, não era nem diferentes eram as mesmas, porque as pessoas diziam assim eu estou trabalhando, eu chego em casa cansado, eu tenho vinte mil problemas, não querem saber não, e ficam sem querer saber e simplesmente o que acontece é a falta de participação para você conseguir sensibilizar uma comunidade é muito difícil, já teve várias experiências que disseram que através da escola, que a secretaria de educação, você junta as crianças faz um trabalho com as crianças, que a criança chega em casa e diz ao pai, facilita mais essa integração, mas nada que seja fácil essa integração, que você tenha realmente uma unidade daquele conjunto que é pequeno, ele não pode ser a área do entorno mediato do Museu do Mangue, pra mim ele tem que abranger toda a área do Projeto Coroa do Meio. E tem ainda o problema das diferenças de classe, muitas vezes não tem a consciência ambiental, mas que joga o lixo ali no terreno baldio, então essa dificuldade até na diferença social é muito chata mesmo, se elas não estão disposta a nem estarem juntas como elas vão cobrar alguma coisa de alguém? Não cobram nada, muito mais fácil continuar jogando meu lixo no rio.*

**GP 07** - *Fundamental, foram organizadas feirinhas, foram organizadas participações, cursos, o problema as feirinhas o crime organizado veio, tiros e acabou a feira, teve os cursos e começou ameaçar o pessoal, então a comunidade tem o maior interesse ali e nós fizemos muitas reuniões para delimitar objetivos, definir focos, então a comunidade ela interesse que o Museu do Mangue funcione. Isso tudo que é impressionante, impedido pela violência.*

**GP 10** - *Então eles são bastante participativos, a todo momento, que você chama eles para uma conversa, eles vão, eles estão sempre com o anseio de que realmente aconteça essa revitalização que todo mundo possa usufruir do que foi proposto.*

No questionamento nono sobre “As Políticas Públicas empregadas no Museu do Mangue visava os interesses da Comunidade Local e a proteção ambiental do ecossistema de manguezal? De que forma?”, o resultado gerou uma Árvore Máxima de Similitude com os termos *mangue*, *comunidade*, *público*, *político*, *projeto* e suas ramificações. Confirmando a máxima de que para fazer políticas públicas são necessárias ações conjuntas entre a comunidade e os gestores públicos, no caso do Museu do Mangue, buscando harmonizar o social com o ambiental.

Figura 16 - Árvore Máxima de Similitude sobre as políticas públicas empregadas no Museu do Mangue.



Os entrevistados corroboram que a criação do Museu do Mangue veio com esse objetivo, como uma política pública, que visava o social gerando para comunidade local de lazer e para geração de renda, e em contrapartida a conservação do manguezal.

**GP 05** - *Os interesses da comunidade não era exatamente era mais em relação, inicialmente, era mais em relação ao ambiente mesmo. Eram estudos para poder revigorar os mangues, para poder ter essas coisas. O que não deixa de ser uma coisa interessante para comunidade, mas o programa, isso aí era o módulo ambiental, o programa social apesar de ele ter que se entrelaçar, ele era outro.*

**GP 07** - *Veja esse era o objetivo, conscientizar a comunidade, mostrar a importância do mangue, principalmente com a Fundação Mamíferos Aquáticos havia um Projeto que tinha sido desenvolvido para entender, compreender e preservar o manguezal, esse era o foco central.*

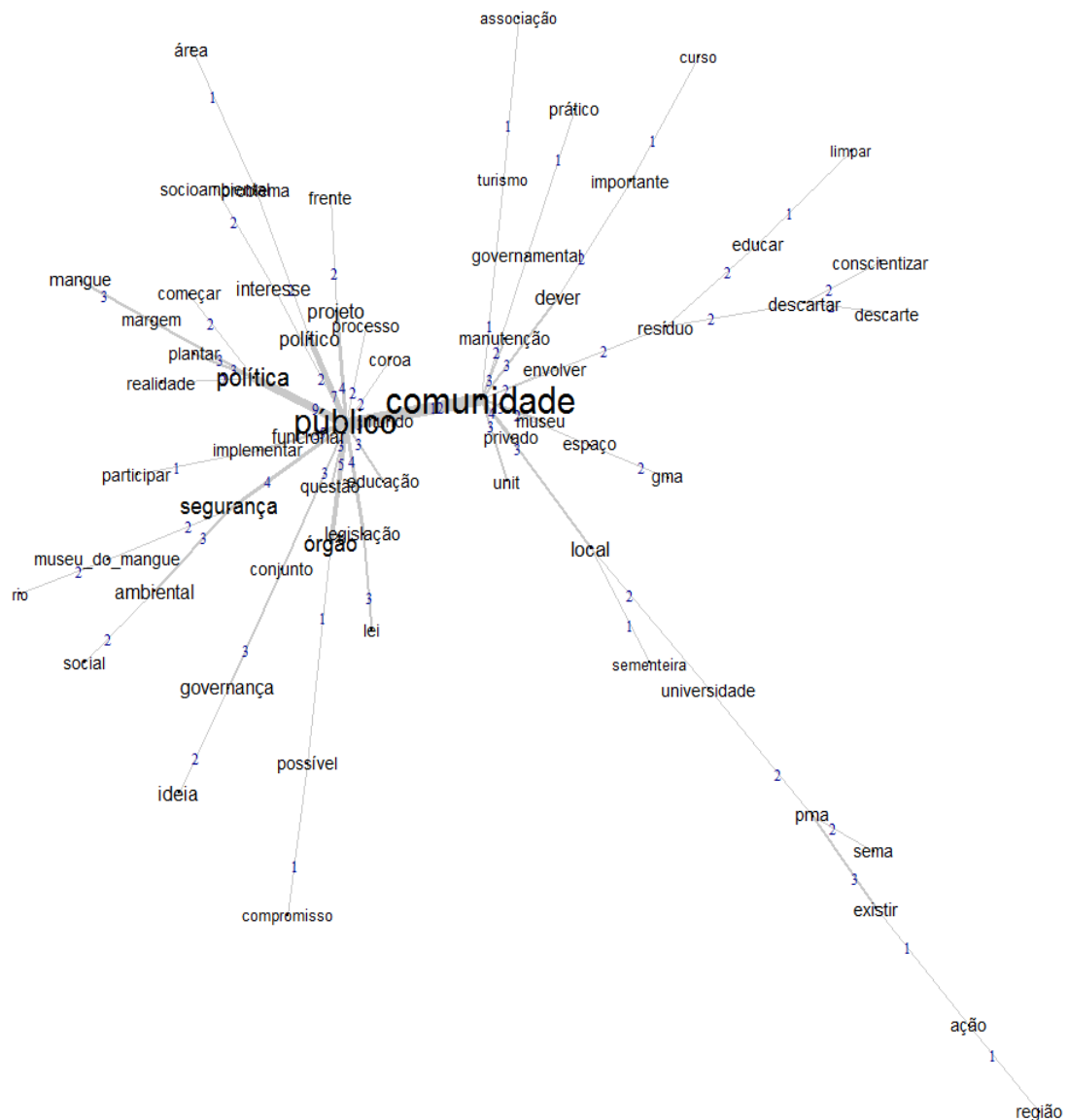
**GP 10** - *A Política que a gente está empregando no entorno do Museu do Mangue elas visam totalmente, o interesse da comunidade local, a gente trabalha com agentes de saúde, com as escolas, o CRAS, na comunidade fizemos o porta a porta com a comunidade, fizemos diversas ações que visam inclusive a proteção ambiental, a gente fez plantio de mangue, a gente trabalhou com os pescadores, a gente trabalhou com as crianças, trabalhamos com a comunidade ali no entorno na expectativa do manguezal, está mostrando a importância do manguezal e tudo mais. Projeto Muda mangue.*

**CL 11** - *o Museu do Mangue ele está realmente no mangue, então só o nome em se já diz e as suas ações era para ser mesmo efetivas em relação ao combate ao desmatamento, a poluição, isso serve de exemplo para outras comunidades não é necessário se ter um Museu dentro da sua comunidade expressando ali a realidade que é o mangue, mas cada um tome consciência e que sirva de espelho para outras comunidades o mangue ele é importantíssimo para nossa saúde, para o nosso ecossistema, de uma forma geral.*

*Como pensar no desenvolvimento de políticas públicas ambientalmente efetivas e socialmente justas através de uma boa governança envolvendo órgãos públicos, privados, não governamentais e comunidade local? Essa abordagem da décima questão da entrevista gerou uma Árvore Máxima de Similitude com os termos: público e comunidade no centro do gráfico. O Público está relacionado ao bairro Coroa do Meio, a política pública, ao projeto socioambiental, ao Museu do Mangue, a segurança, a ideia de governança, a educação, a legislação, a participação, implementação e compromisso com a questão. E em relação à comunidade, a mesma tem suas arestas para a manutenção, para as associações, turismo,*

*dever, cursos, educar, resíduos, descartar, conscientizar, museu, espaço, GMA, e quando fala de lugar direciona a universidade, PMA e a SEMA na geração de ações onde envolve a comunidade e o espaço público do Museu do Mangue.*

Figura 17 – Árvore Máxima de Similitude ao desenvolvimento de políticas públicas ambientalmente efetivas e socialmente justas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nesse contexto, segue algumas entrevistas das quais geraram o resultado da Figura 17.

**CL 03** - *Então o nosso projeto ele trata disso aí dessas parcerias, como eu já disse nem a comunidade sozinha tem condições de manter aquilo ali funcionando e nem o poder público vai ter hoje, hoje, na época que fizeram poderia, porque estava lá o poder público e a*

*seus efetivos órgãos que poderiam manter aquilo ali funcionando da melhor maneira possível, hoje justamente o que eles têm que fazer é essas parcerias com empresas como UNIT, é uma instituição que tem um poder aquisitivo que pode ajudar na manutenção. E a própria comunidade, as associações e as pessoas que estão envolvidas com alguma atividade que venha a melhorar com a vida das pessoas, a secretaria de turismo, que é uma das ideias que é pegaria no Museu do Mangue no fundo fazia uma passarela de madeira mesmo para entrar no mangue, no rio, ali já é no rio, dragou, aquilo é fundo dá para passar barco ali tranquilamente e o projeto já está na prefeitura, saindo da rua da frente no Museu da Gente Sergipana, indo para Sementeira, parava ali na ponte vai para sementeira. A ideia nossa era essa de fazer com que envolvesse esses órgãos todos para que a coisa funcionasse. Porque só funciona se for assim com todos os atores envolvidos fazendo sua parte.*

**GP 06** - *Dando continuidade ao que foi proposto no projeto inicial, envolvendo todos os atores.*

**GP 07** - *Isso é um conjunto, tem que funcionar tudo não é só a governança ambiental que tem que funcionar, é a secretaria de educação tem que funcionar, assistência social tem que funcionar, a segurança pública tem que funcionar. Porque a Governança Ambiental na Coroa do Meio falhou porque a segurança pública não conseguiu conter essa violência, então é um conjunto tem que funcionar. O transporte público, a educação, a saúde tudo, se um desses pilares não funciona, no caso da Coroa do Meio do Museu do Mangue foi à segurança, a segurança não conseguiu conter o grau de violência na localidade.*

**GP 13** - *A gente tem feito muita coisa lá naquela região, a SEMA também tem promovido algumas ações, a gente está sempre lá, eu costumo dizer aqui que o desafio não é limpar, limpar qualquer um limpa, entendeu, mandar uma máquina, colocar gente lá para limpar, o meu desafio é fazer com que aquelas pessoas não descartem de forma irregular o resíduo e para isso a gente tem que educar, fazer Educação Ambiental, a gente faz ações lá de limpeza mostrando que o descarte causa contaminação, poluição, e trás malefícios, o pessoal reclama de dengue, o pessoal reclama de arranha, de barata, de escorpião, como é que faz isso, eles estão proporcionando que esses vetores surjam do resíduo que está sendo descartado ali, então a tentativa realmente de educar e conscientizar a população.*

Em um dos momentos das visitas de campo fez-se um trajeto pelo rio, para identificar a situação que se encontrava o manguezal do outro lado, fazendo parte do trajeto sugerido no Projeto de Ecoturismo exposto pelo entrevistado 03. Utilizou-se um barco de pescador que saiu do Píer, pelas águas dos rios Poxim e Sergipe, indo até o final do igarapé atrás do Museu do Mangue chegando onde existe uma obra embargada da Associação de Pescadores da

Avenida Beira Mar. O trajeto seguiu até a Ponte Presidente Juscelino Kubitschek que ligava o bairro Atalaia ao Centro popularmente conhecida como Ponte do Parque dos Cajueiros, devido à proximidade com o parque, passando pela ponte que liga o bairro 13 de julho à Coroa do Meio, denominada Godofredo Diniz, conhecida como Ponte do Shopping Riomar (Figura 18).

Figura 18 – Imagens geradas pela visita de campo realizada dentro dos rios Poxim e Sergipe que margeiam o Museu do Mangue e seu entorno.



Fonte: Pesquisa de campo, set de 2019.

Com base nos questionamentos da décima primeira questão da entrevista “As Políticas Públicas implementadas no entorno do museu tem contribuído para um desenvolvimento sustentável? De que forma podem ser visualizadas?” salienta-se que para interpretação da Árvore Máxima de Similitude é necessário considerar a hierarquia dos valores das ligações entre os termos, junto à conotação assumida pelos termos *projeto*,





Segue alguns trechos de Entrevistas que das quais reproduziram o gráfico da Figura 19.

**GP 01** - *A gente tem leis e políticas públicas para tudo, mas às vezes a gente impõe algo, não adianta a gente fazer um projeto ou uma política pública ou uma legislação se não houver um interesse da comunidade. A gente tem um projeto de revitalização e ecoturismo para o Museu do Mangue e no rio Poxim, mas se a comunidade não se empoderar não existe política pública, não existe legislação, não existe projeto que vá para frente. Então a maioria hoje do que nós temos de políticas públicas voltadas para questões socioambientais foi pela luta do povo. Então se uma sociedade, se a comunidade, a sociedade não for atuante, não participar, entender o seu papel também no espaço, não adianta a gente desenvolver políticas públicas e implementar. Não adianta a gente implementar o ecoturismo, revitalizar o Museu se a comunidade também não se sentir parte do processo.*

**CL 04** - *O nosso meio ambiente está sofrendo através de quem, do poder público, porque não faz a caixa de esgoto, porque vem tudo para o rio, como trazer os turistas para ver o rio se está tudo sujo pelos esgotos.*

**GP 05** - *Eu não vejo essas políticas públicas serem implementadas, especialmente dentro do que o Programa previa.*

**CL 11** - *Em parte sim, a coleta do lixo ela é regular acontecer infelizmente da comunidade jogar lixo no mangue, mas não existe um sistema de tratamento de esgoto, nosso esgoto ainda hoje é descartado no mangue, então isso seria importante a DESO junto com a prefeitura dessa forma de captar água. Não tem tratamento ela vai direto para o mangue, vai diretamente para o mangue, isso contribui para a poluição e muito.*

O problema da falta da rede de esgoto que é direcionando para o mangue, como relatado por alguns entrevistados, foi identificado e fotografado nas visitas de campo (Figura 20).

Figura 20 – Rede de Esgoto direcionada para o mangue.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Com este questionamento da décima segunda pergunta “*De que forma a Educação Ambiental tem contribuído para empoderamento da comunidade local com a o ecossistema de manguezal?*” pode-se identificar a estrutura mediante a análise de semelhanças (Figura 21), em que o núcleo central está dividido entre *Educação Ambiental*, *comunidade* e *mangue*. Verificou-se que o termo *mangue* está ligado a *manguezal*, *importância*, *vida*, *ecossistema*, mas também está associado a *lixo*, *jogar*, *PMA*, *comportamento*, *plantar*, *compromisso*, *criança*. Enfatizando a importância das ações de Educação Ambiental, desde as crianças até os adultos, na proteção do ecossistema de manguezal que é fonte de vida, assumindo um comportamento diferenciado, principalmente no que se refere ao descarte dos resíduos. O termo *Educação Ambiental* está vinculado a nove arestas (*comunidade*, *parceiro*, *ação*, *programa*, *setor*, *empoderamento*, *escola*, *SEMA*, *município*), então para que ocorra o pertencimento da comunidade local com o ecossistema de manguezal são necessárias ações continuadas de Educação Ambiental.

Figura 21 – Árvore Máxima de Similitude em relação a contribuição da Educação Ambiental no pertencimento da comunidade com ecossistema de manguezal.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Segue alguns trechos das entrevistas realizadas.

**GP 01** - *Setores de Educação Ambiental do município fazem os 2 tipos de Educação Ambiental formal e não formal então também vai nas escolas e as próprias escolas fazem essa parte de ensino também então a gente pode ver que ação de Educação Ambiental tem sido muito para empoderamento, e sempre servirá como eu disse, pra mim, ela é a principal ferramenta de gestão ambiental e do empoderamento do município, dos sujeitos, se não for ousada de dizer que uma das principais ferramentas para governança, então a gente nota quando a gente faz uma ação isso replica de uma forma que é inesperado.*

**CL 09** - *A Educação Ambiental, eu lembro que logo no início teve um projeto, que as crianças saia e tal plantavam umas plantinhas, em 2006, um projeto envolvendo as escolas, as crianças vinham aquele mangue ali da esquina até a praça foi replantado, foi até uma polêmica, crítica, porque as crianças não podiam ter contato, mas foi replantado. Foi o outro guerreiro, Gama. Se essa política educacional persistisse, viesse fazendo de forma continua, não estaria como estava hoje aí.*

**GP 10** - *Então a gente trabalha tanto lá na comunidade a gente trabalhou essa perspectiva, como também a gente tem um Programa Visita Guia em Ambientes Urbanos que a gente leva e levamos alunos dali da Coroa do Meio que foi nossa prioridade, temos uns bairros prioritários, com planejamento estratégico e Coroa do Meio é um deles, e trabalhamos, levamos escolas ali da Coroa do Meio para essa Visita Guiada em Ambientes Urbanos, que a gente leva para o Parque Poxim, aí trabalha toda perspectiva do mangue, do manguezal através de uma visita lúdica que a gente tem um caranguejo grande de espuma, aí a gente trabalha de forma lúdica interativa, a importância do manguezal trazendo para perspectiva deles, então nós fomos nas escolas fizemos DRP, Diagnostico real participativo, para entender muitos deles falaram da questão ambiental, aí depois disso a gente criou um calendário para cada um desses equipamentos e trabalhou diante, em cima desse calendário a perspectiva socioambiental inclusive do manguezal.*

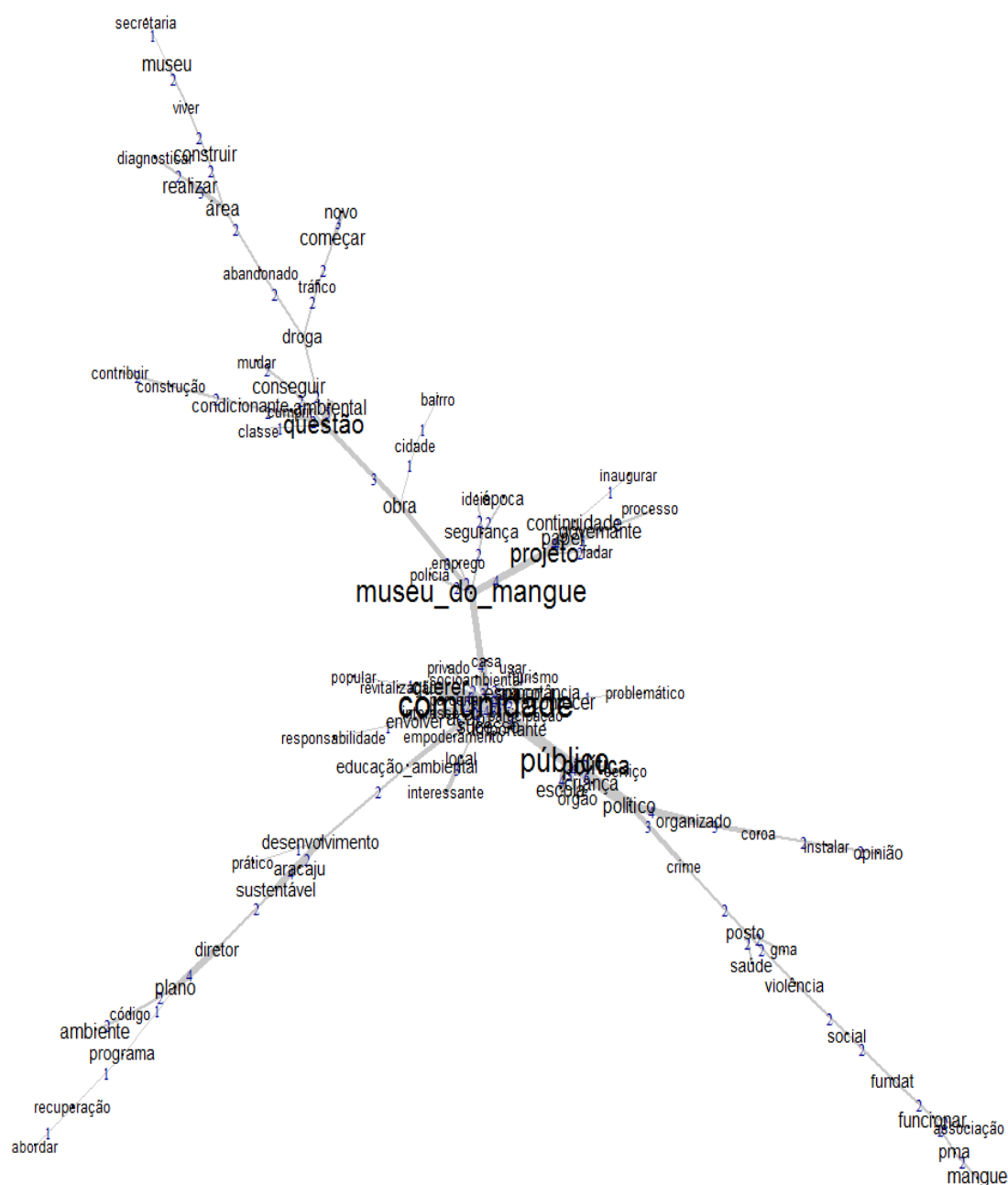
**P 16** - *A SEMA tem o projeto Muda mangue, que planta muda de mangue, fizeram uma ação ali perto da ponte do Shopping Riomar nas margens do rio Poxim.*

*Em sua opinião o que seria necessário para o sucesso do Projeto Museu do Mangue?*  
Nesse décimo terceiro questionamento, o léxico *Museu do Mangue* associado à comunidade possui o maior número de conexões entre os termos evocados. Nesse sentido, destaca-se a opinião dos entrevistados os quais atribuem o sucesso do Museu do Mangue a participação da comunidade. A Árvore Máxima de Similitude está ligada a elementos como *continuidade*,

*papel, segurança, emprego, turismo, envolver, responsabilidade, Educação Ambiental, desenvolvimento, sustentável, empoderamento, revitalizar, socioambiental, política, público.*

Essas conexões refletem que, apesar de existirem dificuldades na revitalização do espaço que compõem o Museu do Mangue, há um interesse do órgão gestor e da comunidade, que esse Projeto aconteça na sua integra.

Figura 22 – Árvore Máxima de Similitude sobre a opinião dos entrevistados em relação o que é necessário para o sucesso do Projeto Museu do Mangue.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Seguem algumas falas dos entrevistados sobre a temática abordada na questão.

**GP 02** - *Na verdade é uma transformação do local, como estão acontecendo em várias áreas daqui do município seria um olhar diferente, lá você tem que construir um local que tem que servir a população, interessante seria antes de fazer é escutar a população, o que é eu quero nesse local, o que nós precisamos que exista aqui, é de cultura, de lazer de algum serviço do município, é de um posto da Guarda Municipal então eu acho interessante antes de fazer qualquer coisa é ouvir a população, porque às vezes a gente até pensa que o melhor é aquilo, mas na verdade quem sabe é quem está no local, então ouvindo eles e realinhando com as necessidades acho que seria mais interessante.*

**CL 03** - *Responsabilidade do poder público, se tivesse responsabilidade estava funcionando, tem que ter a parceria envolver a comunidade, envolvendo as associações, mostrar que a responsabilidade não é só da prefeitura, tem que ter um órgão público, é público, é de todos, e às vezes nós da comunidade não temos esse conhecimento, acha que o público é da prefeitura, do estado, é nosso, público é nosso, eles tem que entender que é isso. Como aqui veio das palafitas de pessoas com pouco conhecimento científico, aí teria que ter uma capacitação, um treinamento, uma orientação, nesse sentido isso aqui é de vocês, cuide. Não teve. Deixou lá e os vândalos começou entrar e cada vez crescendo mais e está aí do jeito que está hoje, a gente fica envergonhado como liderança até de ver que nossa liderança não está sendo eficiente para que a coisa aconteça, a gente luta, vai para Ministério Público, vai para prefeitura e eles parece nem liga. E a coisa não está funcionando, mas digo a você a gente não vai desistir enquanto não ver o Museu do Mangue revitalizado e esse mangue todinho aí bonitinho como tem que ser sem essa lixarada que está lá.*

**GP 05** - *O sucesso do Museu do Mangue primeiro tem que ter vontade política, segundo ele teria que ter todo o trabalho prometido de fazer feito.*

**GP 10** - *Acho que exatamente a gente conseguir colocar em prática os princípios da governança de uma gestão mais participativa, colaborativa onde todo mundo realmente pudesse ter o principio coletivo através de ações individuais de cada um desses entes, de cada uma das instituições, para que gente pudesse realmente trabalhar na perspectiva da revitalização que é algo que despende financeiramente, mas trabalhar na questão da segurança, como trabalhar muito no principio baseado, por exemplo, a gente pesquisou muito na época que a gente estava fazendo o Princípio de Medellín, que é um principio que a gente não trabalha, eles conseguiram mudar os índices de violência de uma forma absurda através de arte, cultura, a questão ambiental, social e deram empoderamento, pertencimento não acabando com favelas, a situação que era impossível acabar, mas transformando aquele*



*espaço dando dignidade para as pessoas e eu acho que esse é um princípio que pode acontecer no Museu do Mangue, ser um espaço de dignidade de empoderamento das pessoas terem aquilo ali como uma referência socioambiental para comunidade mesmo.*

**CL 14 -** *Botar ele para funcionar, tem várias associações aqui no bairro, ou bota uma associação para tomar conta ou então os governantes vem tomar conta, por exemplo, o CRAS funciona, a Fundat funciona, um tipo de órgão desses para funcionar lá, para a própria comunidade, fazer tipo uma manhã até meio dia uma crechezinha, botar as crianças porque tem espaço, é por aí por diante, só sei que tem muita coisa para fazer, espaço tem e está abandonado.*

Durante as visitas de campo observou-se que no entorno do Museu do Mangue existem diferentes espaços de socialização da comunidade como, por exemplo, as quadras poliesportivas, o prédio onde a equipe da Academia da Cidade utiliza como apoio, o prédio onde funciona a Fundat, o prédio da Associação de Pescadores e Pescadoras do bairro Coroa do Meio (Figura 23), todos em bom estado de funcionamento, reforçando a ideia de que a participação e envolvimento da comunidade podem contribuir para o sucesso do projeto do Museu do Mangue.

Figura 23 – Imagens de alguns espaços públicos as margens do manguezal da Coroa do Meio



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A criação do Ecoponto (Figura 24), nas proximidades do Museu do Mangue, como aparato para minimizar os impactos negativos das ações antrópicas no que se refere,

sobretudo, aos descartes de resíduos domésticos e de construção civil que não se faz de forma efetiva e eficaz, apesar das campanhas de sensibilização a comunidade local continuam realizando o descarte de modo irregular.

Figura 24 – Ecoponto do bairro Coroa do Meio



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O Projeto de Urbanização contribuiu no processo desfavelização da comunidade, no entanto o saneamento básico ainda é ineficiente e as ações de degradação do mangue tem sido constantes, exigindo do poder público trabalho contínuo de sensibilização da comunidade sobre a conservação do manguezal.

No local onde foi construído o Museu do Mangue, existiam casas subnormais, construídas sobre palafitas, essa população ocupou a área em meados de 1986, era considerada uma comunidade tradicional, formada por pescadores e marisqueiros. Mas com o crescimento urbano, essa comunidade foi perdendo sua característica de comunidade tradicional. Até 2001, viviam nessa localidade 650 famílias, o prefeito da época Marcelo Déda assinou um convênio com o Banco Internacional do Desenvolvimento (BID), para retirada dessa comunidade do manguezal, o Projeto previa tanto a construção das casas para essa comunidade e a construção do Museu do Mangue em contrapartida a conservação do ecossistema de manguezal. Então o financiamento desse Projeto foi liberado devido essa

contra partida, onde o manguezal seria revitalizado, e o Museu do Mangue seria utilizado para o ecoturismo, local de pesquisa das universidades, realização de ações de Educação Ambiental com a participação ativa da comunidade local nas atividades que seriam desenvolvidas no local.

As casas foram entregues de 2004 a 2006, mas a construção do Museu só veio acontecer depois de 2006, o projeto inicial do Museu do Mangue era para ser construído em palafitas, para que o rio tomasse seu espaço e o mangue pudesse se regenerar, seriam construídas passarelas onde os alunos, os turistas fariam um passeio para conhecer o ecossistema de manguezal, conhecer sua flora e sua fauna, sem causar impacto ao mesmo. Porém, não foi o que aconteceu, o mangue foi aterrado e foi construído espaços públicos como: quadras, parques, o Museu, os prédios da Fundat e da Associação de Pescadores. E a construção da Avenida Desembargador José Antônio de Andrade Góes que o projeto descreve ser uma forma de contenção, separando o ambiente construído do ambiente natural. A construção do Museu do Mangue foi finalizada em 2011, antes de ser inaugurado em 23 de Junho de 2011 ocorreu um incêndio, onde vândalos jogaram fogos no telhado que era de palha, então o fogo pegou muito rápido em todos os quiosques, atrasando a sua entrega ainda mais para comunidade.

Então a inauguração e funcionalidade do Museu do Mangue veio ocorrer em 04 de Maio de 2013, foi inaugurado 13 anos depois do início do Projeto de Reurbanização do bairro Coroa do Meio, após sua criação a SEMA assumi a gestão do Museu do Mangue, inaugurando como Centro de Educação Ambiental Manoel Bomfim. Devido o atraso da entrega do Museu do Mangue, acabou que a comunidade não teve o pertencimento com espaço e não compreendeu a sua importância econômica, social e ambiental para a própria comunidade local. Quando a comunidade tem o sentimento de pertencimento com o espaço público ela cuida, ela conserva, ela assume um compromisso com esse espaço. O que não tira também a responsabilidade do gestor público, que deve dá o suporte para a comunidade através de segurança, de cursos e de equipamentos, das universidades e as ONGs também darem esse suporte para assim garantir a continuidade das ações exercidas no Museu do Mangue.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



Fonte: Eliene Oliveira da Silva, Jan. 2020.

A MÃE NATUREZA é a mãe de TODOS os seres humanos. Aquele filho que se afasta dela, ou a prejudica, acaba tornando-se infeliz.

**Andrea Taiyoo**

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada com os atores envolvidos em torno do Museu do Mangue e suas relações com o processo de governança, em escala temporal de 20 anos, demonstrou a realidade vivenciada pela comunidade do bairro Coroa do Meio, que se encontrava à margem da sociedade, morando em palafitas construídas na área de manguezal e, que apesar de tirar o sustento da família do mangue, também é a principal fonte poluidora, contribuindo para o agravamento da problemática socioambiental.

Este estudo buscou analisar a governança ambiental empregada no Museu do Mangue e a participação da comunidade local nas tomadas de decisões. O processo de governança do Museu do Mangue deu-se em 2013, sobre a gestão da SEMA, quando o espaço passou a ter funcionalidade, mas não houve o maior pertencimento da comunidade com o espaço, possivelmente por ter ocorrido a inauguração tardia, pois o Projeto era datado de 2001. Não compreendendo a importância do Museu do Mangue para conciliar o social, o ambiental e o econômico para o desenvolvimento local e a falta de vontade política por parte do poder público no que se refere a Meio Ambiente ocasionou uma falta de governança ambiental, o que levou ao fechamento do Museu do Mangue em 2015.

A articulação com a comunidade no processo de governança foi incipiente, não houve continuidade durante seu funcionamento, existindo apenas ações pontuais, só após o seu fechamento a comunidade por intermédio dos seus representantes buscaram autonomia no processo de governança do Museu do Mangue participando de reuniões com os gestores públicos e com os parceiros envolvidos no processo, na criação do Projeto de Revitalização e também por meio das Ações Cíveis impetradas no Ministério Público solicitando a revitalização do espaço e que este seja de fato entregue a comunidade.

Para responder a problemática sugerida na questão de pesquisa: Os problemas que envolvem o Museu do Mangue foram ocasionados pela má governança e pela ausência de pertencimento da Comunidade Local? A relação entre os Gestores e Comunidade Local desenvolveu-se de modo não participativo, as tomadas de decisões foram de formas excludentes e seletivas não envolvendo, por exemplo, a Associação de Pescadores e Marisqueiras no processo de governança. E a falta de pertencimento da comunidade, que não compreendeu a importância socioambiental do espaço, tendo em vista que não desenvolve práticas conservacionistas para com o Meio Ambiente, ocasionando assim, uma má governança ambiental o que levou ao insucesso do projeto do Museu do Mangue.

O desencadeamento do Museu do Mangue foi exigência do BID como medida mitigadora de compensação ambiental, devido aos impactos negativos das atividades antrópicas ocasionados ao ecossistema de manguezal dos quais, o depósito de resíduos, o aterramento e o desmatamento do mangue para construção de casa subnormais, e a inexistência de política pública de saneamento básico. O Museu do Mangue foi criado como uma contra partida do governo para obter o financiamento do Projeto de Urbanização do bairro Coroa do Meio, projeto de desfavelização.

Os atores participantes da pesquisa têm o sonho de ver o Projeto Museu do Mangue funcionando na sua íntegra, colocando em prática o que foi proposto no Projeto inicial e na reformulação do Projeto de Revitalização averbado no Ministério Público (Anexo F). Para a comunidade, o espaço do Museu contribuiria no desenvolvimento econômico na geração de renda por meio de uma feira de artesanato, alimentícia e, com o turismo, bem como local de lazer para família. Já para os órgãos públicos e os parceiros do Museu, além de ser um atrativo turístico o Museu viria para minimizar os impactos sofridos pelo manguezal, com práticas e ações de Educação Ambiental crítica e emancipatória e como local de pesquisa para as universidades.

No Museu do Mangue foram desempenhadas algumas ações pontuais do poder público, principalmente da SEMA, com práticas de Educação Ambiental no espaço construído e no seu entorno como: Visitas Guiadas ao ecossistema de manguezal com alunos das escolas do bairro, o Projeto Muda Mangue onde fazem o plantio de mudas de mangue; criação do Ecoponto incentivando a coleta seletiva dos resíduos, porém sem continuidade, sem pessoas comprometidas com o Projeto e sem os órgãos envolvidos dando o aparato necessário para que se tivesse continuidade das ações, não se conseguiria uma boa governança, nem tão pouco sensibilizaria a comunidade criando um sentimento de pertencimento com o espaço público.

Este estudo contribui para a reflexão sobre gestão participativa, por acreditar que a criação de espaços democráticos em áreas de proteção ambiental é fundamental para que a participação e o controle social estejam presentes na governança desses espaços, representando os interesses da coletividade. Por essa razão, apontamos a Educação Ambiental crítica e emancipatória, assumida na proposta de educar dentro do processo de governança, como um caminho possível para se chegar ao desenvolvimento sustentável.

No bairro Coroa do Meio possui várias associações e com interesses diversos nas funções que pretendem desempenhar no espaço do Museu do Mangue. Essas associações precisam entrar em consenso e trabalhar juntas na orientação e mobilização da comunidade, por meio de ações socioambientais no pertencimento da comunidade com o espaço público e

com o manguezal. O Projeto de Revitalização do Museu do Mangue traz excelente proposta para desenvolver ações de ecoturismos, tendo como base a estrutura do Museu do Mangue, com passeios de barco pelos rios Poxim e Sergipe. Esse Projeto deve ser desenvolvido concomitantemente com a comunidade, realizando cursos de capacitação de guias e de Educação Ambiental.

Destarte, o ecossistema de manguezal é um patrimônio natural que deve ser aparado pelos poderes públicos nas esferas federais, estaduais e municipais, incentivando ações de conservação por meio de gestão participativa, dando autonomia à comunidade e assim, buscando parceria entre o poder público, as instituições privadas, a comunidade, as universidades e as ONGs, onde todos os atores assumam corresponsabilidade, participando ativamente da governança ambiental do Museu do Mangue. Em virtude dos fatos mencionados a participação efetiva cidadã, na construção de políticas públicas sob a perspectiva da governança ambiental do Museu do Mangue vem para minimizar os impactos sobre o manguezal, definindo limites, agregando direitos e deveres a todos os atores envolvidos, proporcionando um melhor estilo de vida do coletivo.

Conclui-se que essa investigação sirva de instrumento para embasar as ações impetradas no Ministério Público para revitalização do Museu do Mangue, e a representatividade da comunidade local na Governança Ambiental, no processo de gestão.



## REFERÊNCIAS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE - nº 05.16.01.0186/2016. Portaria n. 147/2016.

ALMEIDA, F. C. (2008). **A história da devastação dos manguezais aracajuano**s. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

AMORIM, Livia dos Reis. **Ecomuseu Pedra Fundamental** – Espaço abcerrado. Revista Com Censo. V. 4. N. 2. Distrito Federal, 2017.

ANDRADE, A. R. de. **Planejamento Estratégico: formulação, implementação e controle**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARACAJU. **Lei** **Nº** **3309/2005**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/se/a/aracaju/lei-ordinaria/2005/331/3309/lei-ordinaria-n-3309-2005-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>>, acesso no dia 23 de Maio de 2019.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. – 2. ed. atual e ampliada. – São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBOSA, Anézia Maria Fonsêca; SOUZA, Diego Silva; FREITAS, Jefferson Arlen; AZEVEDO, Mariana Moraes. **Educação ambiental para a participação social**. Revista Sergipana de Educação Ambiental. V. 1. N.5. P. 28-36. Sergipe, 2018.

BARCHI, Rodrigo. **Educação ambiental e (eco)governamentalidade**. Revista Ciência e Educação. V.22, n.3. P.635-650. Bauru, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016.

BARROS, Aidil Jesus de Oliveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Books, 2011.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. P. 17-42.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 65 – 69.

BRASIL. **Decreto nº 77.439, de 14 de Abril de 1976**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77439-14-abril-1976-426000-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em Julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos**. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Ministério de Educação – MEC. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 12.727/2012**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm)>, acesso em 10 de Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_, **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nacional nº 9.795/1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>, acesso em 10 de Agosto de 2019.

CABRAL, Romilson Marques. **Organizações e Meio Ambiente**. In: ALBUQUERQUE, José Lima (organizador). *Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações*. – São Paulo: Atlas, 2009.

CÂMARA, João Batista Drummond. **Governança Ambiental no Brasil: Ecos do passado. Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Invenção e autoinvenção na construção psicossocial da identidade: a experiência constitutiva do educador ambiental. In: GUIMARÃES, Mauro (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas, SP: Papirus. 2006. P. 31 - 50.

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COLBARI, Antonia de Lourdes. **Estratégias institucionais e construções discursivas no campo do desenvolvimento local**. Política & Sociedade. Vol. 12. N. 25. P. 13-40. Florianópolis, 2013.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão de sistemática. In: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. (org.). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso, 2014. P. 55 – 70.

COSTA, Rogerio H. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

FERNANDES, Rogério Taygra Vasconcelos. **Recuperação de manguezais**. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.

FESTOZO, Marina Battistetti; QUEIXAS, Ricardo Campos; JUNIOR, Antonio Fernandes Nascimento; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Relações históricas entre a educação ambiental e a participação social**. Revista Tempos e espaços em educação. V. 11. N. 24. P. 253 – 265. Sergipe, 2018.

FIORILLO, Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques (Coord.). **Direito Ambiental Contemporâneo**. – São Paulo: Saraiva, 2015.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel. **A Banalização da Sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local**. Revista Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, p. 17-46. Brasília, 2009.

GONÇALVES, A. F. **O Conceito de Governança**. In: XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, Fortaleza. XIV Conpedi, 2005. Disponível em: [http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis\\_1258398685850\\_alcindo\\_goncalves\\_o\\_conceito\\_o\\_de\\_governanca.pdf](http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_o_de_governanca.pdf). Acesso em 22. out. 2017.

GELUDA, Leonardo. et al. **Desvendando a compensação ambiental: aspectos jurídicos, operacionais e financeiros**. Rio de Janeiro: Funbio, 2015.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Grupo Ânima Educação. Belo Horizonte, 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Abordagem Relacional como forma de ação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas, SP: Papirus. 2006. P. 9 - 16.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. P. 81-105.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

IMD - Instituto Marcelo Déda, **Ex-moradores de palafitas satisfeitos com a nova moradia na Coroadó Meio**. Disponível em: <<http://www.institutomarcelodeda.com.br/ex-moradores-de-palafitas-satisfeitos-com-a-nova-moradia-na-coroa-do-meio/>>, acesso 26 de maio de 2019.

JACOBI, Pedro Roberto. **Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil**. Sociedade e Estado. V. 18. N. 1/2. P. 315-338. Brasília, 2003.

KAUARK, Fabiana, MANHÃES, Fernanda Castro, MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KRONEMBERGER, Denise, COSTA, Valéria Grace. Desenvolvimento local sustentável e governança ambiental. In: FIGUEIREDO, Adma Hamam de (org.). **Brasil: uma visão**

**geográfica e ambiental no início do século XXI.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. P. 359 – 392.

LEITE, Mirsa Mara Barreto Xavier. **Entre o rio o mar: educação ambiental para o fortalecimento da comunidade pesqueira do Mosqueiro- Aracaju/Se.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe, 2007.

LEME, Taciana Neto. Conhecimentos práticos dos professores e sua formação continuada: um caminho para a educação ambiental na escola. In: GUIMARÃES, Mauro (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação.** Campinas, SP: Papirus. 2006. P. 87 - 112.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **O desafio da participação popular na construção e implementação da política estadual de habitação de interesse social do estado da Bahia.** Revista de Administração Pública. V. 48. N. 6. P.1431-1450. Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P.; Castro, R. S; LOUREIRO, C. F. B. (orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania,** São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e “teorias críticas”. In: GUIMARÃES, Mauro (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação.** Campinas, SP: Papirus. 2006. p. 51 - 86.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação:** elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Ambiente & Sociedade. Vol. 11. n. 2. p. 237-253. Campinas, 2008.

MACEDO, Lucimar Ferraz de Andrade; VILLELA, Lamounier Erthal; NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento do; COSTA, Eduardo Gusmão da. **A fragilidade da atuação dos Conselhos Comunitários na condução do Plano Diretor de Itaguaí-RJ – Uma situação de alerta ao desenvolvimento sustentável.** Revista de Ciências da Administração. V. 17. Edição Especial. P. 134-148. Florianópolis, 2015.

MACHADO, Aquilino; ANDRE, Isabel. **Espaço público e criatividade urbana: O caso do marais em Paris.** Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia. Lisboa. XLVII. n. 94. p. 119-136, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea.** – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

MAURO, Ricardo de Arruda; CINTRÃO, Janaina Florinda Ferri; MELHEN, José Eduardo; OLIVEIRA, Edmundo Alves de. **Dimensões do desenvolvimento territorial e políticas públicas:** perspectivas e desafios a partir da Constituição Federal de 1988. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS. V. 7, N. 3, p. 489-506, São Paulo, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A exposição museológica e o conhecimento histórico.** In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Museus: dos*

gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argymentvm; Brasília: CNPq, 2005.

NASCIMENTO, Daniel Trento; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. **Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA).** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 65-8. Paraná: ed. UFPR, 2010.

NEIMAN, Zysman. RABINOVICI, André (Orgs). **Turismo e meio ambiente no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2010.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SAITO, Carlos Hiroo (orgs.). **Paradigmas metodológicos em Educação Ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PICCOLI, Andrezza de Souza; KLIGERMAN, Débora Cynamon; COHEN, Simone Cynamon; ASSUMPÇÃO, Rafaela Facchetti. **A Educação Ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água.** Ciência & Saúde Coletiva. vol. 21. no. 3. P. 797-808. Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_. **Políticas em saúde, saneamento e educação: trajetória da participação social na saúde coletiva.** Saúde e Sociedade. Vol. 26. no. 2. P. 397-410. São Paulo, 2017.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica.** 2. ed. Reimpressão. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

SACHS, Ignacy. “Desenvolvimento includente e trabalho decente para todos”. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTANA, Jeferson Simões; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; VILLELA, Lamounier Erthal. **Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ.** Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, Set. 2011. P. 846–867.

SANTOS, G. C. **Dinâmica da paisagem costeira da Coroa do Meio e Atalaia – Aracaju - SE.** São Cristovão, 2012.

SANTOS, Marilda Colares J. dos. **Os manguezais e sua importância na sustentabilidade urbana.** – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2016.

\_\_\_\_\_. (2011). **Os impactos socioambientais gerados na ocupação urbana do bairro Jardins.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SANTOS, Sindiany Suelen Caduda dos. **Conservar o quê? Para quem? Áreas protegidas e protagonistas da conservação**. – 1ed. – Curitiba: Appris, 2015.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; JUNIOR, Luiz Antonio Ferraro. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa. Vol. 31. no. 2. P. 285-299. São Paulo, 2005.

SOUZA, Magda Cristina de; LIMA, Patrícia Verônica P. S.; KHAN, Ahmad Saeed; ROCHA, Leonardo Andrade. Confluência do Capital Social, Empoderamento e Governança Ambiental na Sadia Qualidade de Vida em Comunidades Rurais no Ceará. Revista de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba. V. 55. N 4. P. 711-732, 2017.

TAVARES, Everkley Magno Freire. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável**: dilemas teóricos e pragmáticos. Holos. Ano 21. P. 120-129. Natal, 2005.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós: Uma Síntese de Percepções**. Versão em português Denise Navas Pereira. – 2 ed. revista e ampliada – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

WOLKMER, Maria de Fátima S.; PIMMEL, Nicole Freiburger. **Política Nacional de Recursos Hídricos**: governança da água e cidadania ambiental. Sequência. n. 67. p. 165-198. Florianópolis, 2013.

ZAMBANINI, Marcos Eduardo; BRESCIANI, Luis Paulo; ROBLE, Gilmara Lima de Elua; ROSINI, Alessandro Marco. **Governança e desenvolvimento local**: análise do município de São José dos Campos. Revista Metropolitana de Sustentabilidade. Vol. 8, no. 2, p. 86-101. São Paulo, 2018.

**APÊNDICE A – TERMO DE ANUÊNCIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E  
MEIO AMBIENTE - PRODEMA**

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Governança e Comunidade local: a experiência do Museu do Mangue”, sob a coordenação e a responsabilidade da Pesquisadora. Eliene Oliveira da Silva mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe, o qual terá o apoio desta Instituição.

Aracaju, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Nome – cargo/função (carimbar)



## APÊNDICE B – ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E  
MEIO AMBIENTE - PRODEMA



### GOVERNANÇA E COMUNIDADE LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DO MANGUE

Eliene Oliveira da Silva – Mestranda

Profª Drª Ronise Nascimento de Almeida – Orientadora

#### ENTREVISTA

LOCAL DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_

Nº DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

#### I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Órgão que era lotado: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Período no Cargo/Função: \_\_\_\_\_

#### II – MUSEU DO MANGUE

1. Qual a sua participação/contribuição na criação e funcionalidade do Museu do Mangue?
2. Qual a importância socioambiental da criação do Museu do Mangue?
3. De que forma a governança pode contribuir para ações socioambientais no entorno do Museu?

4. Para que ocorra uma boa governança ambiental quais os compromissos devem ser assumidos pelos atores envolvidos nessa governança?
5. E para a efetivação desses compromissos o que necessário que ocorra para assim chegar em um desenvolvimento sustentável?
6. Em sua opinião há uma coerência no tipo de governança empregado no Museu do Mangue compatível com a necessidade socioambiental do local?
7. Na sua ótica, houve uma falta de comprometimento dos atores envolvidos na Governança do Museu do Mangue?
8. Como você ver a participação da comunidade local na governança do Museu do Mangue?
9. As Políticas Públicas empregadas no Museu do Mangue visava os interesses da Comunidade Local e a proteção ambiental do ecossistema de manguezal? De que forma?
10. Como pensar no desenvolvimento de políticas públicas ambientalmente efetivas e socialmente justas através de uma boa governança envolvendo órgãos públicos, privados, não governamentais e comunidade local?
11. As Políticas Públicas implementadas no entorno do Museu tem contribuído para um desenvolvimento sustentável? De que forma podem ser visualizadas?
12. De que forma a Educação ambiental tem contribuído para pertencimento da comunidade local com a o ecossistema de manguezal?
13. Em sua opinião o que seria necessário para o sucesso do Projeto Museu do Mangue?

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E  
MEIO AMBIENTE - PRODEMA**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “GOVERNANÇA E COMUNIDADE LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DO MANGUE NO BAIRRO COROA DO MEIO”. O presente projeto configura-se com base no tipo de governança ambiental desempenhada no Museu do Mangue no bairro Coroa do Meio na capital sergipana, as ações de gestão ambiental que o município de Aracaju tem adotado à luz da legislação ambiental vigente, direcionadas a conservação ambiental, principalmente, às áreas de manguezal. Com o estudo em tela, pode-se identificar, por exemplo, quais são as políticas públicas voltadas à proteção ambiental das referidas áreas e, como elas estabelecem limites ao desenvolvimento econômico. O objetivo geral versa analisar a governança ambiental e sua articulação com a comunidade local nas tomadas de decisões referentes ao Museu do Mangue no bairro Coroa do Meio. Para isso buscaremos: identificar os atores envolvidos na constituição histórica do Museu do Mangue; descrever os elementos que desencadearam a criação do Museu do Mangue; conhecer as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no Museu do Mangue; e, avaliar as Políticas Públicas de desenvolvimento socioambiental na construção e funcionalidade do Museu do Mangue. A abordagem metodológica consiste em: análise documental; entrevistas semiestruturadas; e, técnica da observação sistemática como o uso de registro fotográfico. Conforme o seu consentimento e a sua disposição em participar da pesquisa. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, incluindo os possíveis riscos e benefícios resultantes da sua participação – destaca-se que o presente estudo oferece aos participantes riscos previsíveis de ordem psicológica, intelectual e/ou emocional, tais como possibilidade de constrangimento, desconforto, fadiga e quebra de anonimato, no entanto, assegura-se que os mesmos serão evitados. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Ao final da pesquisa, os resultados serão exposto a você, onde seu nome ou o material que indique a sua participação não estará identificado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento informado será arquivada pelos

pesquisadores e outra será fornecida a você. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE (OU RESPONSÁVEL)

Eu, \_\_\_\_\_ fui informado(a) os objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e retirar o meu consentimento em participar do estudo sem que isto ocasione qualquer tipo de penalidade. Os pesquisadores certificaram-me de que não serei identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante Eliene Oliveira da Silva ou a professora orientadora Ronise Nascimento de Almeida, respectivamente nos e-mails [elienegmaju@gmail.com](mailto:elienegmaju@gmail.com) e [ronisedealmeida@hotmail.com](mailto:ronisedealmeida@hotmail.com), ou nos telefones (79) 999022266 e (79) 991021840. Para esclarecimento de dúvidas, reclamar ou fazer denúncia poderá entrar em contato com o órgão de proteção ao participante da pesquisa, Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Federal de Sergipe – CEP/UFS - Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº - Centro de pesquisa Biomédicas - Bairro: Sanatório - Aracaju/SE. CEP: 49.060-100. E-mail: [cephu@ufs.br](mailto:cephu@ufs.br) – Fone: (79) 3194-7208. Declaro que concordo em participar desse estudo, recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Assinatura do Participante ou Responsável / Data

RG ou CPF (se possível):

---

Assinatura do Pesquisador / Data



## ANEXO A - NOTÍCIA: O MANGUE E A COROA DO MEIO (1996)

GAZETA DE SERGIPE

OPINIÃO

Aracaju, terça-feira 30 de abril de 1996 - página 02

## INFORME GS

## Tribunal de Contas

O requerimento de 16 deputados indicando o secretário Antônio Manoel de Carvalho Dantas para conselheiro do Tribunal de Contas, deve ser lido esta tarde na Assembleia Legislativa. O então deputado Venâncio Fonseca (PPB), que pretendia disputar o cargo, confiou sua existência e apoio a Manoel, evitando o confronto.

O líder do PT, deputado Manoel Silva acha difícil a apresentação de um outro nome, apesar de a oposição possuir sete deputados - um a mais do que o obrigatório para a indicação de um candidato. A ideia inicial era que se houvesse a renúncia de Venâncio, a bancada de oposição indicaria um deputado - Renato Brandão ou Belvaldo Chagas - nem que fosse para marcar posição.

Sem a disputa no bloco do governo, Antônio Manoel será o novo conselheiro. E pode até ter alguns votinhos entre os parlamentares de oposição.

## Queixas

Venâncio não esconde as mágoas com os deputados Renato Brandão (PT) e Susana Azevedo (PSB). Os dois não assinaram o requerimento indicando o nome para o tribunal. Algo que isso inviabilizou a manutenção da candidatura.

## Vieira

O deputado Raimundo Vieira (PSDB) foi o último deputado a assinar o manifesto pedindo a retirada da candidatura de Venâncio. Só assinou depois que Reinaldo Moura já havia feito a entrega ao presidente.

## Justiça

Resolveu a questão do Tribunal de Contas, começa agora o processo de escolha do substituto de Luiz Rábulo Leite como desembargador. O juiz Venâncio e Cleonildo Fonseca torcem pelo atual procurador geral do Estado, Pascoal Nabuco.

## Processo

A vaga de desembargador pertence ao Ministério Público, que encaminha uma lista com seis nomes de procuradores para análise do Tribunal de Justiça. O TJ redatou a lista para três nomes e o governador escolheu um dos três e faz a nomeação.

## Derrota

OPT perdeu no último final de semana o comando do Sindicato dos Petroleiros - Sindipetro AL/SE. Para uma coligação do PST/UPSE/PC do B. A diferença atingiu 342 votos e acabou uma hegemonia do partido na área.

## Recurso

O deputado Marcelo Déda (PT) ainda apela para um quadro de segurança, para que os aposentados também pudessem votar. Eles somam 288 e mesmo que todos votassem a favor da chapa peista a vitória seria da chapa 2.

## Bancários

Todos os sindicatos controlados pelos petistas colaboraram financeiramente com a campanha do Sindipetro. Principalmente bancários e Sintese.

## Simão Dias

De posse do resultado da pesquisa feita em Simão Dias, o senador Valadares resolveu transferir a decisão sobre a escolha do candidato a prefeito, para os dois mais interessados: José Valadares e Laura Valadares. Os dois irmãos disputam a indicação do candidato do grupo e chegaram literalmente empatados, com 30%.

## Sem briga

Laurajá se propôs a apoiar José. Ele pediu um prazo até o dia 15 de maio para definir se aceita a candidatura ou apoia a rival.

## Vitória

O deputado Belvaldo Chagas saiu da disputa. Ele obteve 23,7% das intenções de votos. A pesquisa também mostra que se a eleição fosse hoje o candidato de Valadares venceria com 44% contra 26% de Luiz Alberto, candidato do ex-prefeito Manoel Capelo.

## Contas

O Tribunal de Contas do Estado não tinha julgado a prestação de contas do ano de 1995 do ex-prefeito João Vieira dos Santos (PFL) de Marum, com relação a compra de azulejos para o EJA do Gamação Prado. Os técnicos do TC descobriram que nenhuma pedra de azulejo foi colocada nos vestiários do estádio, apesar de Vieira apresentar as despesas no balanço.

## Inelegível

João Vieira corre o risco de ficar

inelegível se o TC julgar as suas contas antes de 1 de outubro. Prevendo essa condenação, o ex-prefeito de Marum prepara seu sobrinho, Jefferson Santos Santana, como substituto.

## Segurança

O presidente da Câmara de Racião do Cateio, José Javies dos Santos entrou com mandado de segurança na Justiça solicitando que o prefeito Wagner Mota Quintela repasse em dia o subsídio dos vereadores. Há dois meses que o prefeito não faz o repasse do duodécimo. Os demais servidores também estão com os salários em atraso.

## Avanço

A partir de sexta-feira, a Coram (Confederação Nacional do Ministério Público) entra na nova era tecnológica. Estará ligada à Internet. O corregedor-geral do Ministério Público de Sergipe, Inácio Leão diz que a Internet facilitará a comunicação entre as entidades.

## Congresso

Começa amanhã, em Porto Alegre, o Congresso Nacional de Jornalistas que discutirá a nova lei social, globalização e novas tecnologias. De Sergipe vão quatro delegados.

## Inundação

As chuvas que estão caindo desde sábado em todo o Estado, provocaram inundações em vários locais de Aracaju. Nem o centro comercial escapou do temporal.

## Imposto

Hoje é o último dia para a entrega da declaração do Imposto de Renda. A Receita Federal alerta aos contribuintes que não haverá prorrogação de prazo.

## Bancos

Para que ninguém fique sem apresentar a declaração, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil funcionam hoje à noite.

## Emenda

O deputado Reinaldo Moura deu entrada em projeto de emenda constitucional que permite o vice-governador do Estado a participar de conselhos de empresas e órgãos públicos. Apenas adaptação do texto do Estado a constituição federal.

## Comissão

Hoje será escolhido o substituto de Daniel Fortes (PFL) na Comissão Processante da Câmara Municipal, que apura denúncias contra o prefeito José Almeida (PDT). A escolha é através de sorteio.

## Solidário

Jackson Barreto está cobrando de todos os partidos que disputaram juntos a eleição do ano passado ao prefeito José Almeida. Contra os trabalhos da comissão processante. Ontem foi a vez do deputado Bosco França (PMN).

## Petistas

Jackson ainda tenta uma posição formal do PT. Mas os dois vereadores e o diretor municipal não querem tocar no assunto. Os vereadores apoiam a formação da comissão.

## Processo

O Grupo Dialogos anuncia um processo contra Daniel Fortes. O vereador diz que foi agredido por um grupo de homossexuais durante discussão sobre casamento entre gays.

## Rádio

Amanhã serão comemorados os 29 anos da Rádio Esperança de Estância, a primeira do interior do Estado. Haverá missa e show musical.

## GAZETA DE SERGIPE

JORNAL DE ORLANDO DANTAS

## O mangue e a Coroa do Meio

Há aproximadamente um mês os órgãos ligados ao meio ambiente, mais a Prefeitura municipal de Aracaju e instituições do governo do estado reuniram-se para definir uma atuação em relação aos manguezais de Aracaju que estão sendo invadidos. Um dos principais problemas é a invasão da Coroa do Meio, onde o manguezal da Maré do Apicum está sendo completamente destruído paulatinamente. Até agora a ação foi tímida ou nenhuma. A própria prefeitura municipal de Aracaju parece que não está dando muita bola ao problema.

A invasão da Coroa do Meio vem aumentando a cada dia e dentro em breve será transformada num problema sem solução. A tática é simples: alguns pobres e outros invasores profissionais invadem o mangue, aterram, e depois vendem o terreno para aproveitadores. Grande parte desta área da Coroa do Meio já foi transformada em um novo bairro. Existem hoje escolas, estabelecimentos comerciais, e muitas casas boas, de padrão classe média alta.

EDIDELSON M

Existe também muita desorganização urbana. Ruas sem saída, becos, e até canis em meio ao que seria uma rua. E por aí vai.

O problema social é grande. Muita gente que hoje ocupa a invasão não pode ser escamoteado. A destruição é tão grande, que dá para se ver ruas senão abertas em pleno leito da maré do Apicum, que daí a alguns dias chegará à frente do Palácio de Veraneio.

A solução para a Coroa do Meio tem que ser drástica, ou não se salvará nada. Cabe a prefeitura, por exemplo, abrir uma rua de contenção urbana. Legalizada todos os terrenos na margem oposta ao mangue, e fiscalizava para que ne-

nhuma parte da área adjacente ao mangue fosse invadida. Para isso, tem que haver uma fiscalização policial diuturna. E isso é papel do governo do estado. Delimita-se a área, urbaniza-se a parte que já é irreversível, e através da rua de contenção não permite que ninguém mais se instale. A rua poderia ser até uma avenida completando um anel em torno da Maré do Apicum, com a Avenida Beira Mar. O surpreendente é que o Ministério Público, que tem tido uma atuação marcante em diversas áreas, inclusive na fiscalização das administrações municipais, tem se mantido calado sobre o problema. E o ministério público tem força para exigir uma solução imediata. O Ibama até que tem feito gestões, tem levando a problemática, mas o resultado prático não tem sido visto. Ao contrário, o que se ouve é a mobilização urgente ou o man-guezal do Apicum está acabado.



## Luiz Leite M. de Oliveira

## Botando a boca no mundo

A greve iniciada pelos SPVs (Serviços Públicos Federais) no dia 1 de abril ocorreu por culpa do próprio governo. Um indicativo de greve dado com bastante antecedência deveria abrir as portas para uma negociação, com o propósito de, no mínimo, impedir uma medida extrema de protesto do trabalhador. O governo continua mudando as reivindicações propostas desde outubro do ano passado, no MEC (Ministério da Educação) e no MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado). Através da imprensa o MARE reconhece haver "injustiça" entre as carreiras dos SPVs, mas só promete corrigi-las "de forma gradual e racional", após a reforma administrativa. Os servidores demonstram, com independência, das carreiras, a desafeição salarial chegou em janeiro a 46,19%. O MARE, a quem está delegada toda a administração do pessoal, inclusive dos professores - o MEC desmentiu e aceita avaliar o professor "por bônus", tem ignorado a reivindicação dos 46% e, como se viu, apontado como prioritária a reforma administrativa e a aprovação do orçamento da União para 1996.

Além do desprezo ao serviço público, pela constante recusa em receber suas liberação e estabelecer algum diálogo, o governo tem feito constantes promessas, especialmente aquelas relacionadas a salários de "servidores-margens" com o nítido objetivo de gerar uma falsa imagem de servidor muito bem pago e sem compromissos para com a população. Paulo Renato de Mello, o atual diretor-geral do MARE, tem afirmado que o reajuste de 1995 trouxe ganhos reais (7%), enquanto os servidores ainda buscam na justiça o reconhecimento dos prejuízos reais dados pelos planos Collor e Bresser (se preparem). As atitudes do governo são

claro exemplo do privilégio ao capital e do desprezo ao trabalhador. No período da TRV os preços triplicaram e é em cima desses preços, o começo do Real, que o governo tem calculado a variação do custo da conta básica. Como resultado disso o governo já dividiu o salário do aluno e o salário do professor. Os professores ficariam ficar sem aumento ou ter um aumento "real" de um dígito, enquanto a inflação acumulada se aproximava de 24%.

As recentes liberações dos preços dos combustíveis e do leite, as "facilidades" para os contratos temporários de trabalho, a manutenção dos juros altos, privilegiando o grande capital e a formação generalizada de crises. O trabalhador passa a trabalhar apenas para conter o consumo a disponibilidade de distribuição de renda crescerá cada vez mais. Não é por acaso que o presidente ficou "encantado" quando foi buscar o "know how" dos modelos de motivação pela fome, na China, e de contas sociais, na Índia. Se alguma coisa pensasse em preservar uma imagem de imparcialidade para o presidente FHC, pode desistir disso. O governo não quer a reforma administrativa, mas quer a reforma da educação, da saúde, da previdência, da segurança, da justiça, da cultura, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do lazer, do esporte, da recreação, da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, da energia, da defesa, da agricultura, da pecuária, da pesca, da silvicultura, da mineração, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, do



## ANEXO B – INVASÕES NA COROA DO MEIO PREOCUPAM AUTORIDADES (1996)

Aracaju, quarta-feira, 06 de novembro de 1996

DIÁRIO  
DE ARACAJU  
Cidade



### Invasões na Coroa do Meio preocupam autoridades

A Emurb tem um mês para apresentar seu projeto adequando a invasão urbana à preservação do manguezal

A Emurb tem um prazo até o dia 02 de dezembro para apresentar a todos os órgãos ligados ao meio ambiente do Estado, um projeto de viabilização para o bairro Coroa do Meio, já que a preocupação geral desses órgãos é referente às invasões em áreas de mangue. Esse prazo foi firmado num acordo, na última reunião realizada no Departamento de Patrimônio da União, semana passada, contando com a participação do Ministério Público, Curadoria do Meio Ambiente, Emurb, Itama, Adema, Sema e DPU.

Na mesma reunião, foi feito um pacto suspendendo a ação pública do Ministério Público contra a Emurb, sobre a questão das invasões da Coroa do Meio. Pelo pacto, se a Emurb cumprir o prazo firmado para a apresentação do projeto de viabilização sobre aquele complexo habitacional e se o referido projeto for aprovado, a ação civil tornar-se-á sem efeito. A informação foi prestada pela delegada da DPU, Anele Hermínio.

O projeto deve ser apresentado no dia 2 de dezembro, às 9 horas. O projeto deve mostrar as áreas de invasão em áreas recuperáveis e não recuperáveis. Deve apresentar uma tabela das pessoas que receberam as áreas gratuitamente, ou através de transação honrosa. O acordo firmado é amplo. Composto por oito itens, onde cada órgão se compromete em enviar esforços para que o projeto se torne viável.

#### As invasões

Anele Hermínio informou que foi feita uma vistoria recente na Coroa do Meio, mas oficialmente nas áreas onde a invasão já devastou grande parte do manguezal.

#### Prefeitura prorroga prazo para pagamento de taxas e impostos

O prazo de pagamento dos impostos relativos a 96 e anos anteriores, foi prorrogado por decisão do prefeito José Almeida Lima. Quem deve IPTU, ISS ou taxa do Lixo, poderá saldar seus débitos junto à Prefeitura de Aracaju, sem acréscimo de juros e multa, até o dia 31 deste mês. Ao justificar a medida, o prefeito afirmou que por ocasião do término do prazo concedido anteriormente pela administração municipal para o pagamento dos impostos, muitas pessoas, inclusive servidores federais e esta-

Sobre a possibilidade daquelas famílias permanecerem no local, vai depender de uma avaliação do Itama. O instituto já possui uma avaliação prévia, feita sobre o que seria recuperável ou não, com relação ao manguezal, na área.

Anele garantiu que, principalmente nas áreas de invasões mais recentes, haverá demolição, porque os locais onde se pode recuperar totalmente o manguezal. Até onde a reconstrução do mangue for viável, as casas serão demolidas. Onde não for recuperável e existir canal, aí vai se estabelecer uma delimitação da área. O projeto deverá apresentar possíveis remanejamentos.

Quando a Emurb apresentar o projeto, todos os órgãos envolvidos com o meio ambiente vão discutir e analisar o de acordo com as suas respectivas áreas, num prazo de cinco dias úteis. Independentemente de prazo, todos os órgãos já estão se integrando à Emurb para que o projeto já possa sair dentro de um conceito geral. Caso todos os órgãos cumpram as cláusulas do acordo firmado na última reunião, na DPU, a partir do próximo dia 02 de dezembro, o Ministério Público poderá receber um pedido de extinção do processo contra a Emurb. Esse pedido deverá ser assinado por todos os órgãos.

Conforme está previsto no acordo, logo depois da entrega do projeto, será realizada a reunião para aprovação. A partir daí, se passar para a outra parte do acordo que é a extinção da ação civil pública para que o projeto possa ser implantado definitivamente. Só então o projeto será encaminhado para a Emurb e DPU para que as devidas ligações de água e luz sejam feitas oficialmente.

danos, não haviam recebido seus salários de outubro.

Falando sobre a importância dos impostos para o desenvolvimento de Aracaju, o prefeito José Almeida Lima tem enfatizado que sua administração incrementou a receita municipal com a cobrança do IPTU e ISS daqueles que estavam acostumados a não pagar. Com o dinheiro, a prefeitura conseguiu executar obras de grande importância para a cidade, enfatizou.

#### Vigilância denuncia que bares da praia congelam caranguejo

Bares, restaurantes, lanchonetes, trailers, sorveterias e hotéis localizados nas praias de Atalaia, José Sarney e Atama, são as grandes dores de cabeça da Vigilância Sanitária de Aracaju, particularmente com a aproximação das férias de verão e o aumento do fluxo turístico neste final de ano. Isso porque a maioria de seus proprietários pratica a desobediência civil, não respeitando a legislação que regulamenta este tipo de prestação de serviço.

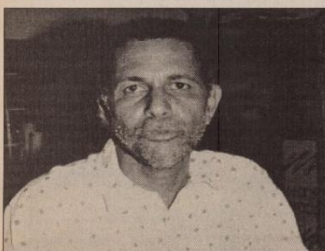
De acordo com Memer Ferreira, diretor da Vigilância Sanitária, mesmo verificando uma queda no índice de registros de infrações nos serviços dos hotéis, os focos em algumas inspeções ainda escotam irregularidades, como mal acondicionamento de alimentos nas dispensas, presença de agulhas cegas sem a inspeção Federal ou Estadual e validade de desinfestação vencida.

Diz-se que o maior problema encontrado pelos fiscais são com os bares e restaurantes, principalmente os que comercializam o caranguejo. O diretor revela que os donos de bares estão praticando o procedimento um tanto quanto esquisito. "Eles compram o caranguejo, fazem a sua limpeza, e congelam o crustáceo, mantendo-o no

freezer durante vários dias antes da sua comercialização", comenta Memer, acrescentando que "isso é um perigo para a saúde do consumidor".

O diretor orienta que é muito mais seguro para o consumidor dar a preferência aos bares e restaurantes que podem para o cliente escolher o caranguejo vivo para cozinhar. O consumidor pode ter facilmente enganado se não observar esta recomendação, porque o crustáceo não apresenta mais cheiro ou gosto estragado. Caranguejo congelado pode provocar dor de barriga.

O diretor da Vigilância também denuncia que os restaurantes que comercializam comida a quente reincidem nas infrações, principalmente quanto à limpeza dos utensílios domésticos, como pratos, talheres, copos e bandejas e o reaproveitamento de restos de comida de um dia para o outro. Até farinha congelada foi encontrada pelos fiscais. Outra infração que os restaurantes a quilo têm apresentado é quanto ao mal acondicionamento do lixo. Alguns proprietários não utilizam saco plástico e deixam os tonéis expostos às moscas, baratas e ratos, vetores de diversas doenças como tuberculose e hepatite.



Memer: perigo à saúde



Existem áreas da invasão onde a preservação já está comprometida

### Promotora discute hoje solução do avanço do mar

Está confirmada para hoje, às 15h, no Ministério Público, a reunião convocada pela promotora Ana Paula Machado Costa de Menezes, da Promotoria do Consumidor e Serviço de Relevância, para discutir a realização de obras de infraestrutura no bairro Coroa do Meio, para barrar o avanço do mar. Foram notificados representantes da Defesa Civil, da Serprotop, do Conselho Regional de Medicina, da CREIA e da associação de moradores.

Nesta reunião, a promotora quer discutir a possibilidade do Estado firmar um compromisso para realizar as obras de contenção a curto prazo, a fim de evitar mais prejuízos aos moradores, já que as ondas avançam cada vez mais rápido.

O Ministério Público irá intermediar as negociações com o Estado, após inúmeras tentativas dos moradores em vão.

Segundo o médico Antônio Roberto, os moradores vivem em clima de insegurança constante e são inúmeros os prejuízos causados em função do desleixo do poder público. "Se não houver uma solução imediata, as consequências podem ser graves, principalmente em março, quando os ventos são fortes e as ondas chegam a 2m/10cm", diz.



A Promotora quer a execução das obras em curto prazo

### Famílias vivem de forma subumana embaixo de viaduto

Residir à beira de um canal poluído, dividido espaço com ratos e baratas, foi a única alternativa encontrada por três famílias que estão alojadas no viaduto da avenida Tancredo Neves, próximo ao Detma. São pelo menos 20 pessoas, incluindo duas crianças com menos de 1 ano de idade, lançadas a uma situação desumana.

A retinente Rosineide Santos Silva, mãe de uma criança de cinco meses, afirma que os esgotos incontrolados demais, mas não encontrou um local melhor para se instalar. Ela é natural de Arapiraca e já mora debaixo do viaduto há três meses. "Aqui, as vezes recebemos algumas doações de alimentos, que tem nos ajudado a sobreviver", conta.

No lugar, a menos de dois metros do canal, existem vários colchões jogados pelo chão, onde as pessoas dormem sem nenhuma proteção de sol ou chuva. O filho de Rosineide está com o corpo

coberto de carões. "Parece que é catapora", afirma. Mas, há uma situação pior de uma outra criança desnutrida, que está com diarreia. As moscas cobrem quase todo o corpo. A mãe alega que levou a um posto de saúde (não soube identificar qual), mas não houve atendimento. Sem assistência e sem as mínimas condições de higiene, a criança poderá morrer à milagres.

A trabalhadora rural Francisca Gabriel da Silva, mãe de cinco filhos, diz que está em Aracaju há um mês, tendo saído de Arapiraca por causa da seca. "Quando passa a fase de plágio do fumo, ficamos sem nenhuma opção", queixa-se, lembrando que a aventura de sair da terra natal não está sendo menos dolorosa. "A murfoca e o mau cheiro incomodam muito, sem falar nos ratos que passam bem próximo aos nossos pés".



As crianças convivem com o frio e os ratos

### Eletricitários discutem hoje estratégias contra privatização

Hoje os eletricitários, sob o comando do Sinegria (Sindicato dos Eletricitários do Estado de Sergipe), se reúnem em assembleia no Instituto Histórico e Geográfico, às 9h30, para discutirem os próximos passos da campanha contra a privatização da Engepar e as negociações do acordo coletivo. A direção da Engepar não está permitindo aos eletricitários o acesso salarial da data base de primeiro de novembro.

De acordo com o presidente do Sinegria, Uilson Reis, na última sexta-feira o presidente da Engepar, Paulo Brandão, informou que a direção da empresa não tem nenhuma indicação quanto ao reajuste salarial dos funcionários, a mesma alega que não tem condições de cobrir este aumento na folha de pagamento se não houver reajuste nas tarifas públicas. Os eletricitários estão pedindo um aumento de 18%, o salário foi feito pelo Dinepar (Departamento Interfederal de Estatística e Estudo Sócio Econômico), com base no índice de Custo de Vida (ICV).



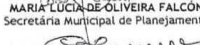
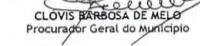
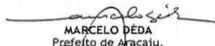
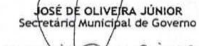
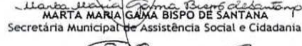
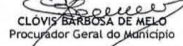

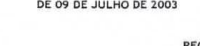

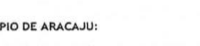
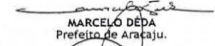
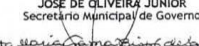
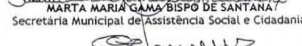
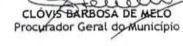


O sindicato não descarta a possibilidade de uma paralisação se não houver um consenso quanto ao reajuste na próxima reunião com a direção da Engepar, dia 11 de novembro.

Reis informou que uma comissão de eletricitários fez uma audiência com o governador no dia 18 de novembro para tratar do processo de privatização. Nesta reunião, os eletricitários não tiveram assistência e o governador para o problema social que a privatização poderá causar a centenas de famílias com as possíveis demissões. O sindicato teme que a compra de outras empresas estatais que foram privatizadas, mais de 30% dos funcionários sejam demitidos.

A Engepar tem hoje em sua folha de pagamento com 1.100 funcionários.

Outro ponto que a comissão se aborrece junto ao governador é a situação da zona rural e periférica do Estado, segundo Reis, com a privatização essa população ficará abandonada visto que não há interesse de capital privado em investir nestas regiões por não haver retorno financeiro e os serviços serão muito caros.

## ANEXO C – DIÁRIO OFICIAL SOBRE A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COROA DO MEIO (2003)

<b>2 Aracaju (SE), 25 de julho de 2003    ATOS DO PODER EXECUTIVO    Diário Oficial do Município de Aracaju</b>	
<p style="text-align: center;">ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU Secretaria Municipal de Governo</p> <p style="text-align: center;">LEI Nº 3.101 DE 09 DE JULHO DE 2003</p> <p style="text-align: center;">DENOMINA RUA E DA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.</p> <p><b>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:</b></p> <p>Faço saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º Fica denominada Rua José Gilberto Santos da Silva, a atual Rua "I", localizada no Loteamento Recanto da Paz.</p> <p>Art. 2º A Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, tomará as providências necessárias para aposição da placa na mencionada artéria.</p> <p>Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio "Ignácio Barbosa", em Aracaju, 09 de julho de 2003.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">   <b>MARCELO DEDA</b>              Prefeito de Aracaju           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR</b>              Secretário Municipal de Governo           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>MARIA LUCIA DE OLIVEIRA FALCÃO</b>              Secretária Municipal de Planejamento           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>CLOVIS BARBOSA DE MELO</b>              Procurador Geral do Município           </div>	<div style="text-align: right; margin-bottom: 20px;">   <b>MARCELO DEDA</b>              Prefeito de Aracaju.           </div> <div style="text-align: right; margin-bottom: 10px;">   <b>JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR</b>              Secretário Municipal de Governo           </div> <div style="text-align: right; margin-bottom: 10px;">   <b>MARTA MARIA GAMA BISPO DE SANTANA</b>              Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania           </div> <div style="text-align: right;">   <b>CLOVIS BARBOSA DE MELO</b>              Procurador Geral do Município           </div>
<p style="text-align: center;">ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU Secretaria Municipal de Governo</p> <p style="text-align: center;">LEI Nº 3.102 DE 09 DE JULHO DE 2003</p> <p style="text-align: center;">RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A COOPSADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p><b>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:</b></p> <p>Faço saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art.1º Fica reconhecida de utilidade pública a COOPSADE - Cooperativa dos Profissionais de Saúde do Estado de Sergipe, com sede e foro nesta Capital.</p> <p>Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Palácio "Ignácio Barbosa", em Aracaju, 09 de julho de 2003.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">   <b>MARCELO DEDA</b>              Prefeito de Aracaju           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR</b>              Secretário Municipal de Governo           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>MARTA MARIA GAMA BISPO DE SANTANA</b>              Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>CLOVIS BARBOSA DE MELO</b>              Procurador Geral do Município           </div>	<p style="text-align: center;">ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU Secretaria Municipal de Governo</p> <p style="text-align: center;">LEI Nº 3.103 DE 09 DE JULHO DE 2003</p> <p style="text-align: center;">RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA COROA DO MEIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p><b>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:</b></p> <p>Faço saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Amigos da Coroa do Meio, com sede e foro jurídico nesta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.</p> <p>Palácio "Ignácio Barbosa", em Aracaju, 09 de julho de 2003.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">   <b>MARCELO DEDA</b>              Prefeito de Aracaju.           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR</b>              Secretário Municipal de Governo           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>MARTA MARIA GAMA BISPO DE SANTANA</b>              Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania           </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">   <b>CLOVIS BARBOSA DE MELO</b>              Procurador Geral do Município           </div>
<div style="text-align: center; margin-bottom: 20px;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU</b> <b>DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO</b></p> <p style="text-align: center;">Palácio Ignácio Barbosa - Praça Olimpio Campos 180 Aracaju -Sergipe</p> <p style="text-align: center;"><b>LEONEL MARQUES AQUINO FILHO</b> Diretor do Diário Oficial do Município</p> <p style="text-align: center;">Impressão Digital - Prefeitura Municipal de Aracaju</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU Secretaria Municipal de Governo</p> <p style="text-align: center;">LEI Nº 3.104 DE 09 DE JULHO DE 2003</p> <p style="text-align: center;">Reconhece de utilidade pública a Associação de Cultura, Arte e Educação Criar com Liberdade CRILIBER e da providências correlatas.</p> <p><b>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:</b></p> <p>Faço saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art.1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Cultura, Arte e Educação Criar com Liberdade - CRILIBER, com sede e foro jurídico nesta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.</p> <p>Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.</p> <p>Palácio "Ignácio Barbosa", em Aracaju, 09 de julho de 2003.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">   <b>MARCELO DEDA</b>              Prefeito de Aracaju.           </div>



## ANEXO D – MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (2001)



### MEMORIAL DESCRITIVO MUSEU DO MANGUE

#### I – INTRODUÇÃO:

Ultimamente tem acontecido uma mudança de perspectiva no âmbito global da proteção aos recursos naturais, originada por alguns fatores como a utilização irresponsável dos recursos naturais sem sua devida valoração e a apropriação dos espaços antes ocupados por estes recursos com a destruição do ambiente natural pelas exigências do desenvolvimento econômico.

Hoje o enfoque principal das questões relacionadas ao meio ambiente é a conservação da biodiversidade em face da sua contribuição econômica direta, por sua participação nos ciclos ambientais da Terra, por seus valores estéticos e paisagísticos e por justificativas éticas inerentes às próprias espécies.

A postura correta a ser adotada é procurar satisfazer as necessidades humanas, com a garantia da sustentabilidade a longo prazo da riqueza biótica da Terra, redundando em benefício geral para a humanidade.

Os ecossistemas marinhos cada vez mais vem se tornando objeto de preocupações conservacionistas, não só pela sua biodiversidade, mas por exercerem papel essencial nos ciclos climáticos em escala global. Entretanto, estes ecossistemas estão sendo crescentemente ameaçados pela poluição, exploração predatória, degradação de seus recursos, dano e destruição de habitats em consequência do desenvolvimento humano.

Delimitado pelo Rio Real e Rio São Francisco, o território sergipano é um grande estuário depositário de matéria orgânica constituindo-se num imenso e raro santuário ecológico repleto de manguezais.

Os manguesais, entre as áreas costeiras, encerram ecossistemas únicos e riquíssimos sendo prioritária a sua conservação haja visto o risco que correm. A ação antrópica através de aterros, poluição e da pesca predatória ocasionou enorme processo de perda de espécies, por não conseguirem se adaptar à outros ecossistemas e por estas áreas naturais servirem de berçário para sua reprodução.

Frente ao exposto, consideramos prioritária a conservação deste ecossistema e a criação de uma unidade de conservação, estruturada dentro de conceitos de integração de valores naturais e sociais, de áreas interditas à ação antrópica e áreas limítrofes de utilização sustentada. A instituição de uma APA (Área de Proteção ambiental) através da lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, funcionando o IBAMA como órgão coordenador da implantação do Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, permitirá a exploração e o aproveitamento

---

#### Arquitetura - Urbanismo & Restauração

Av. Gentil Tavares, 264 - Bairro Cirurgia - Tel. (079) 222-3695 - Aracaju - Sergipe



econômico direto, de forma planejada e regulamentada , dentro de uma proposta de ações de gerenciamento e manejo.

“ A atividade do ecoturismo, desenvolvida de forma conservacionista, torna-se uma alternativa para conciliação da exploração ecoturística com o meio ambiente de forma harmônica.” (Paes-1993) O ecoturismo em oposição ao turismo de massa, que explora os recursos naturais de maneira predatória sem respeitar a capacidade de suporte de carga da área. Para tanto o acesso e o numero de visitantes deverá ser controlado, respeitando-se seus limites, a fim de assegurar sua conservação e utilização sustentável.

Os recursos financeiros serão provenientes do Programa Habitar Brasil/BID, através do SEDU- Presidência da República para urbanização de favelas. A Prefeitura Municipal de Aracaju - SEPLAN vem com o projeto de Reurbanização da Invasão da Coroa do Meio - Moradia Cidadã que prevê a construção de uma via para contenção da ocupação, execução de sistema de saneamento básico e infra-estrutura urbana, construção de habitações populares para a transferência dos moradores que hoje ocupam as áreas de preservação e onde o Museu do Mangue trará o desenvolvimento sustentável para o local, gerando emprego e renda além da melhoria de qualidade de vida para população.

## **II – OBJETIVO:**

O **MUSEU DO MANGUE** tem como objetivos principais promover o manejo dos recursos naturais com ênfase na recuperação e conservação dos manguesais sergipanos e produção de espécies de restinga, garantir a proteção dos recursos hídricos, fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica ,da educação ambiental e das atividades de recreação em contato com a natureza, de lazer, assim como promover a área para ecoturismo. (fins científicos, culturais, educativos e recreativos)

### **Objetivos Específicos :**

- Criação de parque temático para visitantes, com programação de audio-visuais, exposições , publicações e “folders” para educação e interpretação ambiental;
- Recuperação da área propriamente dita, o manguezal como referência da paisagem natural de Aracaju;
- Conscientização da população que depende economicamente do extrativismo dos mangues, através da criação de metas de manejo fazendo uso adequado dos recursos naturais, minimizando o impacto e eliminando a ameaça de extinção do caranguejo;
- Aplicação de ecotécnicas construtivas, como exemplo de ocupação auto sustentável dos mangues com a minimização dos impactos;

---

### **Arquitetura - Urbanismo & Restauração**

*Av. Gentil Tavares, 264 - Bairro Cirurgia - Tel. (079) 222-3695 - Aracaju - Sergipe*



- Criação de um Posto Avançado de Pesquisas científicas (U.F.S., Unit, Ibama, Adema), com incentivo ao estudo e a pesquisa de tecnologias para uso racional e proteção dos recursos naturais;
- Criação de atrativos absolutamente diferenciados e típicos de Sergipe, oferecendo visitação “in loco” através de trilhas sobre passarelas, degustação de comidas típicas, passeios contemplativos, competições, etc...;
- Contenção da invasão da Coroa do Meio;
- Despoluição hídrica do rio Poxim;
- Aproveitamento da mão de obra local com o aperfeiçoamento das atividades hoje desenvolvidas de forma predatória (pesca, cata do caranguejo, moluscos, etc...);
- Deter a degradação ambiental e restaurar a área.

### III – DIAGNÓSTICO:

Paisagem natural característica com atividades intrinsicamente ligadas a história cultural do povo sergipano, os mangues não tiveram até então, o tratamento adequado a sua real importância enquanto berço da fauna marinha e fonte de vida humana.

Considerando que Aracaju é praticamente toda construída sobre manguezais, e que a grande maioria foi destruída em função do crescimento da cidade, encontramos hoje na malha urbana, como trechos remanescentes mais expressivos, os mangues do Rio Poxim e Maré do Apicum, este hoje, em adiantado processo de degradação em função da ocupação desordenada da Coroa do Meio, provocada por invasões de habitações populares e posterior aterro.

### IV - PROPOSTA:

O projeto será destinado a várias formas de lazer ao ar livre e será voltado à educação ambiental por formas de lazer informativas e formativas buscando a formação de uma consciência ambiental da população urbana de Aracaju. A visão ecológica que fundamenta a própria concepção e idealização do museu, constitui uma maneira de abordar os problemas ambientais de maneira holística.

A área deverá ser gerenciada com manutenção de recursos e utilizada com considerações de equilíbrio, planejada para o uso e acesso restrito de visitantes, de forma a sensibilizar e informar ao visitante sobre os problemas culturais, sociais e ambientais hoje; Despertar a formação crítica do cidadão e fazê-lo compreender os meios naturais, de forma sistêmica e integradora; Faze-lo enxergar-se componente do ambiente bem como de suas inter-relações, se integrando a um ecossistema com o qual tem responsabilidade de proteção e conservação do uso dos recursos naturais. Este contato poderá ser feito de forma direta através de caminhos (trilhas interpretativas autoguiadas) e

---

### Arquitetura - Urbanismo & Restauração

Av. Gentil Tavares, 264 - Bairro Cirurgia - Tel. (079) 222-3695 - Aracaju - Sergipe



através de programas audiovisuais. Os valores naturais e culturais transformam-se em temas agregando valores educativos às visitas.

Serão desenvolvidas pesquisas sobre a conservação e recuperação de manguezais, reprodução de espécies em cativeiro para a manutenção do equilíbrio ecológico e enquanto fonte alimentar.

Ali serão desenvolvidas ainda atividades educativas (educação ambiental, treinamento de pessoal), manufatureiras (artesanatos, silk screen), científicas (pesquisas interativas), culturais, turísticas (visitação guiadas, publicações, exposições, etc...), gastronômicas (culinária regional), comerciais e recreativas

A participação da comunidade local torna-se relevante, tanto no sentido de satisfazer os seus anseios, como de um resgate de sua história cultural, o que a beneficiará com a geração de empregos diretos e indiretos e garantirá a continuidade do projeto.

#### **V - PLANO GERAL:**

Estão previstas duas fases de implantação para concretização da proposta para o Museu do Mangue conforme disposto a seguir:

1ª Fase – Construção da guarita para controle e acesso à área, bem como as vias de acesso e pequeno estacionamento. Nessa fase enfatiza-se a criação de viveiros de plantas tanto para o repovoamento da flora nativa quanto para o cultivo de espécies de restinga, vegetação original da região a serem empregadas na arborização e composição paisagística futuras do museu. Será implantado ainda nessa fase, as bases de estudos e pesquisas com a construção da sala de exposições, laboratórios, casa de mudas, horto e viveiros e a otimização dos processos de recuperação ambiental.

2ª Fase - Implantação da administração do museu, com a construção das instalações de uso público, assim como o Centro de referência de Educação ambiental, oficinas, cozinha experimental, decks e atracadouros além da abertura de trilhas. Nessa fase o museu será aberto para visitação pública

#### **VI - PARTIDO:**

Tipologia arquitetônica de características regionalistas utilizando madeiras produto de reflorestamento e materiais naturais, integrados mimeticamente à paisagem natural. Exemplo de ocupação arquitetônica integrada à natureza de forma antipredatória, qualificará a área para o ecoturismo.

O Desenho ambiental proposto pressupõe o equilíbrio entre os processos naturais, respeitando os fluxos de energia e de vida e baseado no conceito de desenvolvimento sustentado e na minimização dos impactos sobre os recursos naturais e culturais. A urbanização tem uma visão integradora e harmônica entre o ecossistema humano e o natural e seu traçado procura as formas e os elementos naturais da paisagem.





## VII - TERRENO:

A área situa-se em região estuarina e é caracterizada por áreas planas e manguesais. Apresenta sistema hídrico bem definido, formado pelos rios Sergipe e Poxim, este último seu afluente, e sofre influência direta do Oceano Atlântico.

Localizado no Bairro Coroa do Meio, a área escolhida para implantação da 1ª fase do Museu, delimita-se ao leste com a avenida projetada, ao sul e à oeste com as áreas do manguesal e a Maré do Apicum, ao norte com o Parque projetado.

## VIII - DEMOLIÇÕES:

Serão demolidas todas as construções que estiverem na margem oeste da via projetada e toda terra e entulhos decorrente das demolições será empregada para aterro das áreas na margem leste da pista, onde será implantado o projeto Moradia Cidadã.

## IX - SISTEMA VIÁRIO:

O sistema viário existente, encontra-se quase totalmente sem pavimentação. O acesso se dá através de uma via de tráfego principal (Av. Oceânica) e o prosseguimento da Avenida Urbano Neto, possibilitando fácil acesso à área. Com a construção da via projetada o acesso à Avenida Rotary se dará margeando a Maré do Apicum

## X - PROGRAMA / ÁREAS:

- Guarita/ Sanitário - 5,20m<sup>2</sup>
- Souvenirs - 5,20m<sup>2</sup>
- Hall/Recepção/Espera
  - Bilheteria – controle de acesso
  - Birô de informações turísticas
- Exposições - 49,65m<sup>2</sup>
  - Exposição das diversas espécies animais que vivem no mangue (expositores) com informações e curiosidades. Ex: Espécies de crustáceos, aves e peixes.
  - Mapeamento dos manguezais de Sergipe;
- Show-room – artesanias - 49,65m<sup>2</sup>
  - Exposição dos diversos trabalhos realizados pelos artesãos.
  - Publicações, apostilas, folders, mapas;
- Oficinas/Treinamento
  - Artesanato - 30,00 m<sup>2</sup>
  - Silk- screen - 30,00 m<sup>2</sup>
  - Sala de aula prática e teórica - 30,00 m<sup>2</sup>
  - Gráfica - 30,00 m<sup>2</sup>

## Arquitetura - Urbanismo & Restauração

Av. Gentil Tavares, 264 - Bairro Cirurgia - Tel. (079) 222-3695 - Aracaju - Sergipe



- Laboratórios
  - Bentos (fauna e flora de fundo) – 30,00 m<sup>2</sup>
  - Entomologia (insetos) – 30,00 m<sup>2</sup>
  - Herbário (botânica) / Carpoteca (frutos e sementes) / Xiloteca (madeira) – 30,00 m<sup>2</sup>
  - Ictiologia (peixes) – 30,00 m<sup>2</sup>
- Sanitários Feminino/Masculino/Especial – 15,76m<sup>2</sup>
- Administração – 15,76m<sup>2</sup>
- Copa – 5,00m<sup>2</sup>
- Decks
  - Passarelas, pontes e passadiços
  - Pergolados
- Cozinha Experimental – 49,65m<sup>2</sup>
- Atracadouro (Barcos de passeio e fiscalização)
- Estacionamento ( Veículos de passeio ) – 60 vagas
- Estacionamento ( Ônibus de turismo / carga e descarga )
- Horto
  - Casa de mudas/Estufa – 30,00 m<sup>2</sup>
- Viveiros de caranguejos, peixes e botânica – 15,76m<sup>2</sup>
  - Tanques

#### XI - PESSOAL:

- Biólogos, geógrafos, geólogos, historiadores, antropólogos.
- Guias – Pessoal treinado para as trilhas;
- Pessoal especializado na montagem, preparação e execução do trabalho (em várias línguas).

#### XII – ZONEAMENTO:

A área deverá ser dividida em zonas para se estabelecer diferentes graus de utilização, conforme o suporte da área para intervenções nesta. A designação se baseia em seu potencial natural para atingir certos objetivos, no atendimento das necessidades específicas dos recursos naturais e na proteção adequada do frágil ecossistema e das espécies ameaçadas.

A cobertura vegetal da área a ser implantado o museu apresenta-se sobre tres formas distintas e níveis de degradação bastante diferenciados;

---

#### Arquitetura - Urbanismo & Restauração

Av. Gentil Tavares, 264 - Bairro Cirurgia - Tel. (079) 222-3695 - Aracaju - Sergipe



- Uma primeira área que corresponde a mais da metade do terreno, apresenta-se totalmente degradada e, além dos aterros, apresenta ainda construções de alvenaria e palafitas que deverão ser demolidas, com ações de recuperação e implantação do museu.
- Uma segunda área que corresponde a pequena parcela do terreno, com grau de conservação razoável, que deverá voltar a adquirir uma forma representativa do mangue, com ações de recuperação e conservação;
- Uma terceira área que corresponde a área do manguesal, em bom estado de conservação, que já possui uma forma representativa do mangue, onde não houve ação antrópica, com ações de recuperação e preservação ambiental;

A área classifica-se quanto à categoria de manejo como zona de recuperação, por ter sido consideravelmente alterada pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada a zona permanente. As espécies exóticas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural.. Serão determinadas ainda, as zonas de uso especial necessárias à administração, manutenção e serviços com intervenções harmônicas ao entorno, de forma a não conflitarem com seu caráter natural, devendo localizar-se na periferia da área, fazendo o uso adequado dos recursos de forma a minimizar os impactos.

*ANA LIBÓRIO*

Arqtª ANA LIBÓRIO



## ANEXO E – DIÁRIO OFICIAL SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ARACAJU – SEMA (2013)

14 Aracaju (SE), 08 de fevereiro de 2013

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Diário Oficial do Município de Aracaju

artigo.

Art. 17. Os servidores lotados ou que se encontrem servindo na SEMINFRA devem ser localizados ou distribuídos nos seus diversos órgãos, setores ou unidades por ato do Secretário Municipal da Infraestrutura.

Art. 18. Devem ser estabelecidas como Unidades Orçamentárias da Secretaria Municipal da Infraestrutura - SEMINFRA:

- I - Gabinete do Secretário - GS/SEMINFRA;
- II - Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - ASPLANDI/SEMINFRA;
- III - Assessoria de Comunicação - ASCOM/SEMINFRA;
- IV - Departamento de Administração e Finanças - DAF/SEMINFRA.

Art. 19. Os cheques, ordens de saque ou de pagamento, notas de empenho, e outros documentos de ordem financeira ou contábil, com referência a recursos da Secretaria Municipal da Infraestrutura - SEMINFRA, devem ser assinados conjuntamente, pelo Secretário Municipal da Infraestrutura, na qualidade de ordenador de despesa, e pelo Diretor do Departamento de Administração e Finanças da mesma SEMINFRA.

Art. 20. O detalhamento e a definição da organização, da estrutura, do funcionamento e das competências dos órgãos, setores e unidades da Secretaria Municipal da Infraestrutura - SEMINFRA, e das atribuições dos seus dirigentes, bem como as respectivas alterações ou modificações que se fizerem necessárias, devem ser estabelecidos em decretos do Poder Executivo, observado o disposto nesta Lei e na legislação aplicável.

Art. 21. Fica definida a estruturação do Quadro de Cargos em Comissão específicos da Secretaria Municipal da Infraestrutura - SEMINFRA, que ficam devidamente criados, passando a integrar o Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo - Administração Direta, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 22. As normas regulamentares e as instruções e/ou orientações regulares que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei devem ser expedidas mediante atos do Poder Executivo.

Art. 23. As despesas decorrentes da aplicação ou execução desta Lei devem correr à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Município para o Poder Executivo.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aracaju, 08 de fevereiro de 2013; 192ª da Independência, 125ª da República e 158ª da Emancipação Política do Município.

**JOÃO ALVES FILHO**  
PREFEITO DE ARACAJU

**Luiz Durval Machado Tavares**  
Secretário Municipal da Infraestrutura

**Luciano Paz Xavier**  
Secretário Municipal da Administração,  
em exercício  
**Mariene Alves Calumby**  
Secretária Municipal de Governo

DUPOE/082013-SEMINFRA

## ANEXO ÚNICO

PODER EXECUTIVO  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: Secretaria Municipal da Infraestrutura - SEMINFRA

QUADRO GERAL DE PESSOAL  
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA SEMINFRA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretário-Adjunto	CCE-07	01
Diretor do Departamento de Administração e Finanças	CCE-03	01
Assessor Especial	CCE-03	02
Chefe da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	CCE-03	01
Chefe de Gabinete	CCS-08	01
Chefe da Assessoria de Comunicação	CCS-08	01
Coordenador	CCS-07	05
Assistente de Secretário	CCS-06	01
Assistente de Diretor	CCS-04	01
Oficial de Gabinete	CCS-02	03

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

**LEI Nº 4.359**  
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, e dá providências correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO ÚNICO**  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

**CAPÍTULO I**  
DO CONCEITO, DA FINALIDADE E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, integrante da Administração Pública Municipal, do Poder Executivo do Município de Aracaju, nos termos da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a organização básica disposta nesta Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA rege-se pela lei complementar que dispuser sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal do Poder Executivo, por esta Lei, bem como por outras leis que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, órgão operacional da estrutura organizacional básica da Administração Direta, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, é dirigida pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Art. 3º. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA tem por finalidade programar, organizar, executar, acompanhar e controlar as ações das políticas do Governo Municipal nas áreas ambiental e de recursos hídricos, e das demais relacionadas com os assuntos que constituem as suas áreas de competência.

§ 1º. São áreas de competência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA:

I - Meio Ambiente;



## II - Recursos Hídricos;

## III - Fiscalização de atividades causadoras de poluição.

§ 2º. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA tem por competência prestar apoio e assistência direta e imediata ao Chefe do Poder Executivo quanto a políticas públicas nas áreas ambiental e de recursos hídricos; realizar atividades e serviços de recuperação, preservação e proteção do meio ambiente; coordenar o Sistema Municipal do Meio Ambiente, e conceber, planejar e operacionalizar a Política Municipal do Meio Ambiente, assegurando ampla participação da sociedade; promover a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio ecológico do Município, bem como a proteção da fauna e da flora; licenciar atividades potencialmente poluidoras e modificadoras do meio ambiente; promover a realização de auditorias ambientais em instalações e atividades potencialmente poluidoras; exigir, na forma da lei, a realização de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA; promover a recuperação ambiental e o reflorestamento de áreas degradadas; exercer o poder de polícia em relação a atividades causadoras de poluição atmosférica, hídrica, sonora e do solo, e, ainda, de mineração, de desmatamento e que gerem resíduos tóxicos; acompanhar o gerenciamento da destinação de resíduos sólidos; promover, na forma da lei, a fiscalização quanto a agressões ao meio ambiente, assim como quanto a transgressões à legislação ambiental, inclusive, quando for o caso, aplicando penalidades, embargos, apreensões, restrições para o funcionamento, interdições, demolições, e demais sanções administrativas legalmente previstas; promover e estimular a criação de áreas verdes, praças, parques, e outros locais de convívio social e de lazer para a comunidade, alinhados com a gestão e a criação de unidades municipais de conservação ambiental, instituídas em acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, implementando sua regulamentação e gerenciamento; estimular, acompanhar ou operacionalizar ações técnicas e educativas em conformidade e relacionadas com a Política Nacional de Educação Ambiental, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a Política Nacional de Recursos Hídricos, com a Política Nacional de Saneamento Ambiental, e demais políticas públicas regularmente estabelecidas nos âmbitos federal ou estadual; exigir, na forma da lei, o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV; e executar outras atividades correlatas ou do âmbito de sua competência, e as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 4º. A estrutura organizacional básica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA compreende os seguintes órgãos:

## I - ÓRGÃO COLEGIADO:

- Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA;

## II - ÓRGÃOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO:

- a) Gabinete do Secretário - GS;
- b) Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - ASPLANDI;
- c) Assessoria de Comunicação - ASCOM;

## III - ÓRGÃO INSTRUMENTAL:

- Departamento de Administração e Finanças - DAF;

## IV - ÓRGÃOS OPERACIONAIS:

- a) Departamento de Controle Ambiental - DCA;
- b) Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA.

## CAPÍTULO III

## DA COMPETÊNCIA E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS

## Seção I

## Do Conselho Municipal do Meio Ambiente

Art. 5º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, órgão colegiado normativo e consultivo da Administração Municipal, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, é regido por legislação própria, que especificamente lhe estabelece as respectivas organização, finalidade, competências, composição e normas gerais de funcionamento.

## Seção II

## Do Gabinete do Secretário

Art. 6º. Ao Gabinete do Secretário - GS, órgão de subordinação direta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, compete prestar apoio e assistência ao respectivo Secretário Municipal, no desenvolvimento de suas atividades administrativas, políticas e de representação social, organizando o seu expediente e a pauta de suas audiências, além de exercer outras atividades ou atribuições correlatas e as que lhe forem regularmente conferidas.

Parágrafo único. O Gabinete do Secretário - GS é subordinado diretamente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, sendo dirigido pelo ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete.

## Seção III

## Da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Art. 7º. À Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - ASPLANDI, órgão de subordinação direta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, compete prestar assessoramento técnico ao respectivo Secretário Municipal, bem como promover a organização, coordenação, execução, acompanhamento e controle das atividades de planejamento do mesmo órgão, nas áreas de estatística, gerencial, institucional, de economia e orçamento, de pesquisa e de elaboração e desenvolvimento de planos, programas, projetos e estudos, e de avaliação de seus resultados, e exercer outras atividades correlatas, e, ainda, as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

Parágrafo único. A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - ASPLANDI é subordinada diretamente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente - SEMA, sendo dirigida, preferencialmente, por profissional de nível superior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Art. 8º. A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - ASPLANDI funciona como órgão de apoio e assessoramento da SEMA, contando com as seguintes unidades orgânicas:

I - Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro - COAOF;

II - Coordenadoria de Programas e Projetos - COPP.

Parágrafo único. As Coordenadorias referidas nos incisos do "caput" deste artigo são subordinadas diretamente ao Chefe da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, sendo dirigidas pelos ocupantes dos respectivos cargos de provimento em comissão de Coordenador.

## Seção IV

## Da Assessoria de Comunicação

Art. 9º. À Assessoria de Comunicação - ASCOM, órgão de subordinação direta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, compete prestar assessoramento ao respectivo Secretário Municipal na área de comunicação social, executar atividades de divulgação setorial das ações do respectivo órgão, e exercer outras atividades correlatas, e, ainda, as que lhe forem regularmente





conferidas ou determinadas.

**Parágrafo único.** A Assessoria de Comunicação - ASCOM é subordinada diretamente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, sendo dirigida, preferencialmente, por profissional de nível superior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria de Comunicação.

#### Seção V

##### Do Departamento de Administração e Finanças

**Art. 10.** Ao Departamento de Administração e Finanças - DAF, órgão de subordinação direta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, compete exercer a direção das atividades administrativas e financeiras, e promover, programar, coordenar, executar e acompanhar as atividades-meio da mesma Secretaria Municipal, compreendendo os serviços de Administração Geral, nas áreas de recursos humanos, material, patrimônio, compras e suprimentos, execução orçamentária, financeira e contábil, informação, documentação, serviços ou atividades auxiliares, e exercer outras atividades correlatas, e, ainda, as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

**Parágrafo único.** O Departamento de Administração e Finanças - DAF é subordinado diretamente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, sendo dirigido, preferencialmente, por profissional de nível superior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Administração e Finanças.

**Art. 11.** O Departamento de Administração e Finanças - DAF funciona como órgão instrumental da SEMA, contando com as seguintes unidades orgânicas:

I - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira - COEX;

II - Coordenadoria de Gestão de Pessoal - COGESP;

III - Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP.

**Parágrafo único.** As Coordenadorias referidas nos incisos do "caput" deste artigo são subordinadas diretamente ao Diretor do Departamento de Administração e Finanças, sendo dirigidas pelos ocupantes dos respectivos cargos de provimento em comissão de Coordenador.

#### Seção VI

##### Do Departamento de Controle Ambiental

**Art. 12.** Ao Departamento de Controle Ambiental - DCA, órgão de subordinação direta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, compete promover a organização, coordenação, execução, sistematização, acompanhamento das atividades de controle ambiental, promovendo fiscalizações quanto a agressões ao meio ambiente e a transgressões da legislação ambiental, bem como exercer outras atividades ou atribuições correlatas, ou que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

**Parágrafo único.** O Departamento de Controle Ambiental - DCA é subordinado diretamente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, sendo dirigido, preferencialmente, por profissional de nível superior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Controle Ambiental.

**Art. 13.** O Departamento de Controle Ambiental - DCA funciona como órgão operacional da SEMA, contando com as seguintes unidades orgânicas:

I - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - COFIAM;

II - Coordenadoria do Sistema de Informações Ambientais - COSIAM.

**Parágrafo único.** As Coordenadorias referidas nos incisos do "caput" deste artigo são subordinadas diretamente ao

Diretor do Departamento de Controle Ambiental, sendo dirigidas pelos ocupantes dos respectivos cargos de provimento em comissão de Coordenador.

#### Seção VII

##### Do Departamento de Licenciamento Ambiental

**Art. 14.** Ao Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA, órgão de subordinação direta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, compete promover a organização, coordenação, execução, sistematização acompanhamento e controle geral das atividades de licenciamento ambiental, assim como de recursos hídricos, realizando toda a tramitação processual e as diligências que forem necessárias, bem como exercer outras atividades ou atribuições correlatas, ou que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

**Parágrafo único.** O Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA é subordinado diretamente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, sendo dirigido, preferencialmente, por profissional de nível superior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Licenciamento Ambiental.

**Art. 15.** O Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA funciona como órgão operacional da SEMA, contando com as seguintes unidades orgânicas:

I - Coordenadoria de Análise de Processos - COAP;

II - Coordenadoria de Cadastro - COCAD;

III - Coordenadoria de Recursos Hídricos - CORHID.

**Parágrafo único.** As Coordenadorias referidas nos incisos do "caput" deste artigo são subordinadas diretamente ao Diretor do Departamento de Licenciamento Ambiental, sendo dirigidas pelos ocupantes dos respectivos cargos de provimento em comissão de Coordenador.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

#### Seção I

##### Das Atribuições do Secretário Municipal

**Art. 16.** São atribuições do Secretário Municipal do Meio Ambiente, além daquelas previstas na Lei Orgânica Municipal, nas leis e nas normas regulamentares:

I - dirigir, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades dos órgãos da Secretaria;

II - assessorar, diretamente, o Prefeito do Município nos assuntos compreendidos nas áreas de competência da Secretaria;

III - aprovar e submeter à decisão final do Prefeito do Município, quando for o caso, planos, programas e projetos da Secretaria;

IV - propor ao Prefeito do Município a nomeação e/ou exoneração de titulares de cargos de provimento em comissão, para os órgãos integrantes da estrutura administrativa da Secretaria;

V - desenvolver ações destinadas à obtenção de recursos com vistas ao desenvolvimento dos programas e projetos a cargo da Secretaria;

VI - avocar e decidir, quando julgar conveniente, qualquer matéria administrativa incluída nas áreas de competência da Secretaria;

VII - expedir portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, no âmbito de suas atribuições;



VIII - decidir quanto à concessão de direitos e vantagens aos servidores da Secretaria, dentro dos limites de sua competência, observada a legislação pertinente;

IX - dirigir superiormente o pessoal da Secretaria, usando dos poderes inerentes à hierarquia e disciplina administrativa, e aplicando as penalidades que estiverem no limite de sua competência, de acordo com a legislação concernente;

X - promover os meios ou medidas necessárias ou indispensáveis ao pleno funcionamento e à completa realização das atividades a cargo da Secretaria.

#### Seção II Das Atribuições Comuns

Art. 17. São atribuições comuns dos titulares de Gabinete, Assessorias, Departamentos, Coordenadorias, e demais órgãos da Secretaria, além daquelas previstas nesta Lei, em outras leis, decretos ou regulamentos:

I - dirigir, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades a cargo ou de responsabilidade do órgão;

II - responder, perante o superior hierárquico, pela disciplina administrativa no órgão, propondo medidas disciplinares, se for o caso, para os servidores que atuarem na unidade orgânica;

III - propor ao superior hierárquico, normas de procedimentos administrativos, visando melhorar o desempenho da unidade orgânica;

IV - promover meios e/ou medidas administrativas necessários ao pleno funcionamento e à completa realização das atividades do órgão.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 18. As atividades de assistência jurídica e de representação judicial da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA são exercidas pela Procuradoria-Geral do Município - PGM, nos termos da legislação pertinente.

Art. 19. As competências e atribuições estabelecidas por esta Lei não excluem o exercício de outras que legalmente se constituam necessárias ao alcance das finalidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA.

Art. 20. Para atender às necessidades de funcionamento da SEMA, o Secretário Municipal do Meio Ambiente pode solicitar a cessão, remoção ou redistribuição de pessoal indispensável aos serviços dos órgãos, setores ou unidades da mesma Secretaria Municipal, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, ficando-lhe assegurados os direitos e vantagens pessoais adquiridos nos órgãos ou entidades de origem.

Parágrafo único. No caso de cessão, deve ser considerado como de efetivo exercício no órgão ou entidade de origem o tempo em que o servidor estiver cedido na forma deste artigo.

Art. 21. Os servidores lotados ou que se encontrem, servindo na SEMA devem ser localizados ou distribuídos nos seus diversos órgãos, setores ou unidades por ato do Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Art. 22. Devem ser estabelecidas como Unidades Orçamentárias da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA:

I - Gabinete do Secretário - GS/SEMA;

II - Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - ASPLANDI/SEMA;

III - Assessoria de Comunicação - ASCOM/SEMA;

IV - Departamento de Administração e Finanças - DAF/SEMA;

V - Departamento de Controle Ambiental - DCA/SEMA;

VI - Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA/SEMA.

Art. 23. Os cheques, ordens de saque ou de pagamento, notas de empenho, e outros documentos de ordem financeira ou contábil, com referência a recursos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, devem ser assinados, conjuntamente, pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente, na qualidade de ordenador de despesa, e pelo Diretor do Departamento de Administração e Finanças da mesma SEMA.

Art. 24. O detalhamento e a definição da organização, da estrutura, do funcionamento e das competências dos órgãos, setores e unidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, e das atribuições dos seus dirigentes, bem como as respectivas alterações ou modificações que se fizerem necessárias, devem ser estabelecidos em decretos do Poder Executivo, observado o disposto nesta Lei e na legislação aplicável.

Art. 25. Fica definida a estruturação do Quadro de Cargos em Comissão específicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, que ficam devidamente criados, passando a integrar o Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo - Administração Direta, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 26. As normas regulamentares e as instruções e/ou orientações regulares que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei devem ser expedidas mediante atos do Poder Executivo.

Art. 27. As despesas decorrentes da aplicação ou execução desta Lei devem correr à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Município para o Poder Executivo.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aracaju, 08 de fevereiro de 2013; 192ª da Independência, 125ª da República e 158ª da Emancipação Política do Município.

JOÃO ALVES FILHO  
PREFEITO DE ARACAJU

Luciano Paz Xavier  
Secretário Municipal da Administração,  
em exercício  
Marlene Alves Calumby  
Secretária Municipal de Governo

DGP/08/042013-SEMA

#### ANEXO ÚNICO

##### PODER EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA

QUADRO GERAL DE PESSOAL

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA SEMA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretário-Adjunto	CCE-07	01
Diretor do Departamento de Administração e Finanças	CCE-03	01



18 Aracaju (SE), 08 de fevereiro de 2013

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Diário Oficial do Município de Aracaju

Diretor do Departamento de Controle Ambiental	CCE-03	01
Diretor do Departamento de Licenciamento Ambiental	CCE-03	01
Assessor Especial	CCE-03	01
Chefe da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	CCE-03	01
Consultor Administrativo	CCE-02	01
Chefe de Gabinete	CCS-08	01
Chefe da Assessoria de Comunicação	CCS-08	01
Coordenador	CCS-07	10
Assistente de Secretário	CCS-06	01
Assistente de Diretor	CCS-04	03
Oficial de Gabinete	CCS-02	03

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**DECRETO**  
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013

Nomeia Secretário Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 120, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, combinado com disposições da Lei Complementar nº 119, de 06 de fevereiro de 2013, resolve

**NOMEAR**

**EDUARDO LIMA DE MATOS**, CPF. (MF) 265.738.815-91, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal do Meio Ambiente, a partir de 08 de fevereiro de 2013.

Aracaju, 08 de fevereiro de 2013; 192º da Independência, 125º da República e 158º da Emancipação Política do Município.

JOÃO ALVES FILHO  
PREFEITO DE ARACAJU  
Márcia Alves Calumbey  
Secretária Municipal de Governo

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**PORTARIA Nº 196/2013**  
DE 25 DE JANEIRO DE 2013

Concede Gratificação de Coordenador de Vigilâncias, a servidor da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 120, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 44 da Lei Complementar nº 61, de 02 de julho de 2003; de acordo com o disposto no Decreto nº 3.945, de 06 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta do Ofício nº. 144/2013, de 10 de janeiro de 2013, da Secretaria Municipal de Saúde, resolve

**CONCEDER**

A **ÁVIO BATALHA BRITTO**, CPF. (MF) 051.528.525-00, a Gratificação de Coordenador de Vigilâncias, disciplinada no art. 7º do Decreto nº. 3.945, de 06 de maio de 2012, a partir de 11 de janeiro de 2013.

Centro Administrativo "Prefeito Aloísio Campos", em Aracaju, 25 de janeiro de 2013.

JOÃO ALVES FILHO  
PREFEITO DE ARACAJU

ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**LEI Nº 3.787**  
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010

Reconhece de utilidade pública a Instituição **Adventista Nordeste Brasileira de Educação e Assistência Social** e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU:**

Faço saber que em conformidade com o que dispõe os parágrafos 3º e 6º do art. 109 da Lei Orgânica do Município a Mesa Diretora promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica reconhecida de utilidade pública a **Instituição Adventista Nordeste Brasileira de Educação e Assistência Social**, com sede e foro na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Graccho Cardoso, em Aracaju, 08 de fevereiro de 2010.

Emmanuel da Silva Nascimento  
Presidente

Fábio Cruz Mitidieri  
1º Secretário

Danilo Dias Sampaio Segundo  
2º Secretário

Pça: Olimpio Campos, 74 - CENTRO CEP. 49016-010 Fone (079) 2107-4800  
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 00000000000000000000000000000000

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE ARACAJU  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**LEI Nº 4.191**  
DE 1º DE JUNHO DE 2012

Denomina Conjunto Cleonaldo da Silva Araújo e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU:**

Faço saber que a Câmara aprovou, e ele, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 3º e 6º do art. 109 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica denominado **Conjunto Cleonaldo da Silva Araújo** o atual Conjunto Habitacional localizado no Bairro Porto Dantas, limitado pela Avenida Euclides Figueiredo e pela Rua Maria do Coqueiral, Rua 29, Rua 30 e Rua C.

**Art. 2º.** A Empresa Municipal de Obras e Urbanização - Emurb, tomará as providências cabíveis para a aposição da placa no citado logradouro.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Graccho Cardoso, Aracaju, 1º de junho de 2012.

Emmanuel da Silva Nascimento  
Presidente

Moritos da Silva Matos  
1º Secretário

José Ivaldo Vasconcelos de Andrade  
2º Secretário

Praça Olimpio Campos, 74 - CENTRO CEP. 49018-840 Fone (079) 2107-4800  
PL Nº 279/2011 - AUTORIA: Emmanuel Nascimento

**ANEXO F – PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO MUSEU DO MANGUE (2017)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA

**PROPOSTA PARA REVITALIZAÇÃO DO  
MUSEU DO MANGUE**

Aracaju, Sergipe  
Julho de 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



### Sumário

SEÇÃO I: Apresentação do Projeto .....	3
Parte 1: Dados Gerais .....	5
LINHA DE ATUAÇÃO: .....	5
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: .....	Erro! Indicador não definido.
CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL .....	5
ABRANGÊNCIA DO PROJETO: .....	6
PREMISSAS BÁSICAS PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES DO PROJETO .....	6
PARTE II: Justificativa .....	9
PARTE III: Estratégia do Projeto .....	Erro! Indicador não definido.
OBJETIVO GERAL: .....	Erro! Indicador não definido.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	Erro! Indicador não definido.
METAS .....	Erro! Indicador não definido.
ÁREA DE EXECUÇÃO DO PROJETO .....	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	15
RESULTADOS ESPERADOS .....	Erro! Indicador não definido.
EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL .....	Erro! Indicador não definido.
CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ....	Erro! Indicador não definido.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



**SEÇÃO I: Apresentação do Projeto**

A proposta de revitalizar o “Museu do Mangue” e seu entorno surgiu do desejo de trabalhar com ações voltadas para revalorização e reconciliação entre o homem e o ecossistema manguezal e da necessidade de efetivar práticas socioambientais em uma das mais significativas áreas de remanescentes de manguezal de Aracaju.

Além de aproximar a comunidade cursos de capacitação e formação, em contrapartida à atuação desta, nos processos de conservação dos manguezais, incentivando a conservação ambiental, a ressignificação do espaço pela comunidade do entorno e a valorização do turismo, tanto voltadas para o ecoturismo, como também pela apropriação de áreas com elevado potencial turístico, como é o caso dos rios Poxim e Sergipe. Onde ocasionaria também a aproximação da população Aracajuana dos rios e manguezais, ao considerar que Aracaju cresceu em cima de manguezais e por mais que seja rodeado por rios, não possui ligação direta com os mesmo.

Nessa perspectiva, a proposta apresentada é subdividida em projetos que atuarão de maneira unificada, visando por em prática conceitos de uma gestão colaborativa, através das parcerias firmadas entre diversas secretarias da Prefeitura de Aracaju, a comunidade do Bairro Coroa do Meio, a Fundação Mamíferos Aquáticos, Universidades e ainda a “PPP” (Parceria público privado). Onde os envolvidos possuem responsabilidades e execuções diferenciadas, mas conjuntas, em prol de um equipamento público de uso coletivo e integrado, que vise estimular a sensibilização ambiental, o desenvolvimento sócio-espacial e o incentivo do turismo.

As ações dos projetos serão idealizadas para ser desenvolvidas na estrutura montada para o funcionamento do antigo Museu do Mangue, situado na Avenida Desembargador Antônio Góis, Coroa do Meio, Aracaju. A estrutura construída apresenta cinco quiosques, centro produtivo, núcleo de apoio aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



pescadores, píer, espaços para a realização de oficinas, palestras, exibição de vídeos e exposições, além de estacionamentos para carros e ônibus de turismo (ARACAJU, 2010).

A proposta unificada tem como objetivo geral desenvolver ações voltadas para a formação/capacitação, transformação sócio-espacial, conservação da diversidade biológica dos manguezais do rio Poxim, além do incentivo ao turismo, dinamizando a estrutura do Museu do Mangue como espaço interativo de aprendizagem e de efetivação de práticas socioambientais, no bairro Coroa do Meio, em Aracaju/SE.

Para tanto, serão desenvolvidos os objetivos específicos, a saber: realizar diagnóstico e avaliação socioambiental na área de manguezal do rio Poxim, submetida às intervenções antropogênicas da comunidade local; reestruturar e adaptar os espaços arquitetônicos e urbanísticos do e do seu entorno urbano; sensibilizar a comunidade sobre a conservação dos manguezais e da fauna aquática; executar projetos ligados à formação e capacitação de cidadãos, à pesquisa científica, realização de atividades contínuas e conjuntas entre as secretarias do Município, a parceria público privada, comunidade do Bairro Coroa do Meio e Universidades. Bem como à visitação da comunidade sergipana e do turista ao Museu do Mangue e à realização de passeio ciclístico guiado.

A metodologia construída para alcance e cumprimento do objetivo geral está baseada na realização das ações dos projetos e subprojetos a serem executados pelos responsáveis das ações. Elas acontecerão simultaneamente, contemplando objetivos e espaços diferentes, levando em consideração os esforços das entidades realizadoras do projeto e das instituições patrocinadoras, parceiras e apoiadoras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



O Museu do Mangue é motivado pelo reconhecimento de práticas voltadas à formação/capacitação da comunidade e ações socioambientais constituem a base para a formação cidadã sustentável de crianças, jovens e adultos e para a transformação de atitudes. Este projeto acredita que por meio da prática de ações socioeducativas, será possível despertar o sentimento de revalorização em relação aos manguezais, pela comunidade Coroa do Meio e pela população sergipana. Consequentemente, espera-se proporcionar condições para uma atuação mais harmônica da comunidade nos ambientes naturais e construídos, integração social, revalorização turística e proteção dos remanescentes de manguezais urbanos de Aracaju e conservação da fauna aquática do rio Poxim.

**Parte 1: Dados Gerais**

***LINHA DE ATUAÇÃO:***

Envolvimento da comunidade local para as questões socioambientais; valorização do ecossistema do manguezal; utilização do espaço como ferramenta de educação ambiental contemplando as ações antrópicas, qualidade da água; interrelação social; aproximação da comunidade; importância do ecossistema como geração de renda e suas interfaces; promoção de pesquisas; turismo ecológico e possibilidades de aperfeiçoamento e/ou capacitação em áreas de interesse da comunidade local para melhoria da qualidade de vida.

***CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL***

As ações do Projeto foram idealizadas para serem desenvolvidas na cidade de Aracaju, no bairro Coroa do Meio. Este bairro conta com uma área detentora de estrutura montada para o funcionamento do Museu do Mangue, situado na Avenida Desembargador Antônio de Góis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



Esta estrutura, construída a partir de uma parceria entre a prefeitura municipal de Aracaju e o governo federal, comporta cinco quiosques, centro produtivo, núcleo de apoio aos pescadores, píer, quadras de esportes, espaços para a realização de oficinas, palestras, exibição de vídeos e exposições, além de estacionamentos para carros e ônibus de turismo (ARACAJU, 2010).

Ressalta-se que a estrutura localiza-se nas margens de uma das áreas de remanescentes de manguezais de Aracaju, área essa de grande fragilidade social e está situada entre os bairros Farolândia e Coroa do Meio.

#### **ABRANGÊNCIA DO PROJETO:**

Os projetos propostos para a revitalização do Museu do Mangue, pautam-se na efetivação de cursos de capacitação e formação, de práticas socioambientais voltadas para conservação dos manguezais e ações ligadas à educação ambiental, envolvendo as instituições parceiras, a comunidade que vive no entorno da área e a sociedade sergipana como um todo, parceria público privado, além da integração entre diversas secretarias do Município de Aracaju.

A instalação deste projeto de forma integrada atenderá aos diversos públicos dentre eles: instituições de ensino e de pesquisa, representantes do setor produtivo e do poder público, bem como os representantes da comunidade do entorno, pescadores, marisqueiras, lideranças comunitárias, associações, turistas, crianças, jovens, adolescentes, idosos e grupos de risco.

#### **PREMISSAS BÁSICAS PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES DO PROJETO**

O desenvolvimento das ações no Museu do mangue, dependerá do cumprimento das premissas básicas a seguir:

1. *Garantia de segurança e policiamento na localidade.*





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



A estrutura do antigo Museu do Mangue está situada em uma das áreas de risco social de Aracaju. A ociosidade da estrutura, desde a sua inauguração em 2011, e a carência de programas socioambientais voltados para crianças, jovens e adultos na Coroa do Meio, são fatores que têm contribuído para uso do espaço externo do antigo Museu, pela população, como área de influência de prostituição, uso de drogas e da violência, fatores que fazem parte da realidade da comunidade das adjacências do antigo Museu.

Apesar da inauguração do espaço estruturado em 2011, nenhuma atividade socioambiental foi desenvolvida nele, até então. Mas, para proteger o espaço físico, a Guarda Municipal faz-se presente no local. De 2011 até 2015 são mantidos até três agentes municipais, em defesa do patrimônio público, porém, esse quantitativo não foi suficiente para inibir ações de vandalismo contra a estrutura. Tal assertiva confirma a vulnerabilidade da área, ratifica que o número de guardas municipais é insuficiente e salienta necessidade de segurança e policiamento eficazes, tanto para proteção dos espaços, como, principalmente, para garantir a integridade física da equipe que desenvolverá o projeto e da comunidade participante dos projetos da Escola do Mangue.

Nesse contexto, para iniciar quaisquer atividades, a Secretaria de Meio Ambiente de Aracaju deverá garantir o policiamento da localidade, a segurança e integridade física da equipe do projeto, bem como da comunidade participante, instalando um módulo policial na área do Centro de Educação Ambiental.

## *2. Realização de reparos na estrutura*

O não funcionamento da estrutura permitiu que ela fosse alvo do vandalismo praticado pela própria comunidade. Com isso, portas de vidro foram quebradas, instalações elétricas foram roubadas, janelas de madeira foram retiradas e outras estão danificadas, as fechaduras foram quebradas, os



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



vasos sanitários e as louças dos banheiros foram danificadas, a pintura interna e externa foi comprometida por conta de pichações, as torneiras e o encanamento externo estão com defeito, as portas do banheiro foram retiradas de dois quiosques, o corrimão da parte externa também. Ademais, a área externa apresenta aspectos de abandono.

Portanto, além da segurança, o início das atividades também depende dos reparos que deverão ser feitos pela Secretaria de Meio Ambiente de Aracaju, na estrutura interna e externa dos quiosques.

*3. Elaborar propostas de integração entre as diversas secretarias*

Faz-se necessário que haja o alinhamento entre as diversas secretarias do Município, a fim de estabelecer quais atividades serão executadas por cada secretaria, sendo essencial que haja o delineamento antes da inauguração do espaço, para que as ações propostas sejam iniciadas em concomitância com a entrega do equipamento público revitalizado. A fim de evitar que haja depredações ou mesmo vandalismo nas futuras instalações e que dessa forma a comunidade se aproprie o mais breve possível do equipamento público, trazendo consequentemente segurança ao espaço, ocasionada pela própria ocupação positiva por parte da comunidade

*4. Restabelecer parcerias anteriores e firmar novas parcerias*

Será necessário restabelecer parcerias com instituições que demonstraram interesse em colaborar com a proposta da revitalização do Museu do Mangue e ainda firmar novas parcerias, colocando em prática o estabelecimento de integração entre as diversas secretarias do Município, a parceria público privado, as universidades e a comunidade.

*5. Adaptação da estrutura interna dos quiosques*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



Para que sejam executadas as ações que foram planejadas para cada um dos quiosque, faz-se necessário que haja um estudo das necessidades de adaptações e aquisições que material ou mobiliário, assim como previsão orçamentária.

6. Adaptação da estrutura para recepcionar turistas

Para que sejam colocadas em prática as propostas previstas para recepcionar turistas, é necessário que haja a adaptação do espaço, como implantação de deck e implantação de estrutura do "Caju Bike", para que seja possível viabilizar a programação prevista para esse eixo.

**PARTE II: Justificativa**

Os manguezais têm papel imprescindível no equilíbrio ecossistêmico. Eles apresentam condições ideais para a alimentação, proteção e reprodução de invertebrados bentônicos, crustáceos, insetos, aranhas, peixes, cobras, lagartos, mamíferos marinhos, tartarugas marinhas e aves (TREWING, 2013). De maneira complementar, a autora afirma que eles são importantes para proteger a costa contra a erosão devido a tempestades, filtram sedimentos e nas últimas décadas têm sido investigados no que tange ao poder de fixação de carbono.

Além disso, oferecem diversos serviços ecossistêmicos ao homem: provisão, regulação, cultural e de suporte. Quanto à provisão, eles são capazes de prover diversos bens, como o alimento através da pesca. Dentre os serviços reguladores, vale a pena destacar a regulação dos ciclos d'água, desintoxicação, tratamento de resíduos etc. Já os serviços culturais estão associados ao oferecimento de atividades de recreação e até mesmo espirituais, sem contar com a valorização simbólica revelada pelas comunidades tradicionais. Ademais, para que outros serviços na natureza ocorram, os manguezais realizam funções importantes, como a ciclagem de nutrientes (BRASÍLIA, 2012).





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



O Museu foi inaugurado no ano de 2011. Contudo, até o momento a estrutura não promoveu benefícios socioambientais para a comunidade, em virtude da sua inutilização.

Nesse contexto, observam-se os principais agravantes da comunidade de interesse, na Coroa do Meio: o processo de desvalorização do manguezal é ampliado em meio aos aterramentos e despejo de resíduos urbanos, praticados diariamente pela comunidade, que age dessa maneira pelo desconhecimento da relevância do ecossistema; a área de mangue encontra-se a cada dia mais comprometida pela presença de espécies de plantas invasoras; a fauna aquática perde seu espaço diante da redução das áreas de manguezal; as populações ribeirinhas da localidade diminuem em número.

Na medida em que o rio Poxim amplia seus sinais de degradação; a violência, ligada às drogas, envolvendo jovens e adultos, também está relacionada ao tempo ocioso que esses gastam no turno contrário ao que estão na escola, mas poderiam estar envolvidos em trabalhos socioambientais locais e; a área é detentora de uma estrutura que pode trazer benefícios diretos à comunidade e consequentemente reduzir os riscos locais, mas não está sendo utilizada.

Todavia, o progresso necessário para a continuação da vida, ultrapassando a situação atual, se faz por meio da mudança, profunda e progressiva, das escalas dos valores e das atitudes dominantes na sociedade, permitindo uma nova fase ecológica (RODRIGUEZ, 2013). Assim, é preciso despertar na comunidade da Coroa do Meio o desejo de valorizar e de tomar atitudes sociais positivas e que reflitam sobre a revalorização dos manguezais, que é parte do ambiente onde elas vivem.

Dessa maneira, ações que possibilitem a sensibilização, ampliação do conhecimento e do pertencimento da comunidade, são esforços necessários para a mudança progressiva do cotidiano. A educação ambiental possibilita o processo de transformação das ações antrópicas negativas em ações positivas através do processo de reconciliação e revalorização do homem com o meio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



De tal forma, espera-se que seja feita a construção de pontes de bons relacionamentos nesses espaços de alcance.

Essa realidade despertou a necessidade de revitalizar o Museu do Mangue, sob a perspectiva de construir, junto à comunidade residente da Coroa do Meio, novos valores de cidadania, baseados em práticas socioambientais. Os parceiros acreditam que os manguezais constituem um valioso ecossistema que conecta ambientes marinhos à terra e precisam ser reconhecidos como tal pela sociedade que depende direta ou indiretamente desses ambientes.

Dessa forma, a proposta de revitalização tomando como base uma relação harmoniosa entre homem e manguezal, constitui uma nova maneira de formar novos cidadãos protetores dos remanescentes de manguezais de Aracaju, especialmente os da Coroa do Meio, envolvendo os principais atores sociais que deles dependem, mas que ainda não tiveram a oportunidade de ir além da simples observação do ambiente e que, até mesmo pela falta de conhecimento sobre a riqueza dos manguezais, tratam-no com descaso.

#### **ÁREA DE EXECUÇÃO DO PROJETO**

A proposta de revitalização funcionará na estrutura construída para o funcionamento do antigo Museu, situada na Avenida Desembargador Antônio Góis, no bairro Coroa do Meio, Aracaju, Sergipe.

Além disso, o projeto abrangerá as áreas de manguezal dos bairros Farolândia e Coroa do Meio, para os trabalhos de pesquisa científica, bem como incluirá toda a ciclovia das Avenidas Beira Mar, Rotary e Desembargador Antônio Góis, para realização do subprojeto Mangue Sobre Duas Rodas.

Na figura 1, é possível perceber a área de abrangência do projeto, estando a estrutura do Museu do Mangue representada pelo ponto rosa, de onde sai o percurso que terá fim no mirante da 13 de julho. Durante todo o trajeto, pretende-se colocar “totens” contendo imagens do manguezal e dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



animais que ali sobrevivem, a fim de fazer um paralelo entre a importância da saúde do manguezal e a manutenção de um ecossistema urbano equilibrado.

Nota-se ainda através de observação da Figura 1 a relação do espaço físico do Museu com a comunidade da Coroa do Meio, o qual está inserido em uma posição estratégica, considerando a deficiência de equipamentos públicos que integrem a comunidade com o equipamento e o local onde está inserido é uma área de relevância ambiental, como remanescente de manguezal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA  
ASSESSORIA ESPECIAL DE GEOINFORMAÇÃO - AEGEO



TRAJETO - PASSEIO  
• Parque da Sementeira  
— Trajeto Caju Bike  
• Museu do Mangue  
• Mirante 13 de Julho  
Aracaju - Ortofoto 2013

ESCALA

1:25000

Figura 1: Área de abrangência que vai do Museu do Mangue ao mirante da 13 de julho

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracaju, 2017.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 1- Diagnóstico social



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



Considerando a diversidade da sociedade brasileira é imprescindível fazer um levantamento social, cultural e econômico das comunidades para que seja possível visualizar necessidades prioritárias.

Nesse sentido, foi feita consulta pública no dia 08 de novembro de 2014, organizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em parceria com a Universidade Tiradentes e a Fundação Mamíferos Aquáticos. Durante a consulta, a comunidade participante, expôs tanto as insatisfações referentes à ociosidade das instalações da estrutura que nunca funcionou, como os desejos voltados para utilização e funcionamento do equipamento público. Dentre as necessidades, a população destacou o necessário desenvolvimento das ações, a saber: oficinas de música, dança, artes, esportes, artesanato, capoeira, cursos profissionalizantes, inclusive no turno da noite.

Comentou-se bastante a necessidade de utilização do espaço para exposição e realização de feiras onde se possam comercializar produtos locais, bem como ressaltaram a necessidade da presença de equipamentos de recreação infantil e estrutura suficiente para dar suporte ao turismo e às atividades culturais, de entretenimento e lazer e foi salientado ainda a séria problemática da insegurança e da falta de policiamento na localidade.

Entretanto, diante do decorrer do tempo desde a realização de tais consultas, é interessante consultar novamente a comunidade, a partir das lideranças de bairro mais atuantes, uma vez que existem cerca de 16 associações de moradores na região, no entanto, apenas umas quatro demonstraram interesse em participar das consultas públicas realizadas no local, a fim de diagnosticar se os anseios da comunidade permanecem equivalentes aos detectados nos anos anteriores.

## 2. Diagnóstico ambiental

Foi feita observação sistemática em todo o trecho de mangue da Avenida Desembargador Antônio Gois, em horários comercial e não-comercial, dos principais fatores físicos e bióticos que ocorrem na área. Foram coletadas





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



e identificadas as principais espécies de flora e fauna observadas durante as coletas, tanto endêmicas, quanto invasoras ou exóticas. Ademais, foram observados os principais tensores antropogênicos que ocorrem *in locu*.

*3. Reestruturar e adaptar os espaços arquitetônicos e urbanísticos do Centro de Educação Manoel Bonfim e do seu entorno urbano;*

Com o objetivo de adequar os espaços da estrutura, serão necessárias intervenções arquitetônicas para reestruturar e adaptar os ambientes físicos das edificações existentes, juntamente com seu entorno imediato, às novas funções e atividades que serão desenvolvidas no Centro de Educação Manoel Bonfim.

Tratando-se de uma edificação preexistente, as adequações se desenvolverão nos ambientes internos, externos e em seu entorno urbano, conforme os desdobramentos e necessidades no processo de absorção do local. Desta forma, as intervenções serão desenvolvidas em etapas temporais distintas de curto, médio e longo prazo. As propostas de curto prazo estão diretamente conectadas às necessidades prioritárias para o funcionamento desta proposta. Envolverão intervenções de reforma em alguns detalhes da edificação ligados as instalações hidrossanitárias, elétricas, detalhes de aberturas (portas e janelas) e alguns possíveis ajustes conforme o diagnóstico físico do estado da edificação elaborado no local. Basicamente as intervenções estarão direcionadas na implantação de mobiliário adequado às funções que acontecerão nas sete edificações e na estruturação de programação visual de identidade e sinalização.

A concepção arquitetônica do Museu do Mangue é configurada por um pequeno quiosque frontal, cinco edificações independentes na tipologia arquitetônica de quiosque/palafita conectadas entre si por passarelas externas, uma torre de reservatório com sanitários e um pergolado na área externa. As edificações são conectadas ao solo por escada e rampa, possuindo uma característica arquitetônica vinculada à arquitetura tropical com telhas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



cerâmicas, peitoris externos das varandas em madeira, pisos de madeira e vedações em alvenaria de tijolos revestidos com reboco e pintura. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina e em vidro temperado na edificação principal.

Os princípios das intervenções arquitetônicas e urbanísticas estarão relacionados ao referencial da Bioarquitetura e as premissas de um equipamento urbano:

- a) baixo custo;
- b) funcionalidade;
- c) durabilidade;
- d) fácil manutenção;
- e) otimização do espaço;
- f) versatilidade espacial;
- g) autoconstrução (conforme necessidades);
- h) uso de materiais de baixo impacto ambiental;
- i) otimização energética e conforto ambiental (recursos naturais).

Os princípios da Bioarquitetura buscam holisticamente integrar conceitos da psicologia, habitabilidade, sustentabilidade tratando o edifício como um “organismo vivo”. Estes princípios primam pelo conforto ambiental ligado à iluminação e ventilação natural, materiais de baixo impacto ambiental, integração a paisagem e a boa articulação entre homem, ambiente natural e edificação.

O projeto terá como princípio básico possibilitar a máxima flexibilização através da versatilidade funcional dos espaços para comportar a diversidade de atividades propostas relacionadas às distintas de oficinas, projeções, ambiente para pesquisa, e atividades lúdicas de educação e lazer. Esta versatilidade será alcançada através de mobiliário de fácil remoção e deslocamento para transformações necessárias nos ambientes conforme o uso proposto. Exemplo desta articulação funcional é a versatilidade de utilização da edificação central





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



que comportará possibilidades de projeções de vídeos, apresentações, palestras, exposições e recepção de grupos turísticos e escolas.

Todos os ambientes necessitam receber mobiliário adequado às funções propostas e estarão direcionados a pressupostos de versatilidade para decorrentes transformações dos layouts dos espaços. O mobiliário não terá necessariamente que ser padronizado, possibilitando assim, adequar-se as peculiaridades de cada ambiente e função. Esta não padronização proporcionará flexibilidade para futuras doações de empresas patrocinadoras ou/e a execução de mobiliário alternativo autoconstruído nas próprias oficinas após a revitalização do Museu do Mangue. Esta dinâmica potencializará alternativas para a execução e aquisição do mobiliário.

#### 4. Adaptação dos espaços



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA  
ASSESSORIA ESPECIAL DE GEOINFORMAÇÃO - AECEO



#### MUSEU DO MANGUE

##### ORGANIZAÇÃO

- 1-Recepção
- 2-Fundação Mamíferos Aquáticos
- 3-Deck
- 4-Caju Bike
- 5-Secretarias/Universidades
- 6-Arborização
- 7-Horta/Ervas
- 8-Parque Integrador
- 9-Árvore tecnológica
- 10-Anfiteatro
- 11-Feira Rotativa
- 12-Biblioteca
- 13-PM/GMA

Aracaju - Ortofoto 2013

Figura 2. Adaptação do espaço do Museu do Mangue  
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2017

##### 4.1. Recepção



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



A edificação central será o local onde a comunidade, o turista e a população Aracajuana será recepcionada, para que dessa forma possa ser apresentada ao espaço e as possibilidades de uso por cada tipo de público específico. Para tal, irá receber mobiliário para acomodação de plateia para projeções e palestras, tela e projetor, biombos móveis para exposições, proteção das aberturas para escurecimento do ambiente e birô de apoio com prateleiras e armário para equipamentos de suporte.

#### 4.2. Instalação da Fundação Mamíferos Aquáticos

Um dos quiosque será destinado à Fundação Mamíferos Aquáticos, onde farão exposições dos trabalhos que realizam com mamíferos aquáticos nos diversos pontos do país e de que forma trabalham com os mamíferos aquáticos no Município de Aracaju, visando sensibilizar a comunidade e os visitantes quanto a importância de conservar o ecossistema urbano, mantendo-o equilibrado.

#### 4.3. Deck

Uma das propostas voltadas ao incentivo do turismo na região é a implantação de um deck, em ponto estratégico do manguezal, onde há conexão com o braço do rio. Onde serão ofertados passeios de barco pelos próprios pescadores e barqueiros da região, fazendo um trajeto educativo e guiado pelo rios Poxim e Sergipe, visando aproximar a comunidade, a população Aracajuana e o turista do vínculo com o rio, para que dessa forma compreenda a importância de mantê-los saudáveis e em consonância com o fluxo da cidade.

A proposta é que os barcos saiam do deck situado no Museu do Mangue, faça um percurso educativo e turístico pelos rios Poxim e/ou Sergipe, sendo conduzido por um barqueiro da região e guiado pelo “agente ambiental” que será da comunidade, o que irá gerar renda para a comunidade, e tendo a possibilidade de desembarcar na 13 de julho em estrutura que poderá ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



pensada em consonância com o projeto, ou posteriormente, como sendo um avanço da proposta.

#### 4.4. Caju Bike

A proposta voltada para o desenvolvimento do turismo, além de estimular a comunidade Aracajuana a se apropriar dos espaços públicos é de incentivar o “Caju bike” nas proximidades do Museu do Mangue, onde os “agentes ambientais”, são membros da comunidade, acompanharão os visitantes por toda a extensão da Beira Mar, explicando sobre a importância dos manguezais e a necessidade de conservar o ambiente em prol de um ecossistema urbano equilibrado.

Como consta na Figura 3, o trajeto percorrido através do “Caju Bike” é o que está demarcado em vermelho e percorre uma área de relevância ambiental, como os remanescentes de manguezal e braços de rios. Onde é possível fazer uma contextualização da práxis ambiental.

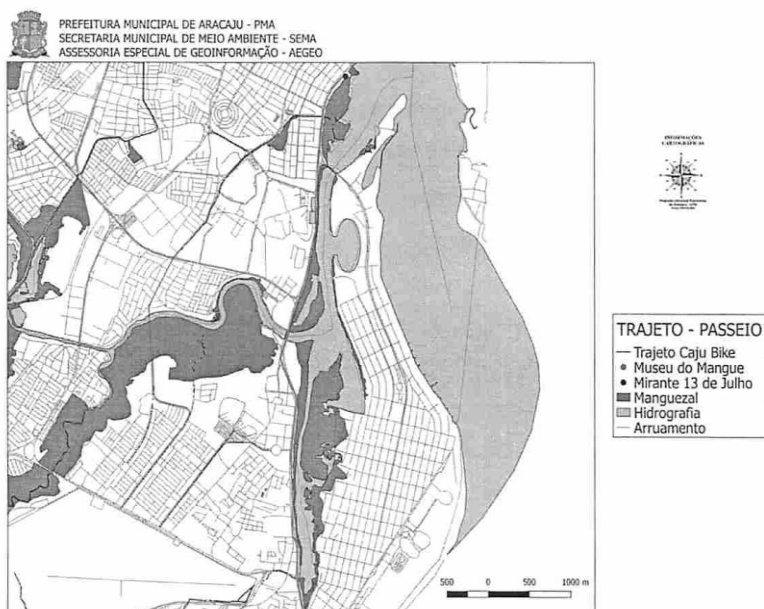


Figura 3: Áreas de relevância ambiental que o projeto abrange



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2017

#### 4.5. Quiosque escola

Dois dos quiosques ficarão disponíveis para atividades em conjunto com diversas secretarias, instituições e universidades e ainda para a comunidade. Onde serão ofertados cursos, oficinas, dentre diversas outras atividades que possam ser ofertadas à comunidade.

#### 4.6. Arborização

Será feita a avaliação quanto à possibilidade de realizar plantio na área de convivência do Museu do Mangue, com o intuito de deixar o ambiente arborizado, com um clima confortável e ainda que possa estimular a prática para a comunidade.

#### 4.7. Horta e cultivo de ervas medicinais

Em um dos espaços ociosos serão construídas a partir de materiais recicláveis e com o auxílio da comunidade horta e espaço para cultivo de ervas medicinais comunitárias, onde a comunidade pode interagir com o espaço e com o equipamento.

#### 4.8. Parque Integrador

No espaço onde há um parque em más condições de conservação, estando impossibilitado o uso do mesmo pela comunidade. A proposta é que haja a adaptação do parque a inclusão de pessoas com deficiência, através da implantação de um balanço para crianças cadeirantes e ainda confecção de brinquedos feitos a partir de pneus usados, onde será feito em parceria com a comunidade, para que dessa forma possam sentir-se como parte integrante do equipamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMA



4.9. Árvore Tecnológica

A proposta é que seja construída uma "árvore tecnológica" em parceria com os cursos de engenharia mecânica e mecatrônica, onde será gerada energia elétrica através de placas bivolts, onde a partir de tomadas a comunidade e os turistas poderão usar para seu próprio bem, além de disponibilizar "wifi" gratuito", com o intuito de atrair a comunidade e para que dessa forma se apropriem mais do espaço público.

4.10. Academia da cidade